



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Vítor Henrique Santos da Silva

**A EXPRESSÃO LEXICAL DA DEDUÇÃO E DA INFERÊNCIA EM
LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL**

São José do Rio Preto

2020

Vítor Henrique Santos da Silva

**A EXPRESSÃO LEXICAL DA DEDUÇÃO E DA INFERÊNCIA EM
LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marize Mattos Dall’Aglio
Hattnher

São José do Rio Preto

2020

S586e

Silva, Vítor Henrique Santos da
A expressão lexical da dedução e da inferência em língua portuguesa:
uma análise discursivo-funcional/ Vítor Henrique Santos da Silva. --
São José do Rio Preto, 2020
128 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio
Preto

Orientadora: Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner

1. Linguística. 2. Funcionalismo. 3. Gramática
discursivo funcional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca
do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Vítor Henrique Santos da Silva

**A EXPRESSÃO LEXICAL DA DEDUÇÃO E DA INFERÊNCIA EM
LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Hella Gertrud Olbertz
Universidade de Amsterdã e Universidade de Santiago de Compostela

Prof.^a Dr.^a Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
06 de março de 2020

AGRADECIMENTOS

À Marize, por ter sido, ao longo de todos esses anos, professora, orientadora, conselheira, amiga e mãe, além de ser o meu maior exemplo de cientista.

À UNESP/IBILCE e aos seus funcionários, por proporcionarem a infraestrutura e os meios para que esta pesquisa fosse realizada.

Aos professores Michel Gustavo Fontes, Sandra Denise Gasparini Bastos e Gisele Cássia de Sousa, pelas inúmeras contribuições dadas a este estudo no debate do XI SELin e em minha Qualificação.

Às professoras Sandra Denise Gasparini Bastos e Hella Gertrud Olbertz, por comporem esta banca e contribuírem para uma maior solidez das afirmações presentes neste trabalho.

Aos amigos da graduação, da república, da Bateria e do mestrado, em especial à Monielly, pela ajuda com as questões teóricas mais difíceis deste texto, e à Amanda, por mostrar que boas novas amizades podem surgir de pequenos laços antigos.

Ao Leonardo, por compartilhar comigo as tristezas e as felicidades, as angústias e as conquistas, mostrando-me que o mundo é mais prazeroso quando não se está sozinho.

Aos meus pais, Regina e Cristiano, por todo o amor e o apoio que sempre me deram, por serem uma sólida base que me permitiu tornar-me a pessoa que sou hoje e por serem minha inspiração enquanto ser humano.

À minha irmã, Gabrielle, por me mostrar que o amor a alguém pode ser infinito e por ser meu conforto e minha luz quando me perco na agitação dos meus pensamentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos, meus agradecimentos.

“[...] eu havia escutado o que ele escutara, havia visto o que ele vira, e, ainda assim, pelo que dissera, era evidente que ele via, de modo claro, não apenas o que acontecera, mas também o que ia acontecer.”¹ (DOYLE, 1999, [229] p., tradução nossa.)

¹ “[...] I had heard what he had heard, I had seen what he had seen, and yet from his words it was evident that he saw clearly not only what had happened but what was about to happen.”

RESUMO

A evidencialidade é uma categoria qualificacional que diz respeito à indicação da fonte da informação contida em um enunciado ou ao meio pelo qual essa informação foi obtida. Tendo como aparato teórico a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e a classificação da evidencialidade proposta por Hengeveld e Hattner (2015), esta pesquisa centra-se, mais especificamente, em dois subtipos evidenciais: a *inferência*, que marca um cálculo mental assentado em conhecimento, e a *dedução*, que expressa um cálculo mental embasado por evidências perceptuais. A diferença entre esses tipos de raciocínio costuma mostrar-se pertinente para a expressão gramatical da evidencialidade, já que, em várias línguas, há itens gramaticais diferentes para codificar inferência e dedução. No português, por outro lado, em que a evidencialidade é expressa lexicalmente e não é uma categoria de expressão obrigatória, esses subtipos costumam ser codificados pelos mesmos elementos, como verbos cognitivos e verbos de percepção, e acabam tendo suas funções sobrepostas em alguns contextos. Tendo em vista a sobreposição de sentidos e a proximidade conceitual entre inferência e dedução, esta pesquisa tem o objetivo de verificar se o português marca, por meios morfossintáticos, a diferença semântica existente entre tais subtipos evidenciais. Para tanto, este estudo analisa os usos inferencial e dedutivo dos verbos *inferir*, *deduzir*, *concluir*, *perceber*, *observar* e *ver* em ocorrências retiradas do Corpus Brasileiro (SARDINHA; MOREIRA FILHO; ALAMBERT, 2010), e do Timestamped JSI (TRAMPUS; NOVAK, 2012). Como resultado, a análise dos dados indica que a inferência é expressa em um número maior de padrões morfossintáticos que a dedução. Além disso, mesmo as relações morfossintáticas que servem à expressão de ambos os subtipos se dão de maneira diferente a depender do sentido evidencial empregado pelo falante, o que ratifica a diferença na codificação desses evidenciais. Semanticamente, é possível observar uma preferência da dedução por verbos de percepção, motivada aparentemente pela ligação dessa classe de verbo com o tipo de evidência que é utilizado no raciocínio dedutivo, uma percepção sensorial. Por fim, ainda é possível observar uma distinção no modo como os dois subtipos interagem com outras categorias semânticas, como tempo e modo, já que a inferência não apresenta restrições sob seu escopo, permitindo o aparecimento dos tempos do passado, do presente e do futuro, assim como dos modos indicativo, subjuntivo e condicional, ao passo que, sob o escopo da dedução, apenas os tempos do passado e do presente do modo indicativo são encontrados.

Palavras-chave: evidencialidade; inferência; dedução; Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

Evidentiality is a qualificational category which concerns the source of the information contained in a statement or the means by which that information was acquired. Supported by the theoretical model of the Functional Discourse-Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) and by the evidentiality's classification proposed by Hengeveld and Hattnher (2015), this research focuses, more specifically, on two evidential subtypes: *inference*, which marks a knowledge-based reasoning, and *deduction*, which expresses reasoning based on perceptual evidence. The difference between them is usually relevant to the grammatical expression of evidentiality, given that in several languages there are different grammatical items to encode inference and deduction. In Portuguese, on the other hand, evidentiality is expressed lexically and it is not a category of mandatory expression, so these subtypes are usually encoded by the same elements, such as cognitive verbs and perception verbs, which means that in some contexts there is an overlap of these subtypes. In view of this overlap of meanings and the conceptual proximity between inference and deduction, the aim of this research is to verify whether Portuguese expresses, by morphosyntactic means, the existing semantic difference among such evidential subtypes. To do so, this study analyzes the inferential and deductive uses of verbs *inferir*, *deduzir*, *concluir*, *perceber*, *observar* and *ver* in occurrences of Corpus Brasileiro (SARDINHA; MOREIRA FILHO; ALAMBERT, 2010), and Timestamped JSI (TRAMPUS; NOVAK, 2012). As a result, data analysis indicates that inference is expressed in a larger number of morphosyntactic patterns than deduction. Moreover, even the morphosyntactic relations that express both subtypes are different depending on the evidential meaning employed by the speaker, which ratifies the difference in the codification of these evidentials. Semantically, it is possible to observe a preference of deduction for perception verbs, apparently motivated by the connection of this verb class with the type of evidence used in deductive reasoning, a sensory perception. Finally, it is also possible to observe a distinction in the way the two subtypes interact with other semantic categories, such as tense and mood, since inference does not show restrictions under its scope, allowing past, present and future tenses, as well as indicative, subjunctive and conditional moods, whereas under deduction's scope only past and present tenses of indicative mood are found.

Keywords: evidentiality; inference; deduction; Functional Discourse-Grammar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Diferentes abordagens da evidencialidade de cálculo mental.....	29
Quadro 2. A natureza da evidência utilizada no cálculo mental.....	71
Quadro 3. Representação semântica da inferência expressa por Oração simples.....	78
Quadro 4. Representação morfossintática da inferência expressa por Oração Simples.....	79
Quadro 5. Representação semântica da inferência expressa por Oração complexa cujo complemento é uma Oração finita.....	80
Quadro 6. Representação morfossintática da inferência expressa por Oração complexa cujo complemento é uma Oração finita.....	81
Quadro 7. Tipos de predicação sob o escopo do evidencial inferencial.....	86
Quadro 8. Representação morfossintática da inferência expressa por Oração complexa cujo complemento é uma Oração não finita.....	86
Quadro 9. Representação semântica da inferência expressa na relação de justaposição.....	88
Quadro 10. Representação morfossintática da inferência expressa na relação de justaposição.....	89
Quadro 11. Representação semântica da inferência expressa pela modificação.....	94
Quadro 12. Representação morfossintática da inferência expressa pela modificação.....	94
Quadro 13. Representação semântica da inferência expressa pela parentetização.....	101
Quadro 14. Representação pragmática da inferência expressa pela parentetização.....	101
Quadro 15. Representação morfossintática da inferência expressa pela parentetização.....	102
Quadro 16. Representação semântica da dedução expressa por complementação.....	105
Quadro 17. Representação morfossintática da dedução expressa por complementação.....	106
Quadro 18. Representação semântica da dedução expressa por justaposição.....	108
Quadro 19. Representação morfossintática da dedução expressa por justaposição.....	108
Quadro 20. Relações morfossintáticas que expressam a inferência e a dedução	109
Quadro 21. A inferência e a dedução expressas pela complementação e pela justaposição.	109
Quadro 22. O escopo da inferência expressa pela modificação e pela parentetização.....	109
Quadro 23. Tempo e modo da Oração encaixada na Oração matriz com o evidencial.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal.....	32
Figura 2 – Esquema geral da GDF.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de ocorrências dos verbos evidenciais.....	67
Tabela 2. Verbos de percepção e verbos cognitivos na expressão da evidencialidade inferencial e dedutiva.....	110
Tabela 3. Frequência dos subtipos evidenciais com cada verbo.....	111

LISTA DE ABREVIÇÕES

1 = primeira pessoa
2 = segunda pessoa
3 = terceira pessoa
ABS = absolutivo
ASSUM = suposição
AUX = auxiliar
COMPL = completivo
CONTR = tópico contrastivo
DECL = declarativo
DED = dedução
DEDUCTIVE.EV = evidencial dedutivo
DEM = demonstrativo
DES = desiderativo
DIR.EV = evidencial direto
DVB = deverbalizador
ERG = ergativo
EXCL = exclusivo
F = feminino
FNS = sufixo nominal final
GEN = genitivo
HUM = humano
I = série i (língua tapirapé)
II = série II (língua tapirapé)
IMP = imperativo
INC = aspecto incompletivo
INCH = inceptivo
IND = modo indicativo
INFER = inferência
INFR = inferido
INTER = interrogativo
IPFV = imperfeito

LOC = locativo
N = neutro
NARR.PAST = passado de narrativa
NCL = classificador nominal
NF = não feminino
NONVIS = não visual
OBJ = objeto
PERC = percepção de evento
PERF = perfectivo
PL = plural
PREVIOUS.EVIDENCE.EV = evidencial de evidência prévia
PROX = aproximativo
PRS = tempo presente
PST = tempo passado
QUOT = citação
RECPST = passado recente
REFR = referencial
REMPST = passado remoto
REP = reportativo
SBJ = sujeito
SG = singular
SIM = simultâneo
SPECL = especulativo
SR = mudança de referência
SS = sujeito idêntico
TEL = télico
VCLASS = classe de verbo
VIS = visual
VS = sufixo verbal

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A categoria da evidencialidade e a evidencialidade de cálculo mental.....	15
CAPÍTULO II: A evidencialidade na Gramática Discursivo-Funcional	31
2.1 A Gramática Discursivo-Funcional	31
2.2 Os subtipos evidenciais na GDF	41
2.3 A inferência e a dedução na GDF	47
CAPÍTULO III: Universo de pesquisa e metodologia	57
3.1 O corpus e as ferramentas de pesquisa	57
3.2 Delimitação do objeto de estudo	58
3.3 Critérios de levantamento das ocorrências	61
3.4 Critérios de análise das ocorrências	63
CAPÍTULO IV: Aspectos semânticos e morfossintáticos da inferência e da dedução	65
4.1 Diferenças no embasamento de um cálculo mental.....	67
4.2 Diferenças na expressão da evidencialidade de cálculo mental.....	74
4.2.1 A expressão da inferência	74
4.2.1.1 Complementação.....	75
4.2.1.1.1 Oração Simples	75
4.2.1.1.2 Oração complexa (matriz + completiva finita).....	79
4.2.1.1.3 Oração complexa (matriz + completiva não finita).....	81
4.2.1.2 Justaposição.....	87
4.2.1.3 Modificação.....	89
4.2.1.4 Parentetização.....	94
4.2.2 A expressão da dedução	103
4.2.2.1 Complementação.....	103
4.2.2.2 Justaposição.....	106
4.3 Resumo dos resultados.....	108
CAPÍTULO V: Outros aspectos semânticos da inferência e da dedução	110
5.1 Determinação dos subtipos evidenciais sobre a escolha dos verbos.....	110
5.2 A combinação de tempo e modo com a inferência e a dedução.....	112
5.3 Relativas sem antecedente como complemento da oração evidencial.....	119
5.4 Resumo dos resultados.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

A evidencialidade é uma categoria qualificacional utilizada para indicar a fonte da informação contida em um enunciado ou o meio pelo qual essa informação foi obtida. Em muitas línguas, esse fenômeno é codificado gramaticalmente e, em várias delas, sua expressão é obrigatória, constituindo um paradigma flexional que necessariamente especifica, em todo enunciado, *como* se sabe o que se sabe (AIKHENVALD, 2004). Essa categoria também pode ser codificada por meios lexicais, sendo sua expressão, nesses casos, não obrigatória, como acontece no português brasileiro. Nessa língua, a evidencialidade pode manifestar-se por meios diversos (verbos, advérbios, locuções adverbiais, etc.), como demonstram Gonçalves (2003), Casseb-Galvão (2011), Vendrame (2010), Kapp-Barboza (2017), Hattnher (2018), Miranda e Hattnher (2019), entre outros trabalhos.

Além disso, a evidencialidade tem sido entendida como um fenômeno que agrupa diferentes subtipos, geralmente sumarizados em:

i) a percepção de um evento diretamente por meio de um dos sentidos (visão, audição, tato, olfato ou paladar):

- (1) Depois de pegar minha medalha e meu lanche, fui para a linha de chegada esperar os vencedores da maratona. Deu tempo certinho. **Vi a chegada da Marizete Resende** (2h42m46s) e depois do estreante na Maratona do Rio, o Marco Antonio Pereira (2h17m10s), fechando a dobradinha brasileira, derrotando os quenianos. (VENDRAME, 2010, p. 134, grifos do autor.)

Em (1), o falante percebe diretamente, por meio da visão, o evento *a chegada da Marizete Resende* e utiliza o verbo *ver* para marcar o meio de obtenção dessa informação.

ii) um cálculo mental baseado em evidências internas ao falante, como um conhecimento, ou baseado em evidências perceptuais:

- (2) Não podemos nos agarrar a nada. Conheceste o Hélio ao nascer e acompanhaste o seu crescimento. Embora não tenhas tido um filho, **sei**, sempre soube pelo teu olhar, **que compreendes o sentido mais profundo da paternidade**. (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 121, grifos nossos.)

- (3) **Sei**, pelo barulho do encanamento do edifício, **que o vizinho do andar de cima já acordou e está escovando os dentes**. (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 125, grifos nossos.)

Em (2), a partir do que sabe sobre o comportamento de seu interlocutor, o falante infere que esse indivíduo *compreende o sentido mais profundo da paternidade*. Em (3), por outro lado, além do conhecimento do falante sobre situações anteriores semelhantes à descrita, há também uma percepção sensorial auditiva, *o barulho do encanamento do edifício*, que serve de base para que o falante deduza que seu vizinho do andar de cima tenha acordado e esteja escovando os dentes.

iii) a retransmissão de uma informação, isto é, a indicação de que a informação apresentada foi originalmente produzida por outro falante.

- (4) – Menino, **diz que** você quer pedir moça (em casamento)? Menino, deixe disso, você não conhece ainda o trivial do casamento... Tome meu conselho! (adaptado de CASSEB-GALVÃO, 2011, p. 329, grifos do autor)²

No exemplo (4), o emprego de *diz que* sinaliza que a informação *quer pedir a moça (em casamento)* foi repassada ao falante por outra pessoa, a qual, nesse enunciado, não é especificada.

Hengeveld e Hattner (2015), apoiados na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), doravante GDF, dividem a evidencialidade de cálculo mental em dois subtipos distintos, diferenciando-os com base em seu escopo semântico, que reflete a natureza daquilo em que eles estão assentados: se a base para a conjectura tiver sido apenas o conhecimento armazenado do falante, então há uma *inferência*, como em (2) acima; se o cálculo mental estiver assentado em evidências perceptuais, como indícios da ocorrência de um evento, reconhece-se então uma *dedução*, como em (3) acima.

Apesar de esse resultado decorrer da análise de línguas indígenas brasileiras que marcam gramaticalmente a evidencialidade, o aparato teórico da GDF também se mostra adequado para a análise da expressão lexical dessa categoria, como demonstram

² Tendo em vista que, na análise empreendida neste trabalho, não é feita uma diferença entre texto falado e texto escrito, as marcas de oralidade das ocorrências foram adequadas à norma padrão a fim de facilitar a fluidez de leitura dos exemplos. Essas mudanças são indicadas pela expressão *adaptado de*.

Vendrame (2010) e Vendrame-Ferrari (2012a; 2012b), que investigam o uso dos verbos de percepção *ver*, *ouvir* e *sentir* na expressão da evidencialidade em língua portuguesa, dedicando alguma atenção à evidencialidade de cálculo mental. Além desses estudos, Kapp-Barboza (2017), ao analisar os diferentes usos do verbo *saber* em português, descreve, entre eles, o emprego de evidencial inferencial e dedutivo que esse elemento apresenta. Os trabalhos mencionados, entretanto, abordam a evidencialidade de um modo mais amplo, não tendo como foco subtipos evidenciais em particular.

Nesse panorama, há uma lacuna no que concerne a uma investigação específica da expressão da inferência e da dedução em língua portuguesa, e essa investigação se justifica ao se observar a proximidade conceptual dos dois subtipos e a utilização dos mesmos elementos linguísticos para codificá-los. Assim, a pesquisa aqui descrita objetiva preencher essa lacuna e contribuir para os estudos sobre evidencialidade em língua portuguesa, em um âmbito específico, e para os estudos sobre evidencialidade lexical, em um âmbito geral.

Desse modo, partindo-se do princípio de que é possível diferenciar semanticamente a inferência da dedução, e que a relevância dessa diferença é encontrada na gramática de diversas línguas, esta pesquisa tenciona verificar se a distinção entre esses subtipos evidenciais também é relevante para a gramática do português. Para tanto, utilizar-se-á o aparato teórico da GDF e a classificação da evidencialidade proposta por Hengeveld e Hattner (2015).

Para atingir tal objetivo, esta pesquisa analisa o comportamento evidencial dos verbos *inferir*, *deduzir*, *concluir*, *perceber*, *observar* e *ver*, selecionados a partir de resultados de trabalhos anteriores em âmbito de iniciação científica,^{3,4} em que se abordou a temática da evidencialidade. A análise desses verbos tem os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a expressão da inferência e da dedução quanto à natureza morfossintática da oração evidencial e do elemento inferido/deduzido sob seu escopo, tencionando encontrar possíveis distinções nesse nível justificadas por diferenças semânticas;

³ Projeto intitulado “Usos evidenciais no português do Brasil: uma análise discursivo-funcional de diferentes discursos argumentativos”.

⁴ Projeto intitulado “Usos evidenciais no português do Brasil: a expressão da dedução e da percepção de evento”, financiado pelo CNPq em âmbito de PIBIC.

- Caracterizar a expressão desses dois subtipos quanto ao tipo de referência temporal contido na oração com a informação inferida/deduzida, a fim de verificar se as distinções temporais observadas na expressão gramatical da evidencialidade em trabalhos anteriores aplicam-se também à sua codificação lexical;
- Caracterizar, em termos semânticos, o elemento inferido/deduzido e a base utilizada para o cálculo mental, a fim de verificar a aplicabilidade das generalizações, realizadas em estudos anteriores, sobre a natureza semântica desse elemento.

Por fim, tendo em vista que a intenção desta pesquisa é constatar como se dá a expressão da inferência e da dedução no português brasileiro atual, os dados analisados são provenientes de excertos retirados do Corpus Brasileiro (SARDINHA; MOREIRA FILHO; ALAMBERT, 2010) e do Timestamped JSI (TRAMPUS; NOVAK, 2012), ambos compostos por textos do português contemporâneo.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: no capítulo I, há a apresentação da evidencialidade e uma discussão acerca do modo como os subtipos evidenciais de cálculo mental têm sido tratados na literatura; no capítulo II, o modelo da Gramática Discursivo-Funcional é introduzido, sendo apresentados seu entendimento sobre a evidencialidade e também trabalhos que já trataram dessa temática, em português, na perspectiva dessa teoria; no capítulo III, o corpus e os procedimentos de análise das ocorrências são descritos; no capítulo IV, é feita uma discussão sobre a natureza semântica da evidência que serve de base aos diferentes tipos de cálculo mental e são apresentadas as características semânticas e morfossintáticas da inferência e da dedução em português; no capítulo V, são descritos outros aspectos semânticos e morfossintáticos da inferência e da dedução, como a preferência ou não desses subtipos por determinada classe de verbo, sua combinação com tempo e modo, e sua expressão por meio das relativas sem antecedentes; por fim, são feitas as considerações finais, contrastando e sistematizando as diferenças entre a inferência e a dedução.

CAPÍTULO I

A CATEGORIA DA EVIDENCIALIDADE E A EVIDENCIALIDADE DE CÁLCULO MENTAL

O conceito de evidencialidade foi, por muito tempo, tema de debate na comunidade científica. Uma das definições mais consagradas dessa categoria é a apresentada por Aikhenvald (2004), que analisa as marcas gramaticais da evidencialidade em mais de 500 línguas de todas as partes do mundo. Segundo a autora,

a evidencialidade é uma categoria linguística cujo significado primário é a fonte da informação. [...] ela trata do modo como a informação foi adquirida, sem necessariamente estar relacionada ao grau de certeza do falante com relação ao enunciado ou a seu estatuto enquanto verdadeiro ou não.⁵ (AIKHENVALD, 2004, p. 3, tradução nossa)

Essa definição visa diferenciar a evidencialidade de outra categoria que também está relacionada ao estatuto epistemológico do enunciado, a *modalidade epistêmica*, que, nos moldes de Hattner e Hengeveld (2016, p. 3-4), “caracteriza episódios em termos da (im)possibilidade de sua ocorrência tendo em vista o que se sabe sobre o mundo [...] ou] expressa o comprometimento do falante com respeito ao valor de verdade de um conteúdo proposicional”.⁶

Como explica de Haan (1999), a evidencialidade, em vários trabalhos (PALMER, 1986; FRAJZYNGIER, 1985; 1987; entre outros), é entendida como um subtipo da modalidade epistêmica. Entretanto, atualmente há certo consenso de que as duas categorias são distintas, ainda que ambas tratem da construção epistemológica do enunciado.

Esse posicionamento é adotado neste trabalho, que considera a evidencialidade como uma categoria que diz respeito à indicação da fonte da informação contida em um enunciado ou ao meio pelo qual ela foi obtida, e entende a modalidade, concordando com Hattner e Hengeveld (2016), como uma categoria que se refere à avaliação da

⁵ “Evidentiality is a linguistic category whose primary meaning is source of information. [...] this covers the way in which the information was acquired, without necessarily relating to the degree of speaker’s certainty concerning the statement or whether it is true or not.”

⁶ “characterizes episodes in terms of the (im)possibility of their occurrence in view of what is known about the world [...] expresses the speaker’s commitment with respect to the truth value of a propositional content.”

(im)possibilidade de ocorrência de um evento com base no que se sabe sobre o mundo ou ao comprometimento do falante com o valor de verdade de seu enunciado.

Outro ponto de divergência nos estudos sobre evidencialidade é a divisão dos subtipos desse fenômeno. Willett (1988), por exemplo, propõe uma separação entre *evidencialidade direta*, para os casos em que o falante percebe, por meio dos sentidos, a informação apresentada, e *evidencialidade indireta*, para uma informação obtida por meio de uma inferência ou do relato de outra pessoa.

Aikhenvald (2004), por outro lado, propõe ainda mais especificações para a evidencialidade. Segundo a autora, os sistemas evidenciais variam amplamente com relação à sua complexidade e ao número de sentidos que veiculam. Por essa razão, ela faz distinção entre alguns tipos evidenciais, constatados em sua análise de marcas gramaticais dessa categoria.

O primeiro deles é o evidencial *visual*, que marca “uma informação obtida por meio da visão”⁷ (AIKHENVALD, 2004, p. 63). A ocorrência (5), do Tariana, língua indígena brasileira, exemplifica o uso do evidencial visual, em que o morfema *-ka* expressa, ao mesmo tempo, evidencialidade visual e passado recente, que seria utilizado caso o falante tivesse visto José jogar futebol:

- (5) Tariana (AIKHENVALD, 2004, p. 2)
 Juse irida di-manika-**ka**
 José futebol 3SG.NF-jogar-RECPST.VIS⁸
 “José jogou futebol (vimos isso).”

Por outro lado, se o falante tivesse apenas ouvido o barulho da partida de futebol, mas não pudesse vê-la, utilizaria o evidencial *não visual sensorial*, que marca uma “informação adquirida por meio da audição, e é tipicamente estendido ao olfato e ao paladar, e, às vezes, ao tato também”⁹ (op. cit., p. 63), como se vê a seguir:

- (6) Tariana (AIKHENVALD, 2004, p. 2)
 Juse irida di-manika-**mahka**
 José futebol 3SG.NF-jogar-RECPST.NONVIS
 “José jogou futebol (ouvimos isso).”

⁷ “[...] covers information acquired through seeing.”

⁸ Com exceção das siglas usadas para indicar os evidenciais, os símbolos da glosa foram adaptados aos utilizados pela GDF, a fim de padronizá-los.

⁹ “[...] information acquired through hearing, and is typically extended to smell and taste, and sometimes also to touch.”

Segundo Aikhenvald (op. cit., p. 2), se o falante não pudesse ver nem ouvir a partida, mas observasse que o equipamento de futebol de José havia sumido e visse também uma multidão voltando do campo de futebol, isso seria o bastante para inferir que José jogou futebol. A marca para esse tipo de raciocínio é chamada pela autora de *inferência*, que é feita “com base em evidência visível ou tangível, ou em um resultado”¹⁰ (op. cit., p. 63):

- (7) Tariana (AIKHENVALD, 2004, p. 2)
 Juse irida di-manika-**nihka**
 José futebol 3SG.NF-jogar-**RECPST.INFR**
 “José jogou futebol (inferimos isso a partir de evidência visual).”

Os falantes de Tariana fazem diferença entre esse tipo cálculo mental assentado em evidências mais concretas e um cálculo mental realizado a partir de suposições. Aikhevand (op. cit., p. 63) afirma que o evidencial de *suposição* é utilizado quando o raciocínio é “baseado em outras evidências que não sejam resultados visíveis, as quais podem incluir raciocínio lógico, suposição, ou simplesmente conhecimento geral”.¹¹ Considerando o mesmo exemplo da partida de futebol, se o falante tivesse visto que José não estava em casa no domingo à tarde e soubesse que normalmente José joga futebol nesse dia e nesse horário, poderia proferir o seguinte enunciado:

- (8) Tariana (AIKHENVALD, 2004, p. 2)
 Juse irida di-manika-**sika**
 José futebol 3SG.NF-jogar-**RECPST.ASSUM**
 “José jogou futebol (supomos isso com base no que já sabemos).”

Aikhevanld (2004, p. 3) apresenta também o evidencial de *relato* (ou *rumor*), que é utilizado “para uma informação relatada sem referência àquele que a relatou”,¹² como se vê a seguir:

- (9) Tariana (AIKHENVALD, 2004, p. 3)
 Juse irida di-manika-**pidaka**
 José futebol 3SG.NF-jogar-**RECPST.REP**
 “José jogou futebol (alguém contou para nós).”

¹⁰ “[...] based on visible or tangible evidence, or result.”

¹¹ “[...] based on evidence other than visible results: this may include logical reasoning, assumption, or simply general knowledge.”

¹² “[...] for reported information with no reference to those it was reported by.”

Além disso, quando o falante deseja apresentar uma “informação relatada com uma referência explícita à fonte citada”¹³ (AIKHENVALD, 2004, p. 64), ele pode fazer uso, em algumas línguas, de uma marca especializada de *citação*, como se vê no exemplo a seguir, em que o falante atribui a informação a outra pessoa:

- (10) Comanche (CHARNEY, 1993 apud AIKHENVALD, 2004, p. 50)
- | | | | |
|-----|-------------------|--------|-----------------|
| hãã | me-se | sut | patsi |
| sim | QUOT-CONTR | aquela | irmã.mais.velha |
- “A irmã mais velha disse ‘sim’.”

A diferença entre rumor e citação fica ainda mais evidente quando esses dois subtipos evidenciais coocorrem, como no exemplo (11), em que o falante relata os dizeres de alguém e marca essa informação como originalmente produzida por outra pessoa:

- (11) Comanche (CHARNEY, 1993 apud AIKHENVALD, 2004, p. 50)
- | | | |
|-----------------------|-------|---------------------|
| suti ⁻ -se | ‘yes’ | me-ki |
| aquela-CONTR | sim | QUOT-NARRPST |
- “Ele (Coyote) falou ‘sim’, dizem.”

Embora a identificação dos subtipos evidenciais não seja consensual entre os diversos autores que tratam desse tema, a opção por um suporte teórico que identifica as categorias qualificacionais a partir de seu escopo semântico, como é o caso da GDF, facilita a caracterização de cada tipo evidencial, como será mostrado no próximo capítulo. Por ora, vamos nos ater especificamente ao tratamento que recebem, na literatura, as marcas evidenciais de cálculo mental. Este termo é utilizado aqui de modo genérico, a fim de englobar todos os evidenciais que expressam algum tipo de informação resultante de um raciocínio, independentemente da base na qual o cálculo mental esteja assentado. Sendo assim, são apresentas a seguir as subclassificações para esse tipo de evidencialidade propostas por diferentes autores, tanto a partir de uma perspectiva tipológica quanto a partir da análise do comportamento de línguas específicas.

A distinção entre tipos de cálculo mental pode ser verificada em várias línguas. Segundo Aikhenvald (2004, p. 174, tradução nossa), “dois tipos básicos de inferência

¹³ “[...] reported information with an overt reference to the quoted source.”

podem adquirir expressão gramatical em sistemas evidenciais amplos: inferência baseada em resultados e conjectura baseada em raciocínio”.¹⁴

A autora divide os sistemas evidenciais com base no número de sentidos que eles codificam. Os sistemas de duas opções costumam fazer distinção entre informação relatada vs. todo o restante ou entre informação percebida pelos sentidos vs. todo o restante. As marcas especializadas para cálculo mental aparecem a partir dos sistemas evidenciais com três opções, em que a inferência é codificada nas distinções entre: i) percebido pelos sentidos (ou visual) vs. inferido vs. relatado; e ii) visual vs. não visual sensorial vs. inferido.

Segundo Aikhenvald (2004), o tipo (i) é encontrado em línguas como o Amdo Tibetano, como se vê nos exemplos a seguir:

(12) Amdo Tibetano (SUN, 1993, p. 950 apud AIKHENVALD, 2004, p. 45)

tʃaɕ^hi=kə ^htæ ŋu=t^hæ
Bkra.shis=ERG cavalo comprar(COMPL)=DIR.EV
"Bkra-shis comprou um cavalo" (o falante viu)

(13) Amdo Tibetano (SUN, 1993, p. 950 apud AIKHENVALD, 2004, p. 45)

tʃaɕ^hi=kə ^htæ ŋu=zəg
Bkra.shis=ERG cavalo comprar(COMPL)=INFR
"Bkra-shis comprou um cavalo" (o falante inferiu)

(14) Amdo Tibetano (SUN, 1993, p. 950 apud AIKHENVALD, 2004, p. 45)

tʃaɕi^hi=kə ^htæ ŋu=t^hæ/zəg se
Bkra.shis=ERG cavalo comprar(COMPL)=DIR/INFR REP
"Bkra-shis comprou um cavalo" (contaram ao falante)

Em (12), a informação de que o indivíduo vendeu o cavalo é percebida pelo falante com seus próprios sentidos. Já em (13), a informação é proveniente de uma inferência. Por fim, o exemplo (14) é marcado com um evidencial de relato, então a informação contida no enunciado é originalmente produzida por outro falante.

¹⁴ "Two basic kinds of inference can acquire grammatical expression in large evidentiality systems: inference based on results and assumption based on reasoning."

O tipo (ii), segundo Aikhenvald (op. cit., p. 46), seria encontrado em línguas como Washo e Siona, embora a autora não apresente exemplos dessas línguas.

A partir dos sistemas evidenciais com quatro opções, Aikhenvald (2004) demonstra que a distinção entre tipos de cálculo mental começa a acontecer. A configuração dos sistemas em que se verifica isso é a seguinte: percebido pelos sentidos (ou visual) vs. inferido vs. assumido vs. relatado. Além do Tariana, anteriormente apresentado, outras línguas fazem essa distinção, como o Tsafiki, que distingue um cálculo mental feito a partir de uma evidência tangível (15), chamado por Aikhenvald (2004, p. 54) de *inferido*, e um cálculo mental assentado em conhecimento geral ou que consiste em um raciocínio (16), que a autora chama de *suposição*:

- (15) Tsafiki (DICKINSON, 1999; 2000; 2001 apud AIKHENVALD, 2004, p. 55)

Manuel	ano	fi- nu -e
Manuel	comida	comer- INFR -DECL

“O Manuel comeu (o falante vê os pratos sujos).”

- (16) Tsafiki (DICKINSON, 1999; 2000; 2001 apud AIKHENVALD, 2004, p. 55)

Manuel	ano	fi- n-ki -e
Manuel	comida	comer-NMLZ- VCLASS:AUX -DECL

“O Manuel comeu (ele sempre come às 8h em ponto e agora são 9h).”

No exemplo (15), a partir de uma evidência obtida por meio da visão, o falante chega à conclusão de que Manuel tenha comido. Em (16), por outro lado, é o conhecimento do falante sobre os hábitos de Manuel que sustenta o cálculo mental. Nesse exemplo, o que indica a inferência, segundo Aikhenvald (2004, p. 54), é o emprego da nominalização com a marca da classe de verbo. Além disso, assim como no Tariana, o que diferencia os tipos de cálculo mental é sua base, ou seja, se ele é realizado puramente a partir de conhecimento ou se é baseado também por alguma evidência sensorial.

Aikhenvald (2004, p. 55) explica também que outra língua que faz diferença entre tipos de cálculo mental é o Shipibo-Konibo, a qual, assim como as outras citadas anteriormente, diferencia um raciocínio assentado em uma evidência sensorial (17) de um raciocínio baseado em suposição, especulação ou conhecimento geral (18):

- (17) Shipibo-Konibo (VALENZUELA, 2003 apud AIKHENVALD, 2004, p. 55)

mi-n	bake	pi-kas-bira-[a]i,	oin-we!
2-GEN	filho:ABS	comer-DES-INFR-INC	ver-IMP

“Seu filho deve estar com fome (inferido com base no choro dele), vai ver!”

- (18) Shipibo-Konibo (VALENZUELA, 2003 apud AIKHENVALD, 2004, p. 55)

tso-a-mein	i-ti	iki
quem-ABS-SPECL	ser-INF	AUX

“Quem deve ser?”

Em (17), com base em uma evidência obtida por meio da audição, o falante infere que a criança está com fome. Já em (18), conforme explica Aikhenvald (2004, p. 55), o enunciado poderia ser proferido ao ouvir alguém bater na porta, e o falante indagar-se quem poderia ser. Note-se que a inferência não é sobre a ação de bater na porta, mas sobre a identidade de quem está batendo, e, por isso, o evidencial de suposição é escolhido nesse contexto.

A diferença entre tipos de cálculo mental também é feita, segundo Aikhenvald (2004), em sistemas com cinco ou mais opções de marcas evidenciais, podendo conter ainda mais sutilezas. A autora explica que em Foe (língua falada na Papua Nova Guiné), por exemplo, há marcas distintas para codificar um cálculo mental baseado em evidências percebidas por meio dos sentidos (19), em evidências percebidas pela visão que são o resultado de algum evento (20) e em evidências percebidas pelo falante antes do momento de enunciação, mas às quais ele não tem mais acesso (21).

- (19) Foe (RULE, 1977 apud AIKHENVALD, 2004, p. 62)

Kabe	Irabo	wa-ada'ae
Senhor	Irabo	vir-DEDUCTIVE.EV

“O sr. Irabo está vindo” (posso ouvi-lo conversando e posso reconhecer sua voz)

- (20) Foe (RULE, 1977 apud AIKHENVALD, 2004, p. 62)

Agu	amena	wa-boba'ae
Agu	homem	vir-VIS.EVIDENCE.EV

“Os homens Agu estão vindo” (posso ver a fumaça levantando da trilha dos Agu)

- (21) Foe (RULE, 1977 apud AIKHENVALD, 2004, p. 62)

Kabe	Maduane	minage	wa-bubege
Mr	Maduane	ainda	vir-PREVIOUS.EVIDENCE.EV

“O sr. Maduane ainda está vindo” (ambos partiram juntos, mas o falante veio mais rapidamente que Maduane e sabe então que o outro ainda está a caminho)

Em (19), a partir da voz que escuta, o falante deduz que Irabo está indo em sua direção. Em (20), por sua vez, o falante observa uma fumaça subir da trilha dos Agu e deduz que eles estão indo em sua direção. Por fim, em (21), a partir de uma informação

obtida por meio de sua experiência pessoal, o falante chega à conclusão de que Maduane ainda está indo para onde o primeiro se encontra.

Além disso, a falta de marcação especializada para nuances de cálculo mental em línguas com sistemas evidenciais mais simples não implica que os falantes dessas línguas não possam reconhecer essas especificidades. Como afirma Aikhenvald (2004, p. 174), línguas com uma única marca evidencial de cálculo mental expressam, por meio dessa mesma marca, todas as diferentes nuances dos processos inferenciais.

As análises de Aikhenvald (2004) demonstram que a informação obtida por meio de um cálculo mental pode ser codificada de diversas formas nas línguas naturais e que esse processo mental apresenta diferentes nuances. Esses matizes são analisados por Squartini (2008) em línguas aparentadas do português, que faz um estudo comparativo entre o francês e o italiano sobre o modo como diferentes tipos de raciocínio são veiculados nessas línguas. O autor constata a codificação de três deles: a *inferência circunstancial*, que teria como base uma evidência externa obtida por meios sensoriais (22); a *inferência genérica*, cuja base seria um conhecimento de mundo do falante (23); e a *conjectura*, quando nenhuma evidência sensorial nem interna estivesse disponível (24):

- (22) [Indicando un ragno] Attento, **deve essere** ancora vivo, perché ho visto che si muove.
“[Apontando para uma aranha] Cuidado! Ainda **deve estar** viva, porque a vi se movendo.” (SQUARTINI, 2008, p. 922)
- (23) [Suonano alla porta] Deve essere il postino
“[A campainha toca] Deve ser o carteiro.” (SQUARTINI, 2008, p. 922)
- (24) On sonne. Je n’attendais personne pourtant. Ça sera Jean peut-être.
“[A campainha toca] Em todo caso, eu não estava esperando ninguém. Talvez seja Jean (lit.: *Será Jean talvez*).” (SQUARTINI, 2008, p. 924)

Em (22), a partir do movimento da aranha, percebido por meio da visão, o falante chega à conclusão de que o aracnídeo ainda está vivo. O enunciado em (23), segundo Squartini (2008), seria proferido se o falante soubesse que o carteiro costuma tocar a campainha em um determinado horário e, já que se encontra nesse horário, inferisse que é o carteiro à porta. Por último, o enunciado em (24) seria dito, segundo o autor, a partir de uma suposição, sem um conhecimento ou uma evidência sensorial externa para embasá-lo.

Com relação à conjectura, é preciso fazer uma ressalva: embora Squartini (2008) afirme que não há uma evidência que serve de base para esse tipo de cálculo mental, o que parece acontecer, na verdade, é a não explicitação, em termos linguísticos, dessa base. Afinal, só é possível chegar a uma determinada conclusão se o falante tiver algum conhecimento prévio sobre situações semelhantes a que descreve ou sobre como um evento deve comportar-se. Desse modo, a conjectura parece ser, na realidade, um uso de inferência circunstancial ou de inferência genérica em que a base para o cálculo mental não é apresentada.

Além disso, os três tipos de raciocínio citados anteriormente são propostos porque Squartini (2008) considera o processo inferencial como gradiente. Segundo o autor,

Inferências circunstanciais, genéricas e conjecturas são todas baseadas no mesmo modo de obtenção, sendo as três um produto do processo de raciocínio do falante e, por conseguinte, de um processo inferencial. Entretanto, elas são diferenciadas por meio de um parâmetro que está ligado ao balanceamento entre o envolvimento do falante, de um lado, em oposição à importação de evidência externa, de outro. Enquanto, em um dos polos (inferências circunstanciais), o próprio raciocínio do falante é fortemente sustentado por evidências sensoriais externas, no polo oposto, qualquer evidência externa está ausente, sendo o falante o único responsável pelo processo de raciocínio. Entre eles, a área intermediária das inferências genéricas pode ser encontrada com uma proporção balanceada do próprio raciocínio do falante e de informação externa derivada de conhecimento geral de mundo.¹⁵ (SQUARTINI, 2008, p. 925, tradução nossa)

A razão para Squartini (2008) reconhecer três tipos evidenciais de cálculo mental para o francês e para o italiano é justificada por fatores semânticos e morfossintáticos. Segundo o autor, o verbo *devoir*, do francês, e seu correspondente em italiano *dovere* podem expressar a inferência circunstancial, a inferência genérica e a conjectura. Por outro lado, o tempo futuro dessas línguas poderia ser utilizado para expressar somente inferência genérica e conjectura, como demonstra o teste realizado por Squartini (2008, p. 923):

¹⁵ “Circumstantial, generic inferences as well as conjectures are all based on the same mode of knowing, the three of them being products of the speaker’s reasoning process and therefore inferential processes. However, the three are differentiated along a parameter that is connected to the balance between the speaker’s involvement as opposed to the import of external evidence. While in one of the two poles (circumstantial inferences), the speaker’s own reasoning is heavily supplemented by external sensory evidence, in the opposite pole, all external evidence is missing, the speaker being solely responsible for the reasoning process. In between, the intermediate area of generic inferences can be found with a balanced proportion of the speaker’s own reasoning and external information deriving from general world knowledge.”

- (25) ??[Indicando un ragno] Attento, sarà ancora vivo, perché ho visto che si muove.
 “[Apontando para uma aranha] Cuidado! Ainda estará viva, porque a vi se movendo.”
 (SQUARTINI, 2008, p. 923)
- (26) Au loin on voit apparaître un homme. Il doit être (*sera) à bout, car il chancelle à chaque pas.
 Ao longe, vê-se um homem surgir. Ele deve estar (*estará) exausto, pois cambaleia a cada passo. (TASMOWSKI; DENDALE, 1998, p. 330 apud SQUARTINI, 2008, p. 923)

Segundo Squartini (2008, p. 926), essa diferença de comportamento entre o *devoir/dovere* e o futuro pode ser explicada a partir da confiabilidade de uma inferência baseada em uma evidência sensorial e de uma inferência realizada a partir da mera suposição do falante. Além disso, segundo o autor, haveria também uma ligação entre esses tipos de cálculo mental e a modalidade epistêmica, já que a inferência circunstancial estaria ligada à certeza e à forte probabilidade, ao passo que a conjectura estaria relacionada à possibilidade epistêmica. Desse modo, pode-se afirmar que o futuro é menos certo e menos confiável do que os modais *devoir/dovere*.

A partir do que Squartini (2008) apresenta, é possível perceber que, mesmo para a gramática das línguas românicas, que não dispõem de um sistema evidencial flexional, é relevante a codificação de diferentes nuances de cálculo mental. Essa constatação dialoga diretamente com a pesquisa aqui descrita, que tem como objeto de estudo a evidencialidade no português brasileiro, que, assim como o francês e o italiano, não apresenta um paradigma evidencial em sua gramática.

Diferentes tipos de cálculo mental também são reconhecidos por Kapp (2013) ao analisar a relação entre tempo e evidencialidade em um conjunto de línguas indígenas brasileiras. A autora, com base nas afirmações de Hengeveld e Hattnher (2012), que viria a ser publicado posteriormente como Hengeveld e Hattnher (2015), verifica que marcas distintas são utilizadas para codificar a *inferência*, a qual “evidencia que [o] falante obteve a informação por meio de cálculos mentais baseados em sua experiência prévia ou em informação disponível aos falantes” (KAPP, 2013, p. 74), e a *dedução*, utilizada quando o falante “afirma determinada informação com base em evidências perceptivas resultantes” (KAPP, 2013, p. 78). Esses subtipos são ilustrados pelas ocorrências a seguir, retiradas de Kapp (2013, p. 74; 80):

(27) Desano (MILLER, 1999, p. 67 apud KAPP, 2013, p. 74)

ẽrã gia wa-kĩ ĩrã tura -ro bihawere-yũ-bã
 3.PL 1.PL.EXCL ir-SR ver ser.forte-DVB ficar.triste-INFER.PST-3.PL
 ‘Vendo-nos partir, eles provavelmente ficaram muito tristes’
 (já que geralmente se fica triste ao ver amigos partirem)

(28) Mamaindê (EBERHARD, 2009, p. 459 apud KAPP, 2013, p. 80)

waʔnĩn-soʔka janãn-tu sun-le-Ø-ntĩn-wa
 pajé-NCL.HUM jaguar-FNS matar-I.PST-SBJ.3-RECPST.DED-DECL
 ‘O pajé matou o jaguar (ontem)’
 (e eu sei isso porque ele estava vestindo uma pele de jaguar hoje)

Em (27), com base em um conhecimento de mundo, o falante chega à conclusão de que certos indivíduos ficaram muito tristes. Já em (28), o cálculo mental é realizado a partir de uma evidência obtida por meios sensoriais, percebida pela visão, o que configura uma dedução.

Segundo Kapp (2013), a diferença entre esses subtipos evidenciais pode ser verificada a partir de seu escopo, que recai sobre camadas distintas do nível semântico da gramática. Amparada pela Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a autora afirma que a inferência atua sobre a camada do Conteúdo Proposicional, que diz respeito a um construto mental, e que a dedução tem escopo sobre a camada do Episódio, composta por um (conjunto de) Estado(s) de Coisas. Essa diferença seria reflexo do tipo de evidência utilizada para o cálculo mental: um conhecimento, de natureza proposicional, no caso da inferência, e uma percepção sensorial, entendida como um Estado de Coisas, no caso da dedução.

Além disso, Kapp (2013) explica que os evidenciais dedutivos são mais recorrentes no corpus analisado por ela do que os inferenciais. Segundo a autora, isso confirma uma previsão de Hengeveld e Hattner (2015) de que, se uma língua apresenta uma marca para inferência, que tem escopo sobre a camada mais alta do nível semântico, essa língua necessariamente também apresentará marcas para dedução e percepção de evento, que têm escopo sobre as camadas mais baixas na hierarquia desse nível.

Kapp (2013) também explica que, em algumas línguas, uma mesma forma é utilizada para codificar tanto inferência quanto dedução. Essa informação tem especial relevância para este trabalho, já que, sendo expressos por meios lexicais no português, muitas vezes esses subtipos evidenciais são codificados pelos mesmos elementos, de maneira análoga ao que acontece em alguns casos da expressão gramatical dessa categoria. Essa sobreposição de sentidos pode ser vista no Tapirapé, como demonstra Kapp (2013, p. 81):

- (29) Tapirapé (PRAÇA, 2007, p. 163 apud KAPP, 2013, p. 81)
 'y-me tã **pa** i-ty-n-i we tãtã-Ø
 DEM-LOC INTER **INFER** 3.II-sentar-I.2 PERF banana-REFR
 'lá, ainda tem bananas?'
- (30) Tapirapé (PRAÇA, 2007, p. 163 apud KAPP, 2013, p. 81)
 marare-Ø **pa** 'ã-wo a-ka
 vaca-REFER **DED** DEM-LOC 3.I-estar
 'As vacas estão por aqui (ouvindo o mugir do gado).'

Em (29), Kapp (2013, p. 82) explica que a inferência é feita “com base em notícia anônima que corre publicamente sem confirmação”. Já em (30), a partir de uma percepção auditiva (o mugir do gado), o falante deduz que as vacas estão próximas ao local em que ele se encontra. Nos dois casos, o mesmo elemento gramatical é utilizado para marcar os cálculos mentais.

Pautando-se nas observações de Hengeveld e Hattnher (2015), Kapp (2013) explica que essa sobreposição é possível porque a inferência e a dedução têm escopo sobre camadas semânticas contíguas, o que permite que elas sejam expressas pelo mesmo elemento sem que se desrespeite a hierarquia das camadas.

Apesar de basearem-se em parâmetros diferentes, os resultados de Kapp (2013) e de Aikhenvald (2004) convergem para a mesma direção. Isso porque Aikhenvald (2004) prevê que uma mesma marca possa ser utilizada para codificar um cálculo mental assentado em uma evidência obtida por meios sensoriais e um cálculo mental embasado simplesmente pelo conhecimento do falante. Além disso, Aikhenvald (2004) afirma que a distinção entre tipos de cálculo mental pode acontecer apenas em sistemas evidenciais mais complexos, com quatro ou mais marcas. Kapp (2013), analogamente, afirma que as línguas que não têm uma marca especializada para inferência codificam apenas a dedução ou codificam ambas pelo mesmo elemento, o que, em certa medida, corresponde àquilo que é defendido por Aikhenvald (2004).

Em resumo, Kapp (2013) fornece uma classificação que diferencia tipos de raciocínio com base no escopo semântico desses elementos, o qual é influenciado pela natureza daquilo em que eles estão assentados (um conhecimento ou uma percepção). Além disso, a autora demonstra que um cálculo mental baseado em evidências perceptuais é mais frequentemente marcado nas línguas que expressam gramaticalmente a evidencialidade do que um raciocínio assentado puramente no conhecimento do falante. Por fim, Kapp (2013) comprova que, mesmo sem marcas formais especializadas, as nuances de diferentes tipos de cálculos mentais podem ser reconhecidas em várias línguas, ainda que apenas semanticamente.

Outro estudo que aborda a diferença entre subtipos evidenciais de cálculo mental é o de Hengeveld e Hattner (2015), que analisam um conjunto de 64 línguas indígenas brasileiras, dando enfoque à marcação gramatical da evidencialidade. Sobre os tipos de cálculo mental, os autores entendem como *inferência* um raciocínio baseado no conhecimento existente do falante, como se vê no exemplo a seguir (op. cit., p. 485):

- (31) Karo (GABAS, 2004, p. 269 apud HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 485)
 aʔ=kət-t memã
 3SG=dormir-IND INFER
 “Suponho que ele esteja dormindo.”

Segundo Hengeveld e Hattner (2015), o cálculo mental contido nessa ocorrência é realizado a partir do conhecimento que o falante tem sobre os hábitos de outro indivíduo e, por isso, é classificado como uma inferência.

Além disso, os linguistas chamam de *dedução* um cálculo mental realizado com base em evidências perceptuais, como se vê em (32), retirado de Hengeveld e Hattner (op. cit., p. 486):

- (32) Tariana (AIKHENVALD, 2003, p. 288 apud HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 486)
 tʃinu niwhã-nihka di-na
 cachorro 3SG.NF.MORDER-REC.PST.DED 3.SG.NF-OBJ
 “O cachorro o mordeu (posso ver sinais óbvios).”

Em (32), a partir de marcas que observa no corpo de uma pessoa, o falante deduz que o cachorro tenha mordido esse indivíduo. Como a base para o cálculo mental é uma informação obtida por meio da visão, Hengeveld e Hattner (2015) classificam esse uso evidencial como uma dedução.

A partir de suas análises, os autores postulam que a diferença entre esses subtipos estaria no *input* que eles recebem: enquanto a inferência tem um *input* proposicional, já que é embasada por um conhecimento, a dedução tem um *input* composto por um (conjunto de) evento(s), já que sua base é uma percepção, portanto um evento sensorial.

Além disso, Hengeveld e Hattner (2015) demonstram que esses subtipos evidenciais podem ser diferenciados com base na sua interação com outras categorias semânticas, como o tempo, por exemplo. Para eles, o escopo da inferência é maior que o da dedução e, por isso, a primeira apresenta mais possibilidades de combinações temporais que a segunda.

Mais especificamente, a inferência e a dedução divergiram no modo como interagem com o *tempo absoluto*, que é a localização temporal de um evento com relação ao momento de enunciação (o tempo presente coincide com o momento de enunciação, o tempo passado é anterior a ele, e o tempo futuro é posterior ao momento de enunciação). Desse modo, segundo Hengeveld e Hattner (2015, p. 491), a mudança de tempo absoluto seria permitida sob o escopo da inferência, ao passo que não seria permitida sob o escopo da dedução, como se vê a seguir:

(33) Inferência

I infer that he had been cooking. (lit.: Infiro que ele esteve cozinhando.)

(34) Dedução

**I smell that he had been cooking.* (lit.: *Cheiro que ele esteve cozinhando.)

Segundo os autores, a agramaticalidade de (34) decorre da falta de conexão temporal entre o Estado de Coisas percebido, que fornece a evidência para o cálculo mental, e o Estado de Coisas deduzido. Por outro lado, em (33), o enunciado é aceitável porque essa conexão temporal não é exigida na inferência.

Em suma, os estudos apresentados ao longo deste capítulo demonstram a relevância da distinção entre tipos de cálculo mental para a marcação evidencial de diversas línguas naturais. Uma síntese das distinções apresentadas pode ser encontrada a seguir:

Quadro 1. Diferentes abordagens da evidencialidade de cálculo mental

Autor	Subtipo evidencial	
Aikhenvald (2004)	Inferência	Suposição
	Raciocínio realizado a partir de uma evidência visível ou tangível.	Raciocínio baseado em evidências outras que não visíveis ou resultantes (raciocínio lógico; suposição; conhecimento geral).
Squartini (2008) ¹⁶	Inferência circunstancial	Inferência genérica
	Raciocínio feito com base em evidência externa obtida por meios sensoriais.	Raciocínio baseado em conhecimento de mundo do falante.
Kapp (2013)	Dedução	Inferência
	Raciocínio com base em evidências perceptivas resultantes.	Raciocínio feito a partir de experiência prévia ou de informação disponível ao falante.
Hengeveld e Hattnher (2015)	Dedução	Inferência
	Raciocínio realizado a partir de evidências perceptuais.	Raciocínio realizado a partir do conhecimento existente do falante.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se observa no quadro 1, em se tratando da evidência utilizada como base para o cálculo mental, há consenso, entre os trabalhos que discutem esse tipo evidencial, sobre uma diferença entre raciocínios fundamentados por uma evidência obtida por meios sensoriais e raciocínios embasados puramente pelo conhecimento do falante. Essa diferença se mostra relevante inclusive para línguas que não têm um sistema evidencial gramatical, como defende Squartini (2008).

Dos estudos apresentados anteriormente, o de Hengeveld e Hattnher (2015) mostra-se o mais adequado para nortear as análises que serão realizadas no presente trabalho, pois fornece parâmetros de natureza tipológica que se aplicam não só a expressão gramatical da evidencialidade, mas também à sua expressão lexical, que é o foco desta pesquisa. A concepção de *inputs* distintos e a postulação de restrições temporais diferentes para inferência e dedução são especialmente relevantes para este trabalho, que analisa as marcas de tipos de cálculo mental em português. Tendo em vista que nessa língua há uma sobreposição de sentidos não só dos diferentes tipos de cálculo mental, mas também de outros subtipos evidenciais (VENDRAME, 2010; VENDRAME-FERRARI, 2012a; 2012b; HATTNHER, 2018, entre outros), e

¹⁶ Como dito anteriormente, o subtipo de *conjectura* identificado por Squartini (2008) parece ser simplesmente um uso de inferência circunstancial ou genérica sem a apresentação da base do cálculo mental. Por esse motivo, a *conjectura* foi omitida do quadro 1.

considerando que a forma, em grande parte das vezes, não é suficiente para desambiguar os sentidos, há que se fazer uso de outros parâmetros, principalmente semânticos, para diferenciar as nuances da evidencialidade em português. Desse modo, os critérios fornecidos por Hengeveld e Hattnher (2015), à primeira vista, mostram-se bons norteadores para os fins do trabalho aqui descrito, já que fornecem parâmetros para avaliar o elemento evidencial que vão além de sua forma, a qual é muitas vezes polissêmica, como ficará claro adiante.

No capítulo seguinte, são feitas considerações sobre o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que embasa Hengeveld e Hattnher (2015), explicando-se o modo como ele é utilizado na análise da evidencialidade e, mais detalhadamente, na análise da inferência e da dedução em língua portuguesa.

CAPÍTULO II

A EVIDENCIALIDADE NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

2.1 A Gramática Discursivo-Funcional

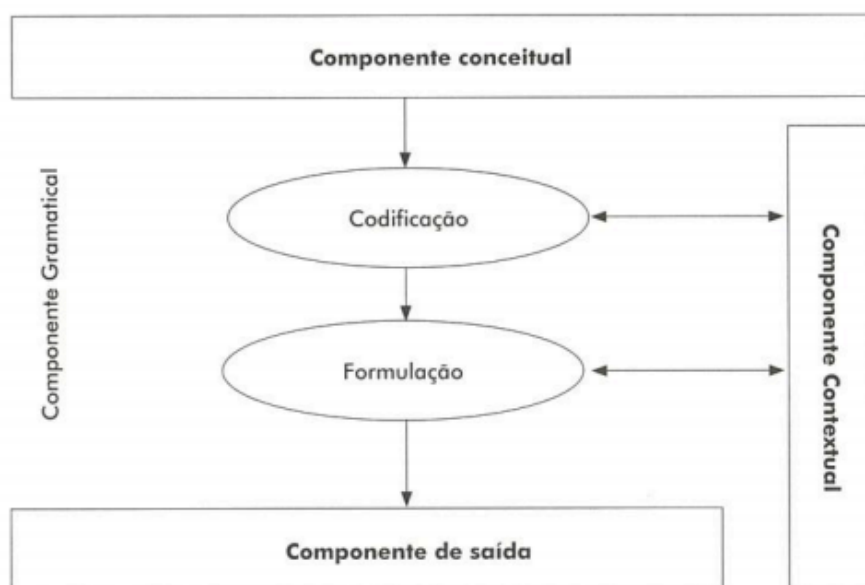
As análises deste trabalho estão amparadas pela Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), uma teoria gramatical que parte do discurso para a forma, tendo como unidade básica de análise o Ato Discursivo, e não a oração, como outras teorias. A GDF entende a organização discursiva como sendo estratificada em níveis e camadas hierárquicos, na qual as operações de formulação, nos níveis superiores, determinam as operações de codificação dos níveis inferiores.

Essa teoria é concebida como o componente gramatical de um modelo maior de interação verbal, dividido em quatro módulos: o Componente Conceitual, de onde partem as ideias e as intenções do falante; o Componente Gramatical, que traduz essas intenções em material linguístico; o Componente Contextual, responsável por armazenar as informações de discursos anteriores e do discurso corrente, assim como qualquer outro tipo de informação contextual importante para a produção do discurso; e o Componente de Saída, responsável pela expressão concreta da linguagem, por meio da fala, da escrita ou da gestualidade.

A interação entre esses componentes pode ser vista na figura 1, na qual se observa que o Componente Conceitual alimenta o Componente Gramatical, que, por sua vez, interage com o Componente Contextual e pode tanto receber quanto enviar informação para ele. Por último, toda a produção contida no Componente Gramatical é recebida pelo Componente de Saída, que a articula sob a forma de expressão verbal ou gestual. Dividida em níveis e camadas, a GDF possibilita a diferenciação de categorias que agrupam fenômenos de natureza distinta, como acontece com os diversos subtipos de modalidade e evidencialidade, por exemplo, porque permite distingui-los com base em suas relações de escopo e em sua interação com outras categorias pragmáticas e semânticas, não levando em conta apenas critérios formais. Desse modo, subtipos evidenciais que cumprem funções tão parecidas e que são expressos, muitas vezes, pelos mesmos elementos morfossintáticos, como acontece com a inferência e com a dedução, podem ser diferenciados satisfatoriamente a partir de parâmetros que vão além de um

significado estático, que não considera o contexto de uso, e de uma forma morfossintática que, na maioria das vezes, é polissêmica e serve à expressão de diversas funções.

Figura 1 – A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal



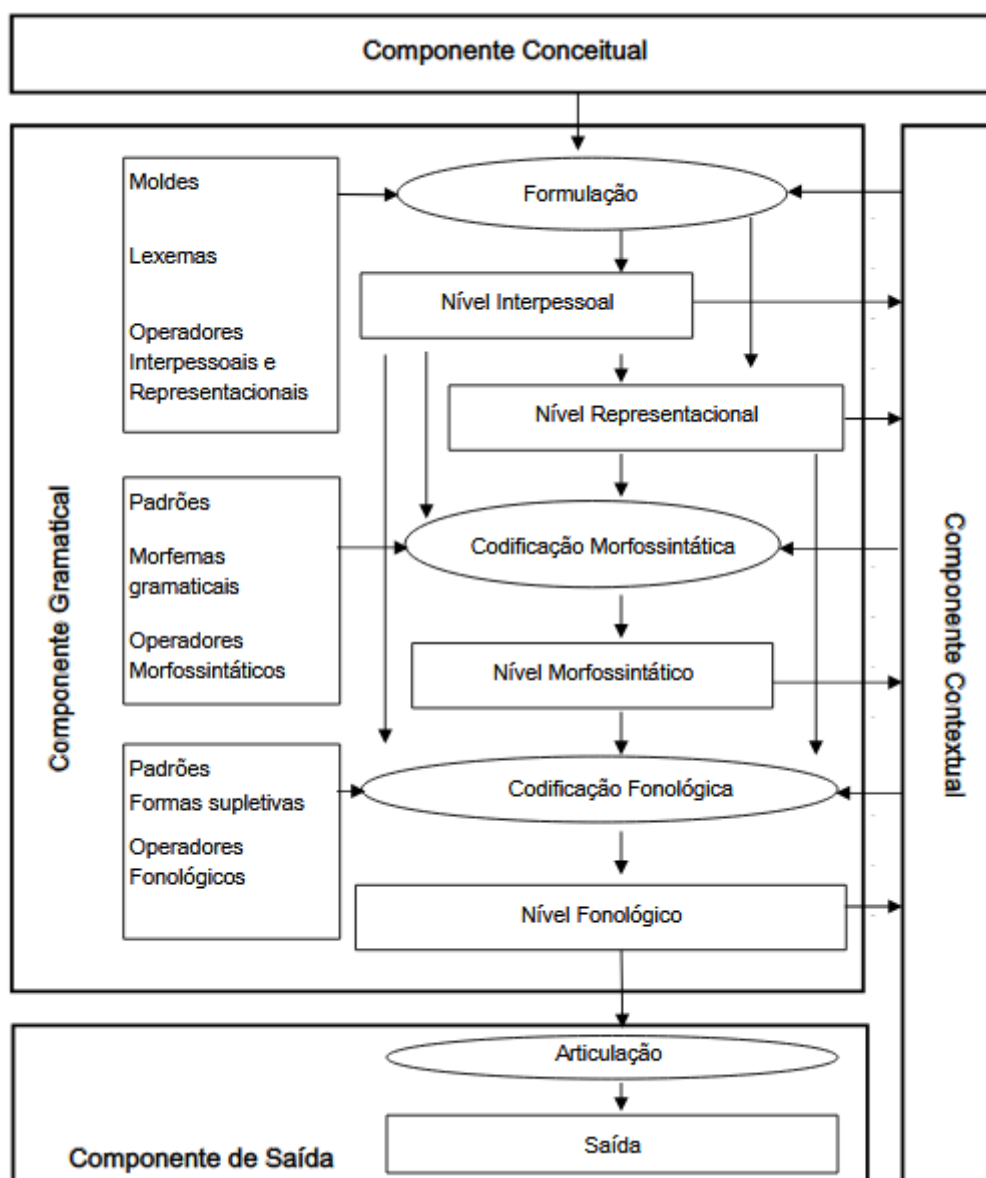
Fonte: HENGVELD; MACKENZIE, 2012, p. 44.

Com o objetivo de ser uma teoria com adequação psicológica, a GDF está estruturada de maneira a refletir as operações mentais do falante do modo como acontecem na produção dos enunciados. Assim, o Componente Gramatical organiza-se inicialmente, nos níveis mais altos, com as formulações pragmáticas e semânticas, que são posteriormente traduzidas, nos níveis mais baixos, pelas codificações morfossintáticas e fonológicas. Essa direção *top-down* é concebida tendo-se como base o princípio de que a função é determinante para a forma, já que esta surge para expressar os propósitos que precisam ser desempenhados por aquela. Por esse motivo, a GDF propõe um nível específico para cada uma das principais operações de produção da linguagem: o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico.

Cada nível tem um conjunto de primitivos a partir dos quais são realizadas as operações de formulação e de codificação, que são responsáveis pela construção do conteúdo linguístico. No Nível Interpessoal, encontram-se os moldes, os lexemas, e os operadores interpessoais; no Nível Representacional, estão os moldes, os lexemas e os

operadores representacionais; no Nível Morfossintático, encontram-se os padrões, os morfemas gramaticais e os operadores morfossintáticos; e, no Nível Fonológico, localizam-se os padrões, as formas supletivas e os operadores fonológicos. A interação desses níveis uns com os outros e com os demais componentes, assim como os primitivos que os compõem, podem ser vistos na figura 2 adiante.

Figura 2 – Esquema geral da GDF



Fonte: Adaptado de HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13.

Antes de apresentar os níveis em detalhe, é preciso pontuar que, nas análises do capítulo IV, algumas formalizações serão utilizadas a fim de ilustrar as afirmações feitas por este trabalho. Para que se entendam essas formalizações, a descrição dos níveis

gramaticais apresenta os símbolos usados nas representações, que estão dispostos entre parênteses após a introdução de cada camada, como *Ato discursivo* (A), por exemplo.

Além disso, é necessário ressaltar que, com o intuito de facilitar a compreensão das análises, as representações foram simplificadas, contendo apenas os elementos mais importantes para o entendimento da ocorrência analisada. Desse modo, elementos secundários, como operadores e modificadores, propositalmente não são representados em alguns casos, sendo apresentados apenas quando, de fato, são relevantes para o entendimento da evidencialidade contida em uma ocorrência.

O esquema geral a seguir exemplifica a composição das camadas dos Níveis da Gramática:

$$(35) (\pi v_1: [(v_2)_\phi]: [\sigma(v_1)])_\phi$$

Nesse esquema, observa-se que uma camada, representada pela variável (v_1), pode conter um operador (π) e ser modificada por um modificador (σ), além de poder receber uma Função (ϕ). Ademais, o núcleo dessa camada é outra variável (v_2), que também pode receber uma Função (ϕ). Além disso, nas representações, os parênteses sinalizam que uma unidade é hierarquicamente superior às outras, contendo as demais, ao passo que as unidades entre colchetes mantêm uma relação não hierárquica entre si.

Voltando à apresentação dos Níveis gramaticais observados na figura 2, o Nível Interpessoal é o mais alto na hierarquia porque capta as informações relevantes para o desenvolvimento do discurso entre os participantes da interação. Nele, os elementos são entendidos como acionais, pois dizem respeito às ações linguísticas realizadas pelo falante a fim de expressar suas intenções comunicativas. A camada mais alta na hierarquia desse nível é o Movimento (M), que pode ser definido como “uma contribuição autônoma para uma interação em andamento”¹⁷ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50, tradução nossa). Na sequência, está o Ato Discursivo (A), que pode ser entendido como “a menor unidade identificável de comportamento comunicativo”,¹⁸ que é a unidade básica de análise da GDF, como foi dito anteriormente. O núcleo de um Ato Discursivo é composto por unidades que mantêm uma relação não configuracional entre si, ou seja, não há hierarquia entre elas. Essas unidades são: a Ilocução (F), que capta a intenção comunicativa do falante, marcando

¹⁷ “[...] an autonomous contribution to an ongoing interaction.”

¹⁸ “[...] the smallest identifiable units of communicative behaviour.”

um Ato Discursivo como uma asserção ou uma interrogação, por exemplo; os Participantes (P), que dizem respeito ao Falante e ao Ouvinte; e o Conteúdo Comunicado (C), que contém todas as ações evocadas para que a comunicação aconteça. Por último, as unidades que compõem o núcleo do Conteúdo Comunicado são o Subato Referencial (R) e o Subato Atributivo (T), que são tentativas do falante de evocar uma entidade e de atribuir uma propriedade, respectivamente.

O segundo nível da hierarquia é o Representacional, que é responsável por captar os aspectos semânticos da produção linguística, ou seja, a maneira como são tratados os diferentes tipos de entidades responsáveis pela representação do mundo extralinguístico. Tendo em vista que os subtipos evidenciais analisados nesta pesquisa têm escopo sobre camadas desse nível, uma atenção maior será dada a ele neste capítulo.

É necessário antes ressaltar as relações de escopo estabelecidas entre essas camadas, pois essas noções serão de grande interesse para as discussões desenvolvidas ao longo do texto. As relações hierárquicas são chamadas de *configuracionais*, ao passo que as não hierárquicas, de *não configuracionais*. As camadas mais altas do Nível Representacional estabelecem uma relação configuracional, já que elas (quase sempre) contêm as camadas inferiores. Desse modo, um Conteúdo Proposicional pode conter um ou mais Episódios, que, por sua vez, pode conter um ou mais Estados de Coisas, o qual é pode ser composto por uma Propriedade Configuracional. Essa camada consiste na relação entre várias categorias que estabelecem uma relação não configuracional entre si. Assim, não se reconhece uma hierarquia entre Propriedade Lexical, Indivíduo, Tempo, Lugar, Maneira, Quantidade e Razão. As camadas do Nível Representacional são apresentadas a seguir.

A camada mais alta do Nível Representacional é o Conteúdo Proposicional (p), que diz respeito a “construtos mentais que não existem no tempo nem no espaço, mas apenas nas mentes daqueles que os concebem”¹⁹ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 144, tradução nossa) e que só podem ser avaliados em termos de comprometimento com seu valor de verdade ou de seu modo de obtenção da informação. Em português, essa entidade pode ser identificada a partir de vários elementos, como advérbios e locuções adverbiais (*certamente* e *com certeza*), que funcionam como modificadores; verbos de atitude proposicional (*achar* e *acreditar*); nomes proposicionais (*ideia* e

¹⁹ “Propositional Contents are mental constructs that do not exist in space or time but rather exist in the minds of those entertaining them.”

desejo) etc. O Conteúdo Proposicional ocupa uma posição elevada na hierarquia porque tem escopo sobre todas as outras camadas no Nível Representacional.

A segunda camada na hierarquia é o Episódio (ep), que consiste em “um ou mais Estados de Coisas que são tematicamente coerentes, no sentido de que mostram unidade ou continuidade de Tempo, Lugar, Participantes e Domínios de Realidade”²⁰ (HENGEVELD; FISCHER; GRANDIS, 2018, p. 61, tradução nossa). Essa camada foi proposta tendo em vista o papel central que conjuntos de Estados de Coisas desempenham nas gramáticas de certas línguas, como aquelas que possuem verbos seriais ou ligação *Tail-Head*. Em português, não há marcação gramatical dessa categoria, mas algumas construções análogas às gramaticais podem ser vistas em exemplos como o apresentado a seguir:

- (36) Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calçada e parando para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu quarto. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 56)

Nesse exemplo, todas as Orações, com exceção da última, estão em uma forma não finita, cuja delimitação temporal está ancorada fora delas, em outra Oração. Isso indica que o tempo do Estado de Coisas que elas codificam é relativo ao de outro evento, no caso, *caminhou*. Uma mudança temporal nesse Estado de Coisas, para o presente ou para o futuro, acarretaria uma nova leitura temporal para todo o conjunto de eventos que depende dele. Como se vê no exemplo (36), todos esses Estados de Coisas compartilham um único Indivíduo, que realiza ações no mesmo tempo absoluto e no mesmo Domínio de Realidade, passando por espaços sequenciais. Essa unidade e essa continuidade, como dito anteriormente, são típicas dos Episódios.

A terceira camada mais alta do Nível Representacional é o Estado de Coisas (e), que diz respeito a um evento que se realiza ou não no mundo real ou em um mundo imaginário. Uma unidade dessa camada pode ser localizada no tempo e no espaço e, por esse motivo, pode ser avaliada em termos de sua realização ou não realização. Em português, o Estado de Coisas é normalmente codificado por meio de Orações, mas também pode aparecer sob a forma de nomes substantivais, como *chuva*, *reunião* e *partida*, por exemplo.

²⁰ “One or more States-of-Affairs that are thematically coherent, in the sense that they show unity or continuity of Time, Location, Participants and Reality domain.”

A camada seguinte é a Propriedade Configuracional (f^c), que diz respeito aos moldes de predicação disponíveis em uma determinada língua. Ela representa a relação estabelecida entre um predicado e seus argumentos, no que concerne tanto à valência quantitativa quanto à valência qualitativa desse predicado. Essa relação é estabelecida por unidades de camadas mais baixas que não são hierárquicas entre si, apresentadas a seguir.

A Propriedade Lexical (f), como o nome indica, é a especificação lexical de uma unidade semântica ou a evocação de uma propriedade, atribuída ou não a outra entidade. Uma unidade do tipo Indivíduo, por exemplo, pode ser especificada por uma Propriedade Lexical como *homem*, *menino* ou *rapaz*, que restringe conceptualmente a entidade designada no mundo extralinguístico. Além disso, os predicados também são entendidos como Propriedades Lexicais que podem ou não ser atribuídas a outra entidade, a depender de sua valência quantitativa. Assim, em uma predicação de um lugar, por exemplo, uma Propriedade Lexical como *correr* pode ser atribuída ao Indivíduo *menino*, como em *o menino correu*, ao passo que, em uma predicação de valência zero, uma Propriedade Lexical como *chover* não é atribuída a nenhuma entidade, como em *choveu*.

As três camadas seguintes são apresentadas conjuntamente porque sua relevância neste trabalho, entre outras coisas, é a relação que mantêm entre si na delimitação da categoria Episódio. A primeira é o Indivíduo (x), o qual diz respeito a uma entidade concreta que ocupa uma porção de espaço, como é o caso de *homem*, *cachorro* e *cadeira*. O Lugar (l), por sua vez, é uma porção de espaço na qual se localizam outras entidades; ela é normalmente indicada, em português, por meio de advérbios, como *aqui* e *lá*, de sintagmas adverbiais (*na minha casa*) e de sintagmas nominais (*a estação de metrô*). O Tempo (t) diz respeito à indicação de categorias temporais que situam a (não) realização de um evento com relação ao momento de fala ou com relação a outro evento. No Nível Representacional, ainda são reconhecidas três outras categorias que se mostram pouco relevantes para o estudo aqui descrito, e que não serão, portanto, abordadas em detalhes, sendo elas: a Maneira (m), que indica o modo como um Estado de Coisas é realizado; a Quantidade (q), que capta o resultado de um processo de medição realizado pelo falante; e a Razão (r), que indica o motivo para a realização de um determinado evento.

A estrutura simplificada do Nível Representacional pode ser vista no esquema apresentado a seguir:

(37) $(p_1: (ep_1: (e_1: (f_1: [(v_1) (v_2)_\phi] (f_1)) (e_1)) (ep_1)) (p_1))$

Nesse esquema, observa-se que a camada mais alta é o Conteúdo Proposicional (p_1), que contém um Episódio (ep_1), o qual é composto por um Estado de Coisas (e_1), cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f_1). Essa Propriedade consiste em uma relação entre Variáveis, (v_1) e (v_2), em que uma delas, (v_2), contém uma Função, representada por (ϕ).

Para as análises que serão realizadas, outros conceitos do Nível Representacional mostram-se relevantes e serão, portanto, apresentados a seguir. O primeiro deles é a *predicação*, outra maneira de se referir à Propriedade Configuracional, que se trata de uma relação entre categorias não hierárquicas, a qual forma o núcleo de um Estado de Coisas. Ademais, é chamada de *predicado* uma Propriedade Lexical envolvida em uma predicação, termo utilizado neste trabalho exclusivamente para se referir a uma unidade semântica.

Além disso, os elementos envolvidos na predicação podem apresentar funções, as quais designam o papel desempenhado por esses elementos em um Estado de Coisas. Segundo Keizer (2015, p. 133), essas funções são as seguintes:

- (i) *Ativo* (incluindo agente, força): o participante realizando uma função ativa no Estado de Coisas designado;
- (ii) *Inativo* (incluindo paciente, tema, experienciador): o participante desempenhando uma função passiva no Estado de Coisas designado;
- (iii) *Locativo* (incluindo recipiente, beneficiário, direção, fonte, caminho, possessor): o local (sentido mais geral do termo) onde o Estado de Coisas designado se passa.²¹ (KEIZER, 2015, p. 133, tradução nossa, grifos nossos.)

Dando continuidade à apresentação dos Níveis gramaticais, chega-se ao Nível Morfossintático, terceiro na hierarquia, que é responsável por converter a informação proveniente dos dois níveis superiores em estruturas analisáveis em termos morfossintáticos, ordenando as unidades que compõem a estrutura das formas linguísticas, desde as palavras no interior das Orações até os elementos extraoracionais. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 282), “a tarefa do Nível Morfossintático é

²¹ “(i) Actor (including agent, force): The participant playing an active role in the designated SoA; (ii) Undergoer (including patient, theme, experiencer): The participant playing a passive role in the designated SoA; (iii) Locative (including recipient, beneficiary, direction, source, path, possessor): The location (in the most general sense) where the designated SoA takes place.”

receber o *input* duplo do Nível Interpessoal e do Nível Representacional e mesclá-los em uma única representação estrutural que, por sua vez, vai ser convertida em um construto fonológico no nível seguinte”.²² É nesse nível que elementos como o alinhamento, a subordinação e a morfologia derivacional, por exemplo, são analisados.

A camada mais alta na hierarquia do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (Le), definida como “qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser utilizada de forma independente”²³ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 308, tradução nossa). Nessa camada, estabelecem-se combinações morfossintáticas além do nível da Oração, em que as unidades não são constituintes umas das outras e que podem ou não apresentar dependência entre si. Essas combinações são coordenação e listagem, quando os elementos combinados não dependem um do outro; cossubordinação e extraoracionalidade, quando uma unidade apresenta dependência, e a outra não; e equiordenação, quando os elementos combinados são mutualmente dependentes.

Subsequentemente, está a camada da Oração (Cl), que “consiste em uma configuração sequenciada de Palavras (Xw), Sintagmas (Xp), e outras Orações (Cl) (subordinadas)”²⁴ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 310, tradução nossa). Nessa camada, acontece a relação de subordinação, em que uma Oração é utilizada como constituinte de outra, atuando como Oração adverbial, completiva ou predicativa. A subordinação é uma relação frequente na codificação da evidencialidade lexical, porque, muitas vezes, ela é feita por meio de uma Oração matriz que contém o evidencial e uma Oração subordinada completiva que contém o elemento qualificado pelo evidencial, como será visto adiante.

A terceira camada na hierarquia do Nível Morfossintático é o Sintagma (Xp), que “potencialmente consiste em uma configuração sequenciada de Palavras (Xw), outros Sintagmas (Xp), e Orações subordinadas (Cl)”²⁵ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 376, tradução nossa). Além disso, os Sintagmas podem ser de diferentes tipos, entre eles: Sintagma Verbal (Vp), Sintagma Nominal (Np), Sintagma Adjetival (Adjp), Sintagma Adverbial (Advp) e Sintagma Preposicional (Adp).

²² “The task of the Morphosyntactic Level is to take the dual input from the Interpersonal Level and the Representational Level and to merge the two into a single structural representation which will in turn be converted into a phonological construct at the next level”.

²³ “[...] any set of at least one unit that can be used independently.”

²⁴ “[...] consists of a sequenced configuration of Words (Xw), Phrases (Xp), and other (embedded) Clauses (Cl).”

²⁵ “[...] potentially consists of a sequenced configuration of Words (Xw), other Phrases (Xp), and embedded Clauses (Cl).”

A camada mais baixa do Nível Representacional é a Palavra (X_w), que “consiste em uma configuração sequenciada de Morfemas (X_m), outras Palavras (X_w), Sintagmas (X_p), e Orações (Cl)”²⁶ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 400, tradução nossa). As unidades dessa camada podem ser de dois tipos: as Palavras Lexicais, que correspondem, no Nível Interpessoal ou no Nível Representacional, a lexemas; e as Palavras Gramaticais, que não têm correspondência lexical. Essas últimas, por sua vez, podem ser subdivididas em outras categorias: Palavras Gramaticais que não correspondem a nenhuma unidade interpessoal nem representacional, os chamados *elementos vazios* (*dummies*); Palavras Gramaticais que “auxiliam Lexemas que, por si só, não são adequados para o uso em certas funções subjacentes a assumir a forma exigida da palavra para uma determinada função”²⁷ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 413, tradução nossa), as quais são chamadas de *elementos de apoio*; Palavras Gramaticais que correspondem a operadores ou funções interpessoais ou representacionais; e Palavras Gramaticais que correspondem a unidades interpessoais ou representacionais que não têm um núcleo.

A estrutura simplificada do Nível Morfossintático pode ser observada no esquema apresentado a seguir:

(38) (Le_1 : (Cl_1 : (Xp_1 : (Xw_1) (Xp_1)) (Cl_1)) (Le_1))

Nesse esquema geral, observa-se que a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (Le_1), que contém uma Oração (Cl_1), a qual é composta por um Sintagma (Xp_1), cujo núcleo é uma Palavra (Xw_1). No Sintagma e na Palavra, o X representa os diferentes tipos de Sintagmas e Palavras existentes, como verbal e nominal, por exemplo.

Outros termos e conceitos do Nível Morfossintático são importantes para a compreensão das análises propostas adiante e, portanto, serão apresentados a seguir. Como foi visto anteriormente, o termo *predicado* é reservado especificamente a uma unidade semântica; por outro lado, o uso do termo *verbo* estará, neste trabalho, restrito à unidade morfossintática que codifica um predicado. Além disso, assim como há as funções de argumento Ativo, Inativo e Locativo no Nível Representacional, o Nível

²⁶ “[...] consists of a sequenced configuration of Morphemes (X_m), other Words (X_w), Phrases (X_p), and Clauses (Cl).”

²⁷ “[...] help Lexemes that by themselves are not suitable for use in certain underlying functions to acquire the wordform required for that function.”

Morfossintático também dispõe de algumas funções. Para o português, são relevantes as funções de Sujeito, que é atribuída ao elemento que codifica o argumento Ativo ou Inativo das predicções de um lugar ou o argumento Ativo das predicções de dois lugares, e de Objeto, que codifica o argumento Inativo das predicções de dois lugares.

Por último, há o Nível Fonológico, o mais baixo na hierarquia do Componente Gramatical, que recebe informações de todos os outros níveis. Ele é responsável pela preparação final da produção linguística antes de ela ser de fato exteriorizada. Os elementos no Nível Fonológico são virtuais, já que, embora esse nível determine o contorno de uma Frase Entoacional para corresponder a uma Ilocução, por exemplo, essa determinação não é, ela mesma, a expressão final da produção discursiva. A materialização do conteúdo linguístico por meio da fala, da escrita ou da gestualidade só acontece no Componente de Saída, que, por sua vez, tem também especificações próprias, como aquelas relacionadas à voz do falante. Já que as análises apresentadas adiante não envolvem o Nível Fonológico, ele não será abordado em detalhes.

2.2 Os subtipos evidenciais na GDF

A evidencialidade pode ser definida como a indicação da fonte da informação contida em um enunciado ou o meio pelo qual essa informação foi obtida. Atualmente, são reconhecidos cinco subtipos evidenciais, diferenciados com base na camada e no nível em que atuam, segundo Hengeveld e Hattnher (2015) e Hengeveld e Fischer (2018). A evidencialidade está dividida entre o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, englobando fenômenos de naturezas distintas, tanto pragmáticas quanto semânticas. No Nível Interpessoal, a função da evidencialidade é marcar uma informação como originalmente produzida por outra pessoa, e não pelo próprio falante, e, por isso, pode-se dizer que essas estratégias estão relacionadas à indicação da *fonte* da informação, como é o caso da *citação* e da *reportatividade*, apresentadas a seguir.

O subtipo evidencial com o maior escopo é a *citação* (HENGEVELD; FISCHER, 2018), que tem escopo sobre a camada do Ato Discursivo, no Nível Interpessoal. A função desse subtipo evidencial é indicar que a informação contida em um enunciado foi originalmente produzida por outro falante. O escopo da citação recai sobre a camada do Ato Discursivo porque esse subtipo evidencial pode atuar inclusive sobre a Ilocução, como se observa no exemplo a seguir, em que o evidencial citativo tem escopo sobre uma Ilocução imperativa:

- (39) A'ingae (HENGEVELD; FISCHER; GRANDIS, 2018, p. 348)

Ke=ja	kuiira=pa	va=ni	kanse=ja	khen.
2SG=CONTR	cuidar.bem=SS	PROX=LOC	viver=IMP	QUOT

“‘Cuide bem dele e viva aqui’ (ele disse)”

A citação marca uma informação que é recontada tentando-se recriar, dentro do possível, o enunciado de outro falante da maneira como foi originalmente produzido. Em textos escritos, ela costuma ser marcada por meio de aspas e de um verbo ou outro elemento que sinalize essa informação como retransmitida, como se vê a seguir:

- (40) "Se em uma operação sai tiro, algo deu errado", **diz** estudioso de violência. (internet)²⁸

No exemplo (40), o trecho delimitado pelas aspas é sinalizado pelo verbo *dizer*, cuja função é indicar a produção dessa informação por uma pessoa específica. O sentido que a combinação desse verbo com as aspas produz é responsável por expressar a natureza citativa presente no enunciado.

O segundo subtipo evidencial mais alto na hierarquia é a *reportatividade* (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 484), a qual “indica que a fonte da informação comunicada pelo falante é outro falante”.²⁹ A reportatividade, assim como a citação, também marca uma informação como retransmitida, mas que é recontada com as próprias palavras do falante. Além disso, esse subtipo tem escopo sobre Conteúdos Comunicados ou Subatos, porque pode sinalizar toda a informação semântica produzida em um enunciado de outro falante ou apenas parte dessa informação. O exemplo a seguir ilustra esse subtipo evidencial, em que a informação apresentada é atribuída a outra pessoa sem que a fonte seja especificada:

- (41) A'ingae (HENGEVELD; FISCHER, 2018, p. 339)

Fingi	fingi=mba= te	chhaje=in	ja-je.
bater	bater=SS= REP	voar=SIM	ir-IPFV

“Diz que batendo e batendo (as asas) ela foi embora voando.”

Em português, a reportatividade costuma ser indicada por verbos e por outros tipos de construções verbais e adverbiais:

²⁸ Retirado de <<https://mariacarolinatrevisan.blogosfera.uol.com.br/?cmpid>>.

²⁹ “[...] indicate that the source of the information that the speaker is passing on is another speaker.”

- (42) **Diz que** lá na lonjura do tempo, no comecinho de todas as coisas, existiam três irmãos. Dois eram homens, e a irmã, Onhianmuacabê, era moça bonita, chamada Uniaí. (CASSEB-GALVÃO, 2011, p. 307)

No exemplo (41), assim como em (42), a informação é marcada como não produzida originalmente pelo falante e é recontada com suas próprias palavras. Em ambos os casos, o evidencial tem escopo sobre um Conteúdo Comunicado e, por isso, ele é definido como reportativo.

No Nível Representacional, os subtipos evidenciais estão relacionados ao *modo de obtenção* da informação, já que todos eles marcam a fonte como sendo o próprio falante, diferenciando-se pela maneira como foi realizada a obtenção dessa informação. Além disso, dois dos subtipos encontrados nesse nível, a inferência e a dedução, foram apresentados anteriormente no capítulo I, ao se discorrer sobre a abordagem de Hengeveld e Hattnher (2015) com relação à evidencialidade de cálculo mental. Entretanto, a fim de oferecer, neste capítulo, uma abordagem completa das subdivisões evidenciais reconhecidas pela GDF, os conceitos de inferência e dedução são retomados a seguir, com uma explicação mais abrangente dessas categorias, incluindo exemplos desse subtipo em língua portuguesa.

A *inferência* é utilizada pelo falante, segundo Hengeveld e Hattnher (2015, p. 485), “para indicar que infere certa porção de informação com base em seu próprio conhecimento existente”.³⁰ Ela é a marca linguística de que a informação veiculada em um enunciado provém de um cálculo mental assentado no que o falante sabe sobre o mundo. Ademais, segundo os autores, ela tem escopo sobre a camada do Conteúdo Proposicional por causa do tipo de evidência tomada como base para esse raciocínio, que é um conhecimento. No exemplo a seguir, Hengeveld e Hattnher (2015, p. 485) explicam que o falante infere que alguém está dormindo com base no que sabe sobre o comportamento do outro:

- (43) Karo (Gabas, 2004, p. 269 apud HENGVELD; HATTNHER, 2015, p. 485)
aʔ=ket-t **memã**
3SG=dormir-IND **INFER**
“Suponho que ele esteja dormindo.”

- (44) Não podemos nos agarrar a nada. Conheceste o Hélio ao nascer e acompanhaste o seu crescimento. Embora não tenhas tido um filho, **sei**, sempre soube pelo teu olhar, que compreendes o sentido mais profundo da paternidade. (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 121)
- (45) Olá pessoal, na opinião de vocês, as oficinas eletrônicas (conserto de TV, DVD, som) ainda têm uma vida longa? É que tenho uma oficina e **vejo** que está cada vez mais difícil competir com o valor baixo dos aparelhos novos e para se conseguir peças está cada vez mais difícil... Que produtos e serviços posso agregar em minha oficina? (VENDRAME, 2010, p. 126)

Em (44), com base no que sabe sobre paternidade e sobre o comportamento de seu interlocutor, o falante infere que esse último compreende o sentido mais profundo da paternidade. Em (45), a partir dos problemas que observa em sua loja, o falante infere que está cada vez mais difícil competir com o valor baixo dos aparelhos novos. Nos dois exemplos, a evidência que serve de base para o cálculo mental é um conhecimento, configurando, portanto, um uso inferencial desses evidenciais.

Com relação aos termos *verbo cognitivo* e *verbo de percepção*, é preciso dizer que, ao longo deste texto, eles serão utilizados em sentido amplo: com *verbo cognitivo*, este trabalho se refere a uma classe de verbos que indicam ação mental, atitude epistêmica do falante e outros elementos do mesmo campo semântico; além disso, com *verbo de percepção*, este trabalho faz referência a uma classe de verbos utilizados para expressar percepções realizadas pelos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar). Desse modo, *verbo cognitivo* e *verbo de percepção* não devem ser entendidos como a designação de um subtipo evidencial específico, mas sim como classes semânticas amplas de verbos por meio dos quais a evidencialidade pode ser expressa.

Dando continuidade à apresentação dos subtipos evidenciais, a *dedução*, para Hengeveld e Hattner (2015), diz respeito a “distinções evidenciais que são utilizadas para indicar que a informação apresentada pelo falante é deduzida com base em evidências perceptuais”.³¹ Assim como a inferência, também é uma marca linguística que indica que a informação contida em um enunciado é fruto de um cálculo mental, mas diferencia-se dessa última pelo tipo de evidência que toma como base para a conjectura. Além disso, segundo Hengeveld e Hattner (2015), a dedução tem escopo sobre a camada do Episódio porque envolve pelo menos dois eventos relacionados, a percepção das evidências e o evento deduzido, como se vê no exemplo a seguir:

³¹ “[...] evidential distinctions that are used to indicate that the information the speaker presents is deduced on the basis of perceptual evidence.”

- (46) Yuhup (OSPINA-BOZZI, 2002 apud HENGVELD; HATTNHER, 2015, p. 486)

jídǎh jábma ^hhó
3PL dançar DED

“Eles estão dançando. (deduzo a partir do barulho)”

No exemplo (46), a partir do barulho que ouve, o falante deduz que um grupo de pessoas está dançando. Dois eventos diferentes mantêm uma relação nessa ocorrência: o evento percebido (o barulho), que serve de base para o cálculo mental, e o evento deduzido (as pessoas dançando), que é fruto de um raciocínio realizado a partir de um estímulo sensorial amparado pelo conhecimento de mundo do falante. É a relação entre esses dois eventos que Hengeveld e Hattnher (2015) utilizam para justificar o escopo da dedução sobre a camada do Episódio.

É comum que a percepção das evidências não seja expressa mesmo nas línguas que marcam a evidencialidade gramaticalmente (47), embora existam aquelas, como o Sabanê, em que essa explicitação tem de acontecer (48), como demonstram os exemplos retirados de Hattnher (2013, p. 43):

- (47) Tariana (AIKHENVALD, 2003, p. 288 apud HENGVELD; HATTNHER, 2015, p. 486)

tjĩnu niwhã-**nihka** di-na
cachorro 3SG.NF+morder-REC.PST.DED 3SG.NF-OBJ

“O cachorro o mordeu (posso ver sinais óbvios).”

- (48) Sabanê (ARAÚJO, 2004, p. 143 apud HENGVELD; HATTNHER, 2015, p. 487)

Kieylali-k kan-n-**tika** hala-n-dana
Cateto-OBJ morrer-VS-PST.DED feder-VS-PRS.PERC.NONVIS

“O cateto morreu; (porque) ele está fedendo.”

No exemplo (47), a partir das marcas que observa no corpo de outra pessoa, o falante deduz que o cachorro o mordeu. Em (48), com base no cheiro que sente, o falante deduz que um cateto morreu. Como o raciocínio, nos dois casos, é baseado em uma evidência obtida por meio dos sentidos, o evidencial dedutivo é utilizado.

Em português, assim como a inferência, a dedução também é expressa por meio de verbos cognitivos (49) e verbos de percepção (50):

- (49) Luiza está acordada, **sei** pelo barulho do chuveiro ligado no outro banheiro. Tomara que a água quente dê para todo mundo. (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 127)

- (50) “Ela recua, ele novamente encosta a vassoura levemente e a empurra... Ela volta a correr num voo rasteiro, **percebo** que não há força para alçar seu verdadeiro voo e ganhar a liberdade...” (internet)³²

Em (49), a partir de uma percepção auditiva, o falante deduz que uma pessoa está acordada. Já em (50), a base para o cálculo mental é uma percepção visual, a partir da qual o falante deduz que a borboleta não tem forças para alçar um voo. Em ambos os casos, a evidência em que está assentado o raciocínio é uma percepção sensorial, o que caracteriza uma dedução.

O último subtipo evidencial do Nível Representacional é a *percepção de evento*, que Hengeveld e Hattnher (2015, p. 487) definem como marcas a partir das quais “o falante indica se presenciou ou não diretamente o evento descrito em seu enunciado”.³³ Esse subtipo é a marca linguística da percepção de um único Estado de Coisas por meio de um dos cinco sentidos, tendo, assim, escopo sobre a camada do Estado de Coisas, como na ocorrência apresentada por Hattnher (2013, p. 44):

- (51) Hup (EPPS, 2005, p. 535 apud HATTNHER, 2013, p. 47)
- | | | |
|-----------|---------------------------------------|---------------|
| ʔok-níh | key-ham-g'et-víʔ-ay=∅ | t h= ʔáy-áh ! |
| mover-NEG | ver-ir-estar.parado-TEL-INCH=PERC.VIS | 3SG=F-DECL |
- “Ela estava parada lá apenas observando, sem se mover! (o falante percebeu o evento diretamente).”

No exemplo (51), o falante percebe diretamente, por meio da visão, a informação que veicula, marcando-a com um evidencial de percepção de evento.

Em português, esse subtipo evidencial é indicado por meio de verbos de percepção, como se vê a seguir:

- (52) “Os caras da mesa da frente não param de olhar, quando **vejo** um dos caras se aproximando finjo que não o vi e pego meu celular”. (internet)³⁴

Nesse exemplo, o falante percebe um indivíduo aproximando-se e marca essa informação como percebida por meio da visão ao utilizar o verbo *ver*.

Em resumo, nesta seção, foi possível observar que a evidencialidade é um rótulo para um conjunto de fenômenos de natureza diversificada que, apesar de estarem relacionados à indicação da fonte da informação contida em um enunciado ou ao modo pelo qual essa informação foi obtida, têm escopo sobre níveis e camadas de naturezas

³² Retirado de <<http://katiaexito.blogspot.com.br/2012/>>.

³³ “[...] the speaker indicates whether or not he witnessed the event described in his utterance directly.”

³⁴ Retirado de <<http://fanficaubls.blogspot.com.br/2016/12/>>.

distintas. A GDF mostra-se, nesse sentido, um suporte teórico bastante proveitoso para a análise dessa categoria porque sua abordagem em camadas permite diferenciar esses fenômenos com base em seu escopo. Além disso, essa teoria possibilita a observação da interação desses fenômenos com outras categorias semânticas, como será visto na seção seguinte.

2.3 A inferência e a dedução na GDF

Os subtipos evidenciais de inferência e dedução são conceitualmente semelhantes, como foi observado anteriormente. Há muitas línguas, no entanto, que fazem distinção sistemática entre eles, com morfemas diferentes para a codificação de ambas as categorias em seu paradigma evidencial. Além disso, ainda que apresentem muitas similaridades, a inferência e a dedução interagem de maneira diferente com outras categorias semânticas, como o Tempo, por exemplo, como será visto adiante.

Análogas aos conceitos de *inferência genérica* e *inferência específica* de Aikhenvald (2003), pode-se dizer que a inferência, de Hengeveld e Hattnher (2015), veicula um evento genérico, cuja realização pode ser concebida em qualquer tempo e pode até mesmo ser hipotetizada, e que a dedução veicula um evento específico, de cuja ocorrência se percebe um indício, o que faz essa percepção e a dedução do evento estarem atreladas. Assim, ao ser feito puramente a partir de conhecimento armazenado, o cálculo mental marcado pela inferência não mantém relação com nenhum outro tipo de percepção. Por outro lado, o cálculo mental marcado pela dedução sempre é relativo a uma percepção anterior a ele. Essa relação extralinguística é refletida na língua por meio do escopo semântico de cada subtipo, como se vê a seguir.

Segundo Hengeveld e Hattnher (2015), por atuar sobre a camada do Conteúdo Proposicional, a inferência pode ter sob seu escopo tanto o tempo absoluto,³⁵ localizado na camada do Episódio, quanto o tempo relativo,³⁶ situado na camada do Estado de Coisas. Isso faz com que a marca evidencial e o evento inferido não precisem manter uma relação temporal, tendo em vista que a posição elevada que a inferência ocupa na hierarquia do Nível Representacional permite que ela esteja livre de todas as restrições temporais.

³⁵ O tempo absoluto diz respeito à localização de um evento com relação ao momento da enunciação (*passado*, se for anterior; *presente*, se for concomitante; *futuro*, se for posterior).

³⁶ O tempo relativo consiste na localização de um evento com relação a outro Estado de Coisas, como um passado anterior a outro passado, por exemplo.

A dedução, por outro lado, atua na mesma camada em que o tempo absoluto, não tendo escopo sobre ele. Segundo Hengeveld e Hattnher (2015), isso faz com que modificações de tempo absoluto não sejam permitidas no escopo da dedução. Apesar disso, modificações de tempo relativo são permitidas e até mesmo utilizadas para caracterizar esse subtipo evidencial, como acontece com a relação existente entre a percepção da evidência que serve de base para o cálculo mental e o raciocínio, que necessariamente é posterior a ela. Essa afirmação é coerente com o fato de o tempo relativo estar na camada do Estado de Coisas, inferior à camada em que atua a dedução.

A ancoragem exercida pela percepção que sustenta a dedução é retomada no capítulo V, em que são discutidas as diferenças de combinação entre os subtipos inferencial e dedutivo com as categorias de tempo e modo. A esse respeito, para Hengeveld e Hattnher (2015), a interação dos evidenciais do Nível Representacional com a categoria de Tempo é uma das características definidoras desses subtipos. Além disso, os autores mostram que parece ser possível a coocorrência entre um evidencial inferencial e um dedutivo (ainda que ela precise de um contexto bastante específico), o que ratifica a ideia de que eles são dois elementos distintos, como se vê no exemplo a seguir (op. cit., p. 507):

- (53) Karo (GABAS, 1999, p. 277 apud HENGVELD; HATTNHER, 2015, p. 507)
- | | | | |
|--------------|---------------|-------------|--------------|
| pénj | aʔ=wĩ-n | aket | memã |
| homem.branco | 3SG=matar-IND | DED | INFER |
- “Infiro que o homem branco deve tê-lo matado”

Gabas (1999), obra da qual Hengeveld e Hattnher (2015) retiram o exemplo apresentado em (53), explica que essa combinação foi classificada como possível por seu informante de Karo, mesmo não tendo sido encontrada no corpus analisado pelo autor. Ainda assim, a aceitabilidade dessa ocorrência serve para ilustrar a necessidade de serem concebidas duas categorias distintas de cálculo mental.

Hattnher (2013), outro trabalho pioneiro da abordagem da evidencialidade na GDF, analisa a interação da dedução e da percepção de evento com o tempo em um conjunto de línguas indígenas brasileiras que marcam gramaticalmente essas categorias. A autora faz uma caracterização de ambos os subtipos, e os principais aspectos referentes à dedução são resumidos a seguir, pois serão úteis para as análises apresentadas adiante.

A autora explica que normalmente apenas o evento deduzido é apresentado no enunciado, sendo pouco frequente a obrigatoriedade da expressão da percepção que embasa a dedução. Uma exceção é o Sabanê, língua na qual um evidencial dedutivo só é utilizado quando é precedido por um Estado de Coisas marcado por um evidencial de percepção de evento, como foi visto no exemplo (48).

Sobre a interação da dedução com o tempo, Hattnher (2013, p. 55) explica que, nas línguas analisadas por ela, esse subtipo evidencial combina-se mais frequentemente com o passado, principalmente com o passado recente (54) e com o passado remoto (55). Segundo a autora, essas seriam as línguas em que o evidencial dedutivo refere-se ao momento de ocorrência do evento.

- (54) Ye'pâ-masa (RAMIREZ, 1997, p. 138 apud HATTNHER, 2013, p. 66):

koô utî-á-põ

ela chorar-REC.PST.DED.3+F.SG

“(Deduzo que) ela chorou [evidência: sinais de lágrimas no rosto dela].”

- (55) Matsés (FLECK, 2003, p. 410 apud HATTNHER, 2013, p. 66)

shēctenamē cuen-**nēdac**-o-sh

queixada passar.por-REM.PST.DED-PST-3

“‘O queixada passou por (lá longe, há muito tempo)’ [rastros antigos].”

Hattnher (2013) afirma também que, “embora seja logicamente possível deduzir que um evento tenha acontecido em um momento anterior ao tempo de vida do falante, a combinação de dedução e de passado muito remoto não foi encontrada”³⁷ (HATTNHER, 2013, p. 56, tradução nossa).

Sobre a combinação da dedução com o presente, Hattnher (2013, p. 56) explica que é encontrada nas línguas em que o evidencial dedutivo refere-se ao momento de percepção da evidência que serve de base para o cálculo mental, como no exemplo a seguir:

- (56) Mamaindê (EBERHARD, 2009, p. 477 apud HATTNHER, 2013, p. 67)

ta-tukwin?ni-tu ?aik-tu tau-Ø-**sihna**-wa

PS1-sogro-FNS campo-FNS cortar-SG3-**DED**.PRS-DECL

“Meu sogro está limpando o campo (e sei disso porque ele e seu machado desapareceram).”

³⁷ “Although it is logically possible to deduce that an event took place in a moment before the lifetime of the speaker, the combination of deduction and very remote past was not found.”

Considerando que a semântica da dedução sempre envolve pelo menos dois eventos, o percebido e o deduzido, Hattnher (2013, p. 58) analisa as possíveis combinações entre esses eventos e outro Estado de Coisas relevante para a determinação da referência temporal da marca evidencial, o evento de fala, que diz respeito ao momento da comunicação da dedução. Segundo a autora, a combinação entre esses eventos pode ser de dois tipos: i) a percepção é anterior à dedução, que, por sua vez, também é anterior ao evento de fala em que é comunicada; e ii) a percepção é anterior à dedução, e essa última é simultânea ao evento de fala.

O exemplo a seguir ilustra uma configuração temporal do tipo (i):

- (57) Sanuma (BORGMAN, 1990, p. 171 apud HATTNHER, 2013, p. 67)

a	ko-ta-põ-ma5	thai
3SG	voltar-EXT-FOC-COMPL	DED.REC.PST

“Ela voltou para casa (o falante não viu quando ela voltou, mas depois viu a garota em casa).”

Nesse exemplo, tendo observado a ausência da menina em um momento anterior e a sua presença posteriormente, o falante deduz que a garota voltou para a casa. A ocorrência do evento deduzido é posta como anterior ao momento de enunciação, o que é marcado pelo uso do tempo passado. Além disso, a obtenção da evidência que serve de base para o cálculo mental é anterior à dedução, haja vista a necessidade da existência da primeira para a consequente realização da segunda.

O exemplo (56), repetido a seguir, ilustra uma configuração temporal do tipo (ii):

- (58) Mamaindê (EBERHARD, 2009, p. 477 apud HATTNHER, 2013, p. 67)

ta-tukwin?ni-tu	?aik-tu	tau-Ø- sihna -wa
PS1-sogro-FNS	campo-FNS	cortar-SG3- DED .PRS-DECL

“Meu sogro está limpando o campo (e sei disso porque ele e seu machado desapareceram).”

Nesse exemplo, a partir da observação de que seu sogro e as ferramentas dele desapareceram, o falante deduz que seu sogro está limpando o campo. O evento deduzido (*limpar o campo*) é posto como simultâneo ao momento de enunciação, o que é marcado pelo uso do tempo presente. Além disso, assim como no exemplo anterior (e em toda ocorrência desse subtipo evidencial), a percepção que serve de base para o cálculo mental é anterior à dedução, já que essa percepção, amparada pelo

conhecimento de mundo do falante, serve de evidência para o raciocínio dedutivo efetuado.

As observações apresentadas por Hattnher (2013) oferecem uma descrição do comportamento do subtipo evidencial de dedução em línguas que o marcam de forma gramatical. Em um trabalho posterior, a autora também volta o seu olhar à codificação lexical da dedução e da percepção de evento, observando o comportamento dessas duas categorias na língua portuguesa. Os principais pontos desse trabalho são apresentados a seguir.

Hattnher (2018) afirma que, assim como na marcação gramatical dessa categoria, a dedução em português costuma expressar apenas o evento deduzido, ficando subentendido o evento percebido. A autora verifica que as mesmas relações temporais entre a percepção, o evento deduzido e o momento de fala da marcação gramatical desse subtipo também podem ser observadas em português, o que comprovaria a noção de relatividade entre os eventos envolvidos na dedução, uma vez que a percepção tem sempre de ser anterior ao cálculo mental:

- Percepção anterior à dedução, ambas anteriores ao momento de fala:

- (59) **Vi** que ela voltou para casa (o falante não a viu retornando, mas ele viu a garota em sua casa). (HATTNHER, 2018, p. 106)

- Percepção anterior à dedução, e a dedução concomitante ao momento de fala:

- (60) Eu **vejo** que meu pai está carpindo o terreno (o falante sabe disso porque seu pai e a enxada dele estão desaparecidas). (HATTNHER, 2018, p. 106)

Em suma, as combinações temporais apresentadas por Hattnher (2013; 2018) auxiliam este estudo a compreender mais amplamente as relações temporais estabelecidas entre a Oração evidencial e a Oração com a informação deduzida encontradas no *cópus* analisado.

Outro trabalho que trata da inferência e da dedução em língua portuguesa é o de Kapp-Barboza (2017), que analisa o verbo *saber* e seus diferentes usos. Segundo a autora, esse verbo pode expressar, entre vários outros sentidos, a reportatividade, a inferência e a dedução. Com valor inferencial, Kapp-Barboza (2017) explica que *saber* tem sempre uma proposição como complemento, haja vista a natureza proposicional de um cálculo mental. Esse complemento pode ser introduzido pelo complementizador *se*,

no caso de a Oração completiva ser não factual, e pelo complementizador *que*, quando ela é factual. É possível ainda que o complemento seja introduzido por um *pronome*. Em (61), a posição de Objeto do verbo evidencial é ocupada por uma Oração relativa sem antecedente, em que “o complemento do verbo *saber* equivale a uma palavra designativa do significado envolvido na informação veiculada pelo falante” (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 123):

- (61) Temos tanta intimidade que não precisamos mais falar. É só olhar um para o outro e já sabemos **o que** estamos pensando. Essa unidade só um grupo dá. (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 123)

Além disso, Kapp-Barboza (2017) afirma que a expressão da evidencialidade inferencial com *saber* está restrita à Ilocução declarativa afirmativa e aos tempos presente e passado. A autora explica também que a Oração evidencial precisa ter o falante como centro dêitico e, por isso, apenas as ocorrências na primeira pessoa podem veicular essa categoria. Além disso, para ela, um ponto em comum entre inferência e dedução é que a diferença entre esses subtipos evidenciais e outras funções veiculadas pelo verbo *saber* só pode ser feita se a evidência na qual o cálculo mental está assentado estiver explícita, haja vista a pluralidade de sentidos que podem ser expressos por esse verbo. Cabe destacar que essa é uma particularidade do verbo *saber*, pois, como foi visto anteriormente ao se discorrer sobre Hattnher (2018), a explicitação da evidência que embasa a dedução, em português, é opcional.

Segundo Kapp-Barboza (2017), outro aspecto em comum entre a inferência e a dedução é o fato de o sujeito da Oração evidencial e o da Oração encaixada não poderem ser correferenciais, porque, segundo ela, é improvável que o falante faça um cálculo mental sobre si e o verbalize utilizando o verbo *saber*. Para a linguista, sujeitos correferenciais só podem aparecer nos usos informativo e epistêmico desse verbo.

Sobre a dedução, Kapp-Barboza (2017) afirma que a Oração evidencial também só é expressa por Atos Discursivos com Ilocução declarativa afirmativa e aparece apenas com os tempos presente e passado. A autora explica ainda que os complementos do *saber* dedutivo só podem ser introduzidos pelo conectivo *que*, porque estão envolvidos na dedução dois Estados de Coisas que estabelecem uma relação causal epistêmica. A não admissão do complementizador *se* decorre do fato de que ele “não instaura realidades, apenas conteúdos proposicionais” (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 126).

Os aspectos do verbo *saber* evidencial apresentados por Kapp-Barboza (2017) em muito se assemelham àqueles encontrados nos verbos analisados na pesquisa aqui descrita, o que torna esse trabalho, em muitos momentos, um norteador para este estudo.

Também sobre evidencialidade em língua portuguesa na perspectiva da GDF, Vendrame (2010) analisa a codificação dessa categoria qualificacional pelos verbos de percepção *ver*, *ouvir* e *sentir*. Nesse trabalho, a autora investiga os contextos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos em que esses verbos assumem valor evidencial. Ela atesta alguns traços que caracterizariam a Oração evidencial, sendo eles: i) ter força ilocucionária declarativa; ii) estar em primeira pessoa do singular; iii) estar no presente ou no passado, uma vez que o futuro bloquearia a leitura evidencial; e iv) não estar sob o escopo da negação. Além disso, segundo a autora, é preciso haver duas formas de expressão, uma que codifica a evidencialidade e outra que codifica a informação veiculada pelo falante.

Sobre a inferência e a dedução especificamente, Vendrame (2010) afirma que os três verbos analisados podem codificar esses subtipos. A linguista explica também que, quanto mais baixa a camada em que o evidencial atua, menor é a possibilidade de combinação de tempos entre a Oração evidencial e a Oração com a informação inferida ou deduzida. Isso significa que a inferência pode combinar-se com uma variedade maior de tempos que a dedução, haja vista a alocação hierarquicamente superior da primeira.

Vendrame (2010) defende também que os verbos de percepção são um meio produtivo para a veiculação da evidencialidade em português, embora não estejam gramaticalizados. Ela apresenta as seguintes formas de expressão da inferência e da dedução quando são codificadas pelos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir*:

- i) duas Expressões Linguísticas, cada uma composta por uma Oração;
- ii) uma Expressão Linguística composta por Oração principal e Oração subordinada adverbial conformativa;
- iii) uma Expressão Linguística composta por Oração principal e Oração subordinada completiva. (VENDRAME, 2010, p. 166)

As observações de Vendrame (2010) orientam a escolha dos critérios de levantamento das ocorrências utilizadas na análise apresentada adiante. Além disso, os tipos de relações morfossintáticas estabelecidas entre o evidencial e o elemento inferido ou deduzido expostos pela autora guiam a descrição dessas mesmas relações verificadas nos verbos analisados na pesquisa aqui descrita.

Vendrame-Ferrari (2012a), dando continuidade as análises de Vendrame (2010), concentra sua atenção apenas nas Orações evidenciais complexas. Nesse trabalho, entretanto, diferentemente da posição que adota em Vendrame (2010), a autora não faz distinção entre inferência e dedução, tratando-as com um único subtipo em suas análises. Ainda assim, como ambas compartilham diversas características morfossintáticas, as observações desse estudo podem ser aproveitadas para a presente pesquisa. Além disso, este trabalho ainda tem a oportunidade de verificar quais observações de Vendrame-Ferrari (2012a) se aplicam somente à inferência e quais se aplicam apenas à dedução.

Para Vendrame-Ferrari (2012a, p. 108), a inferência (que engloba tanto a inferência quanto a dedução, nos termos da pesquisa aqui apresentada) “é utilizada quando o Falante deseja expressar um Conteúdo Proposicional que é resultado de uma conjectura baseada em evidências internas ao falante”. Além disso, todos os verbos analisados pela autora (*ver*, *ouvir* e *sentir*) codificam esse subtipo evidencial, e a diferença no tipo de complemento aceito pelo que ela chama de inferência, de um lado, e reportatividade e percepção direta (aqui chamada de *percepção de evento*), de outro, mostra-se relevante para as análises desta pesquisa, pois fornece critérios para isolar os usos evidenciais de cálculo mental, buscados por este trabalho, dos outros usos evidenciais, que não interessam a esta pesquisa. Essas observações sobre a complementação dos verbos de percepção são as seguintes: Orações finitas são complemento apenas de evidenciais reportativos e inferenciais, restando à evidencialidade direta apenas complemento sob a forma de Orações não finitas; e Orações reduzidas de infinitivo são complemento dos três tipos de evidenciais analisados pela autora, ao passo que as reduzidas de gerúndio são complemento somente da evidencialidade direta.

Vendrame-Ferrari (2012b), ainda sobre *ver*, *ouvir* e *sentir*, continua a analisar o comportamento desses verbos ao expressarem a evidencialidade segundo o aparato teórico da GDF. Nesse trabalho, assim como Vendrame-Ferrari (2012a), a autora não faz distinção entre inferência e dedução, entendendo-as como um único subtipo, denominado “inferência”. Sobre a codificação dessa subcategoria evidencial, a autora apresenta três estruturas, apresentadas a seguir.

- Oração matriz que contém o evidencial + Oração subordinada completiva com a informação inferida:

- (62) Eu **vejo** que grande parte das mulheres adoram os perfumes marcantes. (VENDRAME-FERRARI, 2012b, p. 108)

Nesse tipo de estrutura, o verbo evidencial está contido na Oração principal, e a informação inferida está contida na Oração subordinada completiva. No exemplo (62), a partir do seu conhecimento de mundo, o falante infere que as mulheres gostam de perfumes marcantes, e marca essa informação como inferida com o verbo *ver*.

- Oração modificadora que contém o evidencial + Oração principal contendo a inferência:

- (63) Mah, tente não ser tão grossa. Eu li inteiro e pelo que eu **vi** você está tentando se afastar dele. Ele está sendo educado e respeitando seu espaço eu acho que ele deve gostar muito de você para fazer isso. (VENDRAME-FERRARI, 2012b, p. 109)

Esse tipo de estrutura é composto por uma Oração principal que contém a informação inferida e uma Oração modificadora que contém o verbo evidencial. No exemplo (63), a partir da leitura de um texto, o falante infere que outro indivíduo está tentando se afastar de alguém.

- Oração que contém o evidencial e Oração com a informação inferida em períodos diferentes:

- (64) — Filha, posso te fazer uma pergunta? — Minha mãe perguntou.
— Pode, claro — Respondi sem imaginar qual seria a pergunta.
— Você já menstruou depois daquela noite com o Edward? — Ela perguntou com medo da resposta. Eu **sentí** isso na voz dela. (VENDRAME-FERRARI, 2012b, p. 109)

Nesse tipo de estrutura, a Oração que contém o evidencial e a Oração que contém a informação inferida não estabelecem uma relação de subordinação, como acontece nos casos anteriores, mas são realizadas em períodos diferentes. No exemplo (64), a partir dos aspectos da voz de sua interlocutora, a falante infere que a outra estava com medo.

Em suma, Vendrame-Ferrari (2012a; 2012b) fornecem uma referência das possibilidades de relações morfossintáticas que são encontradas na combinação entre uma Oração evidencial e uma Oração com a informação inferida ou deduzida.

Os trabalhos apresentados neste capítulo demonstram a abordagem da inferência e da dedução sob a ótica da GDF. É possível observar que, haja vista a utilização de parâmetros semânticos para a classificação dos subtipos evidenciais, é possível analisar, por meio dos mesmos critérios, tanto a expressão gramatical quanto a expressão lexical da categoria da evidencialidade. Observa-se também que, apesar de já terem sido abordadas em língua portuguesa em trabalhos que tratam da evidencialidade de forma geral, não há um estudo específico que contraste o comportamento da inferência e da dedução, dois subtipos intimamente ligados e, muitas vezes, com seus sentidos sobrepostos. É para a sistematização (das diferenças) desses subtipos evidenciais no português brasileiro que esta pesquisa pretende contribuir.

CAPÍTULO III

UNIVERSO DE PESQUISA E METODOLOGIA

3.1 O *cópus* e as ferramentas de pesquisa

Tendo em vista que este trabalho não pretende descrever o comportamento de subtipos evidenciais em um gênero específico de texto, mas sim verificar se o português marca, por meios formais, a diferença semântica entre inferência e dedução, o critério de seleção do *cópus* levantado é a sua dimensão em quantidade de palavras, que, por ser grande, deve favorecer uma variedade de ocorrências do fenômeno investigado.

Para compor a análise, são retirados excertos do *Corpus Brasileiro* (SARDINHA; MOREIRA FILHO; ALAMBERT, 2010), que é um projeto do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (LAEL) da PUC-SP, realizado com o apoio da FAPESP. Ademais, segundo seu site oficial,³⁸ esse *cópus* conta com quase um bilhão de palavras e é composto por textos contemporâneos, falados e escritos, de diferentes gêneros, mostrando-se assim bastante representativo do português atual.

Além dos dados do *Corpus Brasileiro*, são utilizadas ocorrências do *Timestamped JSI* (TRAMPUS; NOVAK, 2012), que é um projeto do Instituto Jozef Stefan, da Eslovênia, composto por textos de artigos da internet, de vários países lusófonos, que conta com mais de 2,7 bilhões de palavras. Nele, há a possibilidade de buscar apenas por textos brasileiros, o que garante a homogeneidade da variedade analisada nesta pesquisa, que se debruça especificamente sobre o português brasileiro.

Para a seleção das ocorrências, utiliza-se a ferramenta *Sketch Engine* (KILGARRIFF et al., 2004), um gerenciador de *cópus* on-line,³⁹ que conta com mais de 500 *cópus* de 90 línguas, estando entre eles o *Corpus Brasileiro* e o *Timestamped JSI*.

Com vistas a uma seleção de ocorrências representativa da totalidade do *cópus*, os passos de escolha dos dados são os seguintes: i) realização, por meio do *Sketch Engine*, de uma busca com os verbos evidenciais na primeira pessoa do singular no presente do indicativo, sobre os quais não incide a palavra negativa *não*, já que, logo

³⁸ Disponível em: <<http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>>.

³⁹ Disponível em <<http://www.sketchengine.eu>>.

antes do verbo, a negação bloqueia a leitura evidencial, como observado por Vendrame (2010, p. 102); ii) geração de listas de ocorrências aleatórias das formas buscadas, por meio de ferramentas do *Sketch Engine*, e posterior embaralhamento delas; iii) realização da leitura das novas listas embaralhadas, extraindo-se 50 ocorrências de cada verbo, divididas entre os dados do Corpus Brasileiro e do Timestaped JSI. São consideradas apenas as ocorrências desses verbos com sentido evidencial de cálculo mental, nas quais a evidência utilizada para o raciocínio pode ser recuperada pelo contexto.

Em seguida, as ocorrências são classificadas manualmente segundo os critérios de análise e, depois, utiliza-se o programa *Goldvarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) para o cruzamento desses critérios, o qual é um programa concebido para o uso de pesquisas em Sociolinguística, mas que, por permitir o cruzamento de diferentes variáveis, se mostra útil para os fins dessa pesquisa.

3.2 Delimitação do objeto de estudo

Com o objetivo de verificar se o português faz diferença, por meios formais, entre inferência e dedução, este trabalho opta por observar o funcionamento desses subtipos em verbos, que são um meio de expressão amplamente utilizado para codificar a evidencialidade na língua portuguesa, como foi demonstrado no capítulo II.

Os verbos selecionados servem para codificar ambas as qualificações evidenciais e foram escolhidos, como foi dito, a partir de observações feitas em trabalhos anteriores, em âmbito de iniciação científica. Os resultados dessas pesquisas auxiliam a seleção de seis verbos, a saber: *inferir*, *deduzir*, *concluir*, *perceber*, *observar* e *ver*. Os três primeiros são verbos cognitivos e são usados para indicar ações mentais; já os três últimos são verbos de percepção, cujo significado base é expressar percepções por meio dos sentidos.

A escolha dessas duas classes verbais, além de proporcionar uma descrição mais ampla do fenômeno estudado, é motivada pela própria natureza da evidência que embasa os cálculos mentais marcados pelos evidenciais aqui analisados: tendo em vista que a dedução é realizada a partir de uma percepção sensorial, seria ela preferencialmente expressa por verbos de percepção? E, sendo a inferência mais neutra com relação à sua base, pois nem mesmo exige uma evidência externa ao conhecimento do falante, teria ela alguma preferência por certa classe de verbos? Essas perguntas serão respondidas no capítulo V.

A codificação da inferência e da dedução por esses verbos é ilustrada a seguir, com ocorrências retiradas do *cópus*, com exceção do exemplo contendo o verbo *inferir* no seu uso dedutivo, que não é está presente nos dados analisados, mas que é atestado em usos encontrados na internet:

- *Inferir*:

- (65) Se algo me atinge numa situação onde nenhuma outra informação contextual pode ser avaliada, então **infiro** que foi um ato proposital. (CB:Aca:Art) - *inferência*
- (66) Eu observo o físico e infiro o mental dele mais ou menos de acordo com o seguinte esquema: eu vejo alguém apertar um botão na parede e **infiro** que ele quer acender a luz. (internet)⁴⁰ - *dedução*

Em (65), o falante infere que um ato foi proposital a partir unicamente de seu conhecimento prévio, pois, como ele mesmo ressalta, essa inferência acontece quando não há informações contextuais disponíveis. Em (66), o falante deduz que alguém quer acender a luz com base na observação de um evento, *alguém apertar um botão na parede*, e no conhecimento de que essa ação significa querer acender a luz, marcando a informação como fruto de uma dedução.

- *Deduzir*:

- (67) Morreu de causas desconhecidas, mas **deduzo** que foi de tuberculose. Havia uma epidemia de tísica na época em Londres e muitos padeceram. (CB:Jou:New) - *inferência*
- (68) Desculpe o sherlockismo, mas [pelo] seu hálito **deduzo** também que andou bebendo. (CB:Lit:Mis) - *dedução*

Em (67), a partir do conhecimento de uma epidemia de tuberculose na época da morte de um indivíduo, o falante chega à conclusão de que a pessoa morreu por causa dessa doença. Já em (68), o falante percebe diretamente o hálito de seu interlocutor por meio do olfato e, com base nessa percepção, deduz que o outro bebeu.

- *Concluir*:

- (69) Assistindo ao show de horrores da política recente, **concluo** que não só se perdeu a idéia de vergonha na cara, como ela foi substituída por um certo orgulho. (CB:Lit:Ess) - *inferência*

⁴⁰ Disponível em <<https://docplayer.com.br/7830066-Analise-musical-psicologia-gestalt-a-teoria-da-gestalt-por-max-wertheimer-1924-i-traducao-ricardo-mazzini-bordini-1.html>>.

- (70) Fui cego-surdo durante um breve período de minha infância e **concluo** que ser surdo como uma pedra é pior que ser totalmente cego. (CB:Aca:Art) - *dedução*

Em (69), o falante conclui que os políticos perderam a ideia de vergonha na cara com base no comportamento dessas pessoas que tem observado e no seu conhecimento sobre o que seria um comportamento adequado. Em (70), o falante chega à conclusão de que ser surdo como pedra é pior que ser totalmente cego com base em sua própria experiência sensorial e na avaliação que faz dela, porque já experienciou tanto a condição de surdo quanto a de cego.

- *Perceber:*

- (71) [...] ao ver a redação final do documento, **percebo** que a redação transformou essa vitória numa imponente derrota. (CB:Pol:SoC) - *inferência*
- (72) Há muitos veículos trabalhando na rodovia e a lama acaba atrapalhando a passagem. **Percebo** que a pista não é lavada e já vi vários carros desviando do material que cai na pista. (JSI:clicrbs) - *dedução*

Em (71), o falante infere que o documento, que para ele poderia ser considerado uma vitória, foi transformado, na verdade, em uma derrota aos propósitos para os quais havia sido escrito. A base para essa inferência é a leitura de um documento, o que configura uma inferência. Já em (72), o falante deduz que a pista não é lavada a partir da lama que observa.

- *Observar:*

- (73) Além disso, a partir da minha experiência na assessoria a projetos de educação de diversas prefeituras, **observo** que estes subsídios podem contribuir para a definição de eixos de trabalho. (CB:Aca:Art) - *inferência*
- (74) Percebo que o senhor é um entusiasta da sua linha de pensamento, como sou da minha - disse ele. - **Observo** pelo seu indicador que o senhor faz os seus próprios cigarros. (JSI:uol) - *dedução*

Em (73), a partir de sua experiência, ou seja, de seu conhecimento acumulado, o falante infere que certos subsídios podem contribuir para a definição dos eixos de trabalho dos quais fala. Em (74), com base nos vestígios que observa nos dedos de seu interlocutor e no que sabe sobre os vestígios que a produção de cigarros deixa, o falante deduz que o outro fabrica seus próprios cigarros.

- Ver:

- (75) Na formação do sistema tradicional, o aluno fazendo o colegial e fazendo o curso técnico junto... eu **vejo** que está se formando tanto a parte humana, quanto a técnica. (CB:Aca:Art) - *inferência*
- (76) O que é que estou vendo agora e que me assusta? **Vejo** que ela vomitou. Um pouco de sangue, vasto espasmo. (CB:Lit:Mis) - *dedução*

Em (75), a partir de seu conhecimento sobre um modelo de ensino, o falante infere que há a formação da parte humana e da parte técnica do aluno. Já em (76), a partir dos vestígios de vômito que observa e do que sabe sobre a aparência do vômito, o falante deduz que a mulher de quem fala vomitou.

Em suma, como foi demonstrado, os seis verbos escolhidos para esta pesquisa codificam a inferência e a dedução, mostrando-se um bom ponto de partida para a observação da existência ou não de diferenças morfossintáticas entre esses dois subtipos evidenciais no português brasileiro.

3.3 Critérios de levantamento das ocorrências

Por serem polissêmicos, os verbos analisados nesta pesquisa expressam também sentidos outros que não a inferência e a dedução, os quais podem ser subtipos evidenciais diferentes e/ou cumprir outras funções. Por conta disso, além de o verbo apresentar sentido de cálculo mental, mais alguns critérios são considerados para o levantamento das ocorrências do corpus a fim de separar o uso evidencial desses verbos de seus outros usos. Esses critérios são: i) estar na primeira pessoa do singular; ii) estar conjugado no presente do indicativo; e iii) não estar no escopo da negação. A seguir, são explicitadas as razões para a escolha de cada um deles.

Haja vista a classificação da evidencialidade como uma categoria dêitica (DE HAAN, 2005; HAßLER, 2010), o verbo evidencial tem de apontar para o falante e para sua relação com a fonte da informação. Assim, apenas as ocorrências na primeira pessoa do singular são consideradas na análise, porque as outras pessoas gramaticais, por apontarem para participantes do discurso diferentes do falante, bloqueiam a leitura evidencial. Em alguns gêneros específicos, como o artigo científico, outras pessoas gramaticais podem ser utilizadas como forma de ocultar a subjetividade do falante,

como o uso da terceira pessoa para criar objetividade (*percebe-se; observa-se*), mas, tendo em vista a variedade de gêneros presentes no corpus, esse tipo de ocorrência é desconsiderado nas análises deste trabalho, pois é típico de gêneros específicos.

Além disso, os subtipos evidenciais apresentam restrições no que diz respeito à sua relação com a categoria de tempo. O ato de inferir ou deduzir, para ser comunicado, tem de ser anterior ao momento de enunciação ou concomitante a ele por razões lógicas, pois não é possível comunicar uma informação proveniente de um cálculo mental que ainda não foi realizado no momento de enunciação. Desse modo, o emprego do futuro é bloqueado na expressão evidencial de um elemento. Os exemplos a seguir são construídos para ilustrar essa afirmação:

(77) Pela cor da banana, **percebo** que está madura.

(78) Pela cor da banana, **percebi** que está madura.

(79) Pela cor da banana, **perceberei** que está madura.

O exemplo (77), em que o verbo *perceber* está no presente, contém claramente um uso evidencial dedutivo, já que o falante marca a informação *que está madura* como o fruto de um raciocínio realizado a partir da observação da cor da (casca da) banana, amparado por seu conhecimento de mundo sobre a aparência de uma banana madura. O verbo *perceber*, nesse caso, indica a relação entre o falante e o modo de obtenção da informação (um cálculo mental).

Por outro lado, o uso do verbo *perceber* no passado, no exemplo (78), parece poder ser entendido de dois modos: i) a marca evidencial de um cálculo mental que aconteceu antes do momento de enunciação; e ii) o simples relato de uma ação mental que aconteceu no passado. No primeiro uso, o evidencial funcionaria do mesmo modo que no presente, servindo o tempo passado apenas para mostrar que o cálculo mental é anterior ao evento de fala. No segundo uso, o falante não emprega o verbo *perceber* para demonstrar o modo como a informação *que está madura* foi obtida, mas simplesmente descreve uma ação no passado realizada por ele. Esse uso é análogo ao de terceira pessoa do singular, como se vê a seguir:

(80) Pela cor da banana, ele *percebeu* que ela está madura.

O uso de *perceber*, nesse caso, é apenas descritivo, pois não cumpre a função de estabelecer a relação entre o falante e uma informação, como acontece no uso evidencial, mas simplesmente designa uma ação no mundo extralinguístico. Analogamente, o exemplo em (78), com o verbo no passado, também pode ser entendido como apenas o relato de uma ação, e não como um uso verdadeiramente evidencial. Por esse motivo, a fim de evitar casos ambíguos, esse tempo verbal é excluído das análises.

Por fim, o uso do tempo futuro em (79), ainda que perfeitamente gramatical, é ilógico, já que a informação *que está madura*, acessível no presente, teria de ser proveniente de um cálculo mental que ainda não foi realizado no momento de enunciação. Desse modo, fica claro que o falante só pode comunicar uma informação que é fruto de um cálculo mental se esse último já tiver sido realizado ou se for realizado no momento em que ela, a informação, é comunicada. Desse modo, as ocorrências no futuro dos verbos analisados são excluídas das análises.

Outro fator determinante para a seleção dos dados é a restrição do verbo evidencial ao modo indicativo, o que é observado em trabalhos anteriores, como Vendrame (2010) e Kapp-Barboza (2017), e faz parte dos critérios utilizados para o levantamento das ocorrências.

Por fim, a negação de um verbo expressa a não ocorrência de um evento ou a falsidade de uma proposição. Frases como *não deduzo que o carro tenha batido* ou *não percebo que ele está caminhando* indicam justamente que o falante não tem acesso à informação da qual fala pelo meio especificado. Por conta disso, são excluídas as ocorrências em que a negação expressa por *não* incide sobre os verbos analisados, não porque a negação atua sobre a evidencialidade, mas porque, nessa configuração, não se tem uma leitura evidencial.

3.4 Critérios de análise das ocorrências

Os critérios utilizados para analisar as ocorrências servem para caracterizar, em termos semânticos e morfossintáticos, a inferência e a dedução, sendo eles: i) a natureza da evidência utilizada como base para o cálculo mental; ii) verbo evidencial contido na ocorrência; iii) forma morfossintática do elemento inferido ou deduzido; iv) relação morfossintática estabelecida entre o evidencial e o elemento inferido ou deduzido; e,

exclusivamente para a relação morfossintática de encaixamento, v) tempo e modo da Oração encaixada. A seguir, são explicadas as motivações para esses critérios.

A relevância do primeiro critério deve-se ao fato de a natureza da evidência que serve de base para o cálculo mental ser o único meio, *a priori*, a partir do qual é possível identificar a inferência e a dedução. Assim, quando um conhecimento é utilizado para embasar uma conjectura, é possível reconhecer uma inferência. Por outro lado, quando um cálculo mental está assentado em uma percepção sensorial, há então uma dedução.

O segundo critério é empregado para avaliar a diferença comportamental dos seis verbos analisados nesta pesquisa. Como foi visto na seção 3.2, a escolha desses elementos parte da indagação sobre a seleção do verbo evidencial ser ou não determinada pela semântica do subtipo evidencial. Esse parâmetro serve então para responder a essa indagação.

O terceiro critério serve para sistematizar as formas morfossintáticas em que são expressos os elementos marcados por um evidencial (Oração, Sintagma e Palavra) e, além disso, para verificar se a forma desses elementos é diferente quando estão sob o escopo da inferência ou da dedução.

O quarto critério, por sua vez, é utilizado para sistematizar as relações morfossintáticas estabelecidas entre o evidencial e o elemento inferido/deduzido e para verificar se elas são diferentes para a inferência e a dedução.

O quinto critério é proposto com o objetivo de verificar as combinações de tempo e modo estabelecidas entre a Oração evidencial e a Oração com o elemento inferido ou deduzido. Ele servirá também para testar se a combinação de tempo absoluto e tempo relativo entre a Oração evidencial e a Oração com a informação inferida/deduzida é útil para diferenciar a inferência e a dedução em português. Como a relevância desse critério é verificada em Orações complexas, na relação entre Oração matriz e Oração completiva, ele está restrito à complementação, que, como será visto adiante, é a relação mais frequente para a expressão da inferência e da dedução.

A partir desses critérios, é possível verificar o modo como se dá a codificação da inferência e da dedução em português. A descrição do comportamento de cada subtipo é apresentada nos capítulos seguintes, em que se desenvolvem as análises realizadas a partir dos parâmetros descritos nesta seção.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS SEMÂNTICOS E MORFOSSINTÁTICOS DA INFERÊNCIA E DA DEDUÇÃO

As seções seguintes apresentam a caracterização semântica e morfofossintática da inferência e da dedução em língua portuguesa. Os resultados expostos são obtidos a partir da análise do *cópus*, seguindo-se os procedimentos e os critérios apresentados no capítulo III.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que, ainda que o número de 50 ocorrências de cada verbo tenha sido estipulado para essa análise, *inferir* e *deduzir* apresentam baixa frequência de ocorrência no universo de dados analisado e, por isso, a quantidade de ocorrências desses verbos é menor que o número esperado, 37 e 40, respectivamente.

Em segundo lugar, é necessário dizer também que algumas ocorrências, embora estejam relacionadas à expressão de um cálculo mental, são analisadas separadamente por terem características únicas. O primeiro desses casos é uma dedução que o falante faz parecer uma percepção sensorial, como se vê em (81):

- (81) Pela variação do ruído percebo as diferentes distâncias da carruagem e sei que ela se aproxima antes de vê-la. Assim, **percebo a distância** pela audição, do mesmo modo como a percebo pela visão. Não digo, contudo, que ouço a distância do mesmo modo que digo que a vejo. (CB:Aca:TaD)

Nessa ocorrência, a partir do barulho que ouve, o falante deduz que uma carruagem se aproxima e supõe também a distância a que ela se encontra dele. Apesar de *distância* ser uma unidade semântica do tipo Lugar (l), perceptível pela visão, o falante utiliza a audição para obter a informação e equipara esse meio de obtenção à visão, como se observa no trecho *percebo a distância pela audição, do mesmo modo como a percebo pela visão*. Desse modo, ainda que, na realidade, ele realize um cálculo mental, prefere apresentar a informação como uma percepção sensorial.

No entanto, é preciso destacar que o falante reconhece a diferença entre perceber a distância pela visão e percebê-la pela audição, mesmo entendendo-as como meios análogos de obter essa informação, como fica claro no trecho *Não digo, contudo, que*

ouço a distância do mesmo modo que digo que a vejo. Assim, o falante parece jogar com o significado mais amplo de *perceber*, que engloba qualquer percepção sensorial, e os significados mais específicos de *ver* e *ouvir*, que são prototipicamente utilizados para veicular a visão e audição, respectivamente. É desse modo que ele pode *perceber a distância* tanto pela visão quanto pela audição, mas só pode *vê-la* pela visão e *ouvi-la* pela audição.

Em resumo, a ocorrência (81) demonstra que, por causa da polissemia dos elementos que codificam a evidencialidade em português, o falante pode lançar mão de certos recursos estilísticos a fim de criar diferentes efeitos de sentido, como, por exemplo, expressar, como se fosse uma percepção sensorial, uma informação obtida por meio de uma dedução.

Além dessa, também foram separadas das análises as ocorrências em que o elemento inferido ou deduzido é expresso sob a forma de uma Oração relativa sem antecedente, como ilustra o exemplo (82):

- (82) Um caminho alternativo para a consciência animal baseia-se na analogia com o ser humano. **Infiro** *o que sente ou pensa o animal* partindo de aspectos de seu comportamento ou de sua fisiologia. (CB:Aca:Art)

Nessa ocorrência, a partir do comportamento ou da fisiologia de um animal, o falante infere o que esse animal sente ou pensa. A informação inferida, *o que sente ou pensa o animal*, é introduzida, nesse caso, por uma proforma que substitui uma unidade semântica do tipo Conteúdo Proposicional (p). Essa substituição acontece por uma escolha do falante em usar uma palavra genérica no lugar de um item lexical mais preciso (SOUSA, 2011, p. 129).

Esse tipo de ocorrência apresenta características que lhe são únicas, como: i) o elemento introdutor da Oração relativa sem antecedente é um pronome ou uma palavra interrogativa, diferentemente do introdutor da Oração completiva, que é um complementizador; ii) o escopo do evidencial, nesses casos, se dá sobre qualquer entidade semântica, não apenas sobre Conteúdo Proposicionais e Episódios, como acontece protipicamente em outras estruturas morfossintáticas que expressam a inferência e a dedução; e iii) a própria interação dessas unidades com a evidencialidade é mais complexa, por envolver outras noções semânticas como Maneira, Razão etc.

Desse modo, haja vista suas especificidades em relação aos demais tipos de padrões morfossintáticos, a Oração relativa sem antecedente que carrega uma

informação inferida ou deduzida necessita de análises que se atentem especificamente às suas particularidades. No capítulo V, esse tópico será retomado.

Tendo sido esclarecidos esses pontos, a quantidade final das ocorrências analisadas pode ser encontrada na tabela a seguir:

Tabela 1. Número de ocorrências analisadas

Verbo evidencial	Número de ocorrências
<i>Inferir</i>	37
<i>Deduzir</i>	40
<i>Concluir</i>	50
<i>Perceber</i>	45
<i>Observar</i>	45
<i>Ver</i>	42
TOTAL	259

Fonte: elaborada pelo autor.

A organização deste capítulo é a seguinte: inicialmente aborda-se o tipo de entidade semântica das evidências utilizadas como base para um cálculo mental e o modo como se dá a classificação dos evidenciais a partir do tipo dessas evidências. Posteriormente, são apresentadas as configurações semânticas e morfosintáticas dos verbos evidenciais analisados, propondo-se, então, esquemas gerais de representação para a expressão da evidencialidade por meio desses verbos.

4.1 Diferenças no embasamento de um cálculo mental

Como foi visto anteriormente, segundo Hengeveld e Hattnher (2015), o tipo de evidência utilizada como base para o raciocínio é determinante para o evidencial utilizado na descrição de uma informação, sendo um conhecimento, no caso da inferência, e uma percepção sensorial, no caso da dedução. Em alguns casos, no entanto, o tipo de cálculo mental não é facilmente classificável, seja pela aparente sobreposição entre as evidências utilizadas para o raciocínio, seja pela dificuldade em identificá-las claramente. Desse modo, propõe-se aqui uma sistematização das evidências que servem de base para a realização de um cálculo mental, a fim de esclarecer as sutilezas observadas entre um raciocínio inferencial e um raciocínio dedutivo.

Antes, porém, é preciso lembrar que, como afirma Hattnher (2013) a partir da análise de línguas indígenas brasileiras, a evidência que serve de base para o cálculo

mental geralmente não está expressa no enunciado. Além disso, Segundo Hattnher (2018), o mesmo pode ser observado na codificação dessa categoria no português brasileiro. Ainda assim, este trabalho, mesmo levando em conta as afirmações da autora, considera na análise apenas as ocorrências em que a base para o cálculo mental está disponível no contexto do enunciado. A razão para isso é que este estudo se concentra no contraste entre a inferência e a dedução, e o único meio de diferenciá-las, *a priori*, é a partir do tipo de evidência que embasa o raciocínio marcado pelo evidencial.

Na análise das ocorrências, diferentes tipos de evidências que servem de base para o cálculo mental são encontrados. Eles são apresentados a seguir e, posteriormente, é desenvolvida uma breve discussão de como a natureza dessas evidências se relaciona com as definições da inferência e da dedução:

- Informação relatada:

- (83) No dia seguinte soube que aquela cena havia sido exibida na TV. Entre o pessoal do DOI deve ter havido divergências sobre tal iniciativa. **Deduzo** isso *pelo que comentou comigo um dos piores torturadores: “Eu fui contra. Não se deve dar nenhuma explicação sobre o que fazemos ou deixamos de fazer.”* (CB:Aca:Art)

No exemplo (83), a partir do comentário realizado por outro indivíduo, o falante infere que a ação da qual fala gerou divergências entre os membros de um órgão militar. A evidência, nesse caso, é um Ato Discursivo, o que se confirma pelo uso do evidencial citativo, marcado pelo verbo *comentar* e pelas aspas no comentário reproduzido.

Essa evidência poderia ter sido relatada de modo diferente, sob a forma de um Conteúdo Comunicado, como se vê na modificação proposta a seguir:

- (83a) Deduzo isso pelo que comentou comigo um dos piores torturadores, *dizendo que foi contra e que não se devia dar nenhuma explicação sobre o que faziam ou deixavam de fazer.*

Em (83a), a mesma informação, que serve de base para o cálculo mental, é apresentada por meio de discurso indireto, marcada por um evidencial reportativo, indicado pelo verbo *dizer*, sendo essa informação classificada como um Conteúdo Comunicado.

Ainda que, nos dois exemplos, seja apresentada sob a forma de unidades pragmáticas diferentes, a informação que embasa o cálculo mental é a mesma. Assim, o que muda é apenas o modo como o falante opta por apresentar essa informação ao

interlocutor, e não a natureza da evidência que embasa o raciocínio, que, em ambos os casos, é idêntica, sendo uma informação verbal relatada por outro indivíduo. Portanto, não é preciso especificar, em unidades pragmáticas, como Ato Discursivo ou Conteúdo Comunicado, as evidências verbais obtidas de outros falantes, porque, em última análise, não há essa diferença quando elas atuam como *input* para um cálculo mental.

Esse tipo de evidência pode inclusive ser designado sob a forma de outras categorias semânticas, como se vê a seguir:

- (84) *Sua carta de 1/8* acabou de chegar, e por *ela* **deduzo** que o livro não apareceu por aí.
(CB:Jou:New)

Em (84), a partir da leitura de uma carta, o falante infere que certo livro ainda não foi entregue. Nesse enunciado, *carta* é um termo utilizado como hiperônimo do conteúdo verbal produzido por outro falante. Desse modo, ainda que, em termos semânticos, seja classificado como um Indivíduo, funciona para designar, no mundo extralinguístico, uma informação análoga à evidência contida em (83), de natureza verbal relatada. Isso corrobora, portanto, a ideia de que esse tipo de evidência não tem de ser especificado em categorias pragmáticas ou semânticas, mas que deve ser entendido simplesmente como uma evidência de natureza verbal relatada.

- Conteúdo Proposicional:

- (85) Eu moro a menos de 400 metros daqui. *Se for julgar pela topografia e a quantidade de vagas*, eu **vejo** que não tem justificativa para minha filha não ter pegado a vaga.

Em (85), a filha do falante não consegue a vaga em uma creche que tinha como critério de seleção a distância entre a sede da entidade e a residência do candidato. O falante, com base em seu conhecimento sobre a topografia do lugar, sobre a quantidade de vagas e sobre a distância entre sua casa e a creche, infere que não há motivos para a criança não ter sido selecionada. Nesse exemplo, nenhuma evidência externa ao próprio conhecimento armazenado do falante é utilizada para efetuar o cálculo mental. Desse modo, pode-se afirmar que a base para o raciocínio presente em (86) é unicamente do tipo Conteúdo Proposicional, unidade à qual corresponde um conhecimento.

- Estado de Coisas:

- (86) A cada risada um pouco mais alta, todos repetem os gestos e os olhares . Para usar uma expressão comum, **percebo** que a moça “não está nem aí”, continua lendo e rindo. (CB:Aca:Art)

Na ocorrência (86), o falante observa as pessoas à sua volta fazendo gestos e lançando olhares a uma moça que ri. Tendo em vista que ela continua a ler e a rir ainda assim, o falante deduz que essa moça não se importa com a reprovação dos demais. Nessa ocorrência, a base para o cálculo mental são eventos, *lendo* e *rindo*, cuja realização demonstra ao falante o não se importar da moça. Assim, pode-se afirmar que a evidência, nesse caso, é do tipo Estado de Coisas.

- Indivíduo:

- (87) Há muitos veículos trabalhando na rodovia e *a lama* acaba atrapalhando a passagem. **Percebo** que a pista não é lavada e já vi vários carros desviando *do material que cai na pista*. (JSI:clicrbs)

Em (87), com base na sujeira que o falante vê, deduz que a pista não é lavada. A base para o cálculo mental pode ser *a lama* ou *o material que cai na pista*, que são classificados como unidades do tipo Indivíduo por ocuparem um lugar no espaço e existirem por uma determinada porção de tempo. Nessa ocorrência, é a presença de um Indivíduo, percebida pela visão, que serve como gatilho para a dedução do falante.

- Propriedade:

- (88) *Quando um objeto se evidencia impreciso e pequeno, embora a uma distância menor eu o tenha percebido como definido e grande*, imediatamente **concluo** que ele está a uma longa distância. (CB:Aca:TaD)

Nesse exemplo, o falante percebe um objeto como impreciso e pequeno, tendo-o observado anteriormente como definido e grande, e então deduz que a alteração nas características formais desse elemento deve-se à distância maior a partir da qual ele observa o objeto naquele momento. Em (88), o que embasa o cálculo mental é a percepção, por meio da visão, das Propriedades *impreciso* e *pequeno* no momento atual, e *definido* e *grande* em um momento anterior. Esses elementos são classificados como Propriedades Lexicais porque só podem ser avaliados em termos de aplicabilidade, nesse caso, especificamente a uma unidade semântica do tipo Indivíduo.

A partir dos dados apresentados, é possível observar que há uma pluralidade de elementos no mundo extralinguístico que servem de base para a realização de um cálculo mental, os quais correspondem a diferentes tipos de unidades semânticas. Por meio dessas unidades, é possível classificar um uso evidencial de cálculo mental como inferência ou dedução, levando-se em conta a presença ou não de uma evidência sensorial como uma das bases que fundamentam o raciocínio. Assim, a partir da natureza semântica da evidência que sustenta o cálculo mental, é possível classificar um evidencial como inferencial ou dedutivo da seguinte maneira:

Quadro 2. A natureza da evidência utilizada no cálculo mental

Inferência	Dedução
- Informação relatada; - Conteúdo Proposicional (p).	- Estado de Coisas (e); - Indivíduo (x); - Propriedade (f).

Fonte: elaborado pelo autor.

Antes de discutir essa classificação, é preciso relembrar alguns pontos. Um cálculo mental sempre é fundamentado por algum conhecimento prévio do falante, seja sobre situações semelhantes àquela que resulta do raciocínio, seja sobre como determinados elementos comportam-se e, por conseguinte, devem comportar-se na situação fruto do cálculo mental. A diferença entre a inferência e a dedução surge quando, além desse conhecimento, uma percepção sensorial também é utilizada como base para o raciocínio. Desse modo, além de conhecimento armazenado, as evidências que fundamentam uma dedução são elementos cuja existência ou realização podem ser percebidas pelos sentidos.

Um exemplo desse tipo de elemento são as Propriedades que se aplicam a Indivíduos e a Estados de Coisas. Os primeiros são unidades tangíveis que ocupam um lugar no espaço e que *existem* durante certo tempo, e os últimos *realizam-se* em determinados tempo e espaço, podendo ser percebidos pelos sentidos, ainda que não sejam tão concretos quanto os Indivíduos. Desse modo, uma Propriedade que se aplica a alguma dessas entidades, como *vermelho* ou *forte*, pode servir de indício para uma dedução, (*pelo seu nariz vermelho, deduzo que está resfriado* ou *pelo vento forte, percebo que aí vem tempestade*), já que esse tipo de Propriedade pode ser percebido pelos sentidos.

Além disso, a existência de um Indivíduo pode servir de base para que o falante realize uma dedução, como acontece em (87), porque essa entidade semântica é tangível, e sua existência pode, portanto, ser percebida pelos sentidos. Outro exemplo de um cálculo mental embasado pela percepção de um Indivíduo pode ser visto em (74), retomado a seguir:

- (90) Percebo que o senhor é um entusiasta da sua linha de pensamento, como sou da minha - disse ele. - **Observe** pelo seu indicador que o senhor faz os seus próprios cigarros. (JSI:uol)

Estados de Coisas também são um tipo de evidência que embasa uma dedução, já que a sua *realização* pode ser percebida pelos sentidos humanos e pode ser indício da ocorrência de outro evento. A título de ilustração, o exemplo (86) demonstra que o Estados de Coisas *rindo* serve de base para o falante deduzir que a moça não se importa com a reprovação dos demais. Estados de Coisas podem também ser percebidos por outros sentidos além da visão, como no exemplo (3) retomado a seguir, apresentado por Kapp-Barboza (2017), em que o falante deduz que alguém está acordado a partir do barulho que ouve:

- (91) **Sei**, pelo barulho do encanamento do edifício, que o vizinho do andar de cima já acordou e está escovando os dentes. (KAPP-BARBOZA, 2017, p. 125, grifos nossos.)

Por outro lado, diferentemente de Estados de Coisas, de Indivíduos e de Propriedades que se aplicam a entidades mais concretas, evidências de outras naturezas semânticas, como os Conteúdos Proposicionais e as informações relatadas, não podem ser percebidas pelos sentidos. A razão para isso é que elas se tratam de entidades semânticas abstratas, cuja existência não se percebe pelos sentidos, mas se interpreta por meio de processos mentais: o Conteúdo Proposicional é um construto mental que não pode ser localizado no tempo nem no espaço, existente apenas na mente de um indivíduo; e a informação relatada é a interpretação de um conteúdo linguístico proferido por outrem.

Nesse panorama, um cálculo mental assentado em um Conteúdo Proposicional é prototipicamente o que Hengeveld e Hattnher (2015) definem como inferência, porque esse tipo de raciocínio é realizado apenas com base no conhecimento armazenado do falante, sem o estímulo de nenhuma evidência externa, como se vê no exemplo (85), retomado em (92):

- (92) Eu moro a menos de 400 metros daqui. *Se for julgar pela topografia e a quantidade de vagas*, eu **vejo** que não tem justificativa para minha filha não ter pegado a vaga.

Em contrapartida, uma inferência também pode estar assentada em uma evidência externa ao falante, o que se verifica nos raciocínios desenvolvidos a partir de uma informação relatada. Desse modo, seja por meio de um diálogo direto com outra pessoa, seja por meio da leitura de um texto, o cálculo mental é realizado pelo falante com base não só em seu conhecimento de mundo já existente, mas também com base na informação nova obtida de outro indivíduo, como se observa em (83) e (84), apresentados novamente a seguir:

- (93) No dia seguinte soube que aquela cena havia sido exibida na TV. Entre o pessoal do DOI deve ter havido divergências sobre tal iniciativa. **Deduzo** isso *pelo que comentou comigo um dos piores torturadores: “Eu fui contra. Não se deve dar nenhuma explicação sobre o que fazemos ou deixamos de fazer.”* (CB:Aca:Art)
- (94) Sua carta de 1/8 acabou de chegar, e por *ela* **deduzo** que o livro não apareceu por aí. (CB:Jou:New)

Tendo em vista que, na perspectiva da GDF, não se assume a diferença entre um cálculo mental realizado puramente a partir de um conhecimento e um raciocínio assentado em uma evidência externa ao falante (o que, nesse caso, poderia ser utilizado para englobar a evidência relatada), não se pode classificar como dedução um raciocínio realizado a partir de um relato. A GDF assume uma diferença entre um cálculo mental realizado a partir de conhecimento e um raciocínio baseado em *evidências sensoriais*. Desse modo, a evidência relatada, ainda que externa ao falante, não é perceptível aos sentidos e não pode ser considerada, portanto, como uma possibilidade de embasamento da dedução.

Além disso, apesar de Hengeveld e Hattnher (2015, p. 485, grifos nossos) definirem a inferência como “expressões evidenciais que o falante usa para indicar que infere certa porção de informação *com base em seu próprio conhecimento existente*”,⁴¹ é possível também incluir, sob esse rótulo, os cálculos mentais realizados a partir de uma evidência relatada. Desse modo, ampliando-se a definição desse subtipo evidencial, pode-se afirmar que a inferência é utilizada para marcar uma informação proveniente de

⁴¹ “[...] evidential expressions that the speaker uses to indicate that he infers a certain piece of information on the basis of his/her own existing knowledge.”

um raciocínio não assentado em evidências perceptuais, embasado puramente pelo conhecimento existente do falante ou também por evidências de natureza relatada.

Não é preciso, ainda, propor um terceiro tipo de cálculo mental, distinto da inferência e da dedução. Tal proposta não seria tipologicamente justificada: como demonstram Aikhenvald (2004), Kapp (2013) e Hengeveld e Hattner (2015), nas línguas naturais, a diferença encontrada em evidenciais que expressam matizes de raciocínios é feita majoritariamente entre um cálculo mental amparado por uma percepção sensorial e um cálculo mental para o qual não há evidências sensoriais disponíveis. Em algumas poucas línguas, há outras diferenciações, as quais estão ligadas normalmente à expressão conjunta de evidencialidade e modalidade, como mostra Aikhenvald (2004, p. 174-176).

Desse modo, não se observa, nas línguas naturais, a existência de marcas específicas para um cálculo mental realizado a partir de informações reportadas. Logo, também não há relevância em diferenciar esse tipo de raciocínio daqueles realizados apenas a partir do conhecimento do falante. Portanto, ressalta-se que o critério necessário para diferenciar subtipos evidenciais de cálculo mental é a presença ou a ausência de uma evidência sensorial entre as bases que fundamentam o raciocínio.

4.2 Diferenças na expressão da evidencialidade de cálculo mental

4.2.1 A expressão da inferência

Como foi visto anteriormente, a inferência é a marca evidencial que codifica cálculos mentais realizados puramente a partir do conhecimento armazenado do falante ou que estão assentados tanto no conhecimento do falante quanto em uma evidência relatada. Nas seções seguintes, serão apresentadas as representações semânticas e morfossintáticas das ocorrências com esse uso evidencial, explorando-se as diferentes maneiras como esse subtipo é expresso em língua portuguesa.

As seções estão organizadas da seguinte maneira: em primeiro lugar, a seção 4.2.1.1 trata da complementação, em que o verbo evidencial é núcleo de uma Oração matriz, e a informação inferida ocupa a posição de Objeto do Sintagma Verbal. Nessa configuração, a informação inferida pode aparecer sob a forma de um Sintagma Nominal, de uma Palavra Gramatical, de uma Oração finita ou de uma Oração não finita. Em segundo lugar, na seção 4.2.1.2, a inferência expressa na relação de justaposição é apresentada, em que o evidencial e a informação inferida estão contidos

em duas Expressões Linguísticas distintas. Em terceiro lugar, na seção 4.2.1.3, encontra-se a inferência expressa por modificação, em que o evidencial é núcleo de uma Oração modificadora, e a informação inferida pode se dar sob a forma de outra Oração, de um Sintagma dentro de um Sintagma ou de um Sintagma extraoracional. Por fim, na seção 4.2.1.4, a inferência expressa por parentetização é apresentada, em que a Oração evidencial se dá sob a forma de uma Oração parentética, e a informação inferida aparece sob a forma de outra Oração, de um Sintagma dentro de um Sintagma ou de um Sintagma independente.

4.2.1.1 Complementação

De modo geral, os predicados *inferir*, *deduzir*, *concluir*, *perceber*, *observar* e *ver*, ao expressar a inferência, são utilizados como uma Propriedade de dois lugares, em uma predicação em que o argumento Ativo é ocupado por um Indivíduo, e o argumento Inativo, por um Conteúdo Proposicional que contém a informação inferida. Em termos morfossintáticos, essa relação é decodificada da seguinte maneira: a posição de Sujeito do verbo evidencial pode ou não ser preenchida pelo pronome pessoal de primeira pessoa *eu*, tendo em vista que a desinência verbal é suficiente para marcar a pessoa gramatical a que o verbo se refere e não há necessidade da presença do pronome. Além disso, a posição de Objeto é sempre preenchida pela informação inferida, que pode aparecer sob a forma de uma Oração ou de um Sintagma não oracional.

Com base em Santana (2010), esse tipo de configuração pode ser entendido como *complementação*, tendo que em vista que se organiza em torno de um predicado e seus argumentos ou, em outras palavras, complementos. As seções seguintes exemplificam, em detalhes, a expressão da inferência por meio dessa relação morfossintática.

4.2.1.1.1 Oração Simples

Ao ser expressa pela complementação, a inferência pode manifestar-se em Orações simples e complexas e, em ambos os casos, a informação inferida ocupa a posição de Objeto do verbo evidencial. Quando o evidencial é núcleo de uma Oração simples, seu complemento pode assumir duas formas diferentes: i) um Sintagma Nominal cujo núcleo é um substantivo ou ii) um Sintagma Nominal cujo núcleo é pronome anafórico que faz referência a outra Oração. Um exemplo do tipo (i) pode ser visto a seguir:

(Le_j: (Cl_j: [(Vp_i) (Gw_i)_{Obj} (Adp_i)] (Cl_j)) (Le_j))
Deduzo **isso** pelo_que_comentou...

Em (96b), observa-se que a informação inferida e o verbo evidencial estão em duas Expressões Linguísticas distintas, (Le_i) e (Le_j), respectivamente. A Expressão Linguística (Le_j) com a inferência contém uma Oração (Cl_j), que é composta por um Sintagma Verbal (Vp_i) dentro do qual está o evidencial, uma Palavra Gramatical (Gw_i) que corresponde ao pronome (Nw_i) que retoma a Oração anterior (Cl_i), e um Sintagma Preposicional (Adp_i) que contém a evidência em que está assentado o cálculo mental.

A configuração semântica da inferência expressa formalmente por meio de uma Oração simples pode ser resumida da seguinte maneira:

Quadro 3. Representação semântica da inferência expressa por Oração simples

Núcleo do complemento	Representação semântica
Lexical	$(p_1: (\pi ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A (p_2: (f_2) (p_2))_U] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_1))$
Ausente	$(p_1: (\pi ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A (p_2)_U] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

A expressão da inferência por complementação representa, no Nível Semântico, a relação estabelecida entre uma Propriedade Lexical (f_1), um Indivíduo (x_1) e um Conteúdo Proposicional (p_2). A Oração evidencial simples é utilizada quando o núcleo desse Conteúdo Proposicional é lexical ou ausente, como se vê no quadro 3.

Quando o núcleo é lexical, o predicado evidencial (f_1) e o elemento inferido (p_2) estão contidos nos mesmos Conteúdo Proposicional (p_1), Episódio (ep_1), Estado de Coisas (e_1) e Propriedade Configuracional (f_1^c). O Conteúdo Proposicional com a informação inferida (p_2) é especificado por uma Propriedade Lexical (f_2), sendo, portanto, considerado lexical.

Quando o núcleo é ausente, a informação inferida está contida em um Conteúdo Proposicional (p_2) diferente daquele em que está o evidencial (p_1). A ligação entre os dois é feita dentro da Propriedade Configuracional (f_1^c) que contém o evidencial, por meio da coindexação do Conteúdo Proposicional com a informação inferida (p_2), representada por um núcleo ausente.

O esquema morfossintático geral para a codificação dessas relações semânticas pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 4. Representação morfossintática da inferência expressa por Oração Simples

Complemento	Representação morfossintática
Substantival	(Le ₁ : (Cl ₁ : [(Gw ₁) _{Subj} (Vp ₁) (Np ₂) _{Obj}] (Cl ₁)) (Le ₁))
Pronominal	(Le ₁ : (Cl ₁) (Le ₁)) (Le ₂ : (Cl ₂ : [(Gw ₁) _{Subj} (Vp ₁) (Gw ₂) _{Obj}] (Cl ₂)) (Le ₂))

Fonte : elaborado pelo autor.

Quando o evidencial e a informação inferida estão contidos no mesmo Conteúdo Proposicional, como se vê na representação do complemento substantival, eles são codificados formalmente dentro de uma única Expressão Linguística (Le₁), havendo um Sintagma Verbal (Vp₁) e um Sintagma Nominal (Np₂) com função de Objeto, contidos na mesma Oração (Cl₁). É preciso salientar que, por mais que esteja prevista na representação, a posição de Sujeito do verbo evidencial pode ou não ser preenchida pelo pronome *eu*, sendo mais frequente o não preenchimento dessa posição.

Além disso, quando a informação inferida e o evidencial estão contidos em Conteúdos Proposicionais diferentes, como se vê na representação do complemento pronominal, eles são codificados em duas Expressões Linguísticas distintas, (Le₁) e (Le₂), respectivamente. Ademais, na Oração (Cl₂) com o evidencial, a Palavra Gramatical (Gw₂) que é Objeto do Sintagma Verbal (Vp₁) assume a forma de um pronome anafórico, motivado pela coindexação ocorrida no Nível Representacional.

4.2.1.1.2 Oração complexa (matriz + completiva finita)

Ao ser expressa por uma Oração complexa na relação de complementação, o evidencial inferencial é veiculado por uma Oração matriz, e a informação inferida é expressa como uma Oração subordinada, que pode ser de dois tipos: Oração completiva finita e Oração completiva não finita.

O exemplo a seguir ilustra a relação estabelecida entre uma Oração matriz que veicula a inferência e uma Oração completiva finita com a informação inferida:

- (97) Pelo primeiro trecho, se nota que o local/estabelecimento da ação muda. Antes, se “tirava” a criança da rua para depois devolvê-la. Agora, tenta-se mudar o lugar onde ela está. Ainda por esse trecho, se percebe a representação sobre esse lugar: a rua tem violência, criminalidade, roubo, latrocínio, homicídio. **Infiro** que isso é uma conotação negativa da rua. (CB:Aca:TaD)

Em (97), a partir da representação da rua que percebe no relato de outras pessoas, o falante infere que há uma conotação negativa desse espaço. Tendo em vista que o

cálculo mental está assentado no relato verbal de outros falantes, esse raciocínio é caracterizado como uma inferência. A representação semântica dessa ocorrência pode ser vista em (97a):

(97a) (p_i: (pres ep_i: (e_i: (f^c_i: [(f_i: inferir (f_i)) (x_i)_A (p_j: -isso é uma conotação negativa da rua-
(p_i))_U] (f^c_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))

Nessa representação, a inferência e o elemento inferido estão contidos no mesmo Conteúdo Proposicional (p_i), cujo núcleo é um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, que contém um Estado de Coisas (e_i) composto por uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Essa Propriedade consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i), um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo da predicação e o Conteúdo Proposicional (p_j) com a informação inferida, que ocupa a posição de argumento Inativo.

Foi visto anteriormente que, na expressão da inferência por meio de Orações simples, o Conteúdo Proposicional que ocupa a posição de argumento Inativo da predicação pode ter um núcleo lexical ou ausente. No caso da inferência expressa por Orações complexas, o núcleo desse Conteúdo Proposicional sempre é *configuracional*, o qual é expresso por uma Oração finita.

A representação morfossintática do exemplo (97) é apresentada a seguir:

(97b) (Le_i: (Cl_i: [(Vp_i: (Vw_i) (Vp_i)) (Cl_j)_{Obj}] (Cl_i)) (Le_i))
 Infiro que isso é uma conotação negativa da rua.

Nessa representação, observa-se que o evidencial inferencial e a informação inferida são codificados dentro da mesma Expressão Linguística (Le_i). A Oração matriz (Cl_i) é composta pelo Sintagma Verbal (Vp_i) e pela Oração subordinada completiva (Cl_j) que ocupa a posição de Objeto, a qual contém a informação inferida.

Em resumo, pode ser visto a seguir o esquema geral da inferência expressa por Oração complexa que apresenta uma Oração finita como complemento:

Quadro 5. Representação semântica da inferência expressa por Oração complexa cujo complemento é uma Oração finita

$$(p_1: (ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A (p_2: (ep_2) (p_2))_U] (f_1^c) (e_1)) (ep_1)) (p_1)))$$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse quadro, observa-se que o evidencial inferencial e a informação inferida estão contidos em um Conteúdo Proposicional (p_1), composto por um Episódio (ep_1), cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_1) que contém uma Propriedade Configuracional (f^c_1). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_1), um Indivíduo (x_1) que ocupa a posição de argumento Ativo e um Conteúdo Proposicional (p_2) que ocupa a posição de argumento Inativo. Esse último, por sua vez, contém um Episódio (ep_2), o que faz com que o núcleo desse Conteúdo Proposicional seja classificado como configuracional.

Essa relação semântica é codificada, no Nível Morfossintático, conforme o esquema geral apresentado a seguir:

Quadro 6. Representação morfossintática da inferência expressa por Oração complexa cujo complemento é uma Oração finita

$(Le_1: (Cl_1: [(Gw_1)_{Subj} (Vp_1) (Cl_2)_{Obj}] (Cl_1)) (Le_1))$

Fonte : elaborado pelo autor.

Nessa representação, observa-se que há uma Expressão Linguística (Le_1), que contém uma Oração (Cl_1) composta por uma Palavra Gramatical (Gw_1) na posição de Sujeito, pelo Sintagma Verbal (Vp_1) que contém o evidencial e pela Oração subordinada completiva (Cl_2) na posição de Objeto, a qual codifica a informação inferida. Diferentemente do que acontece na complementação simples, a posição de Objeto não é preenchida por um Sintagma, mas sim por uma Oração.

4.2.1.1.3 Oração complexa (matriz + completiva não finita)

Além de uma Oração completiva finita, o complemento da matriz evidencial inferencial também pode ser expresso sob a forma de uma Oração completiva não finita, como será visto a seguir. Essas completivas são empregadas com tipos específicos de predicação, cujo verbo não tem conteúdo semântico e é inserido apenas no Nível Morfossintático.

Antes de iniciar a análise dessas ocorrências, é preciso retomar alguns conceitos oferecidos pela GDF: segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), o núcleo configuracional de um Estado de Coisas é constituído por uma Propriedade Configuracional, que pode ser de diferentes tipos a depender da relação estabelecida

pelas entidades semânticas que a compõem. A predicação de um lugar adjetival, por exemplo, é encontrada quando uma Propriedade Lexical é atribuída a outra entidade em uma construção que envolve uma Oração, como em *Maria é persistente*. Além disso, a predicação de Classificação configura-se quando uma entidade é utilizada para demonstrar que outra entidade pertence a uma determinada classe, como em *o cachorro é um animal*. Há ainda a predicação de Identificação, em que duas entidades são postas como equivalentes, como em *o porteiro é o meu pai*. Por fim, há a predicação de Existência, em que uma entidade semântica não é argumento de nenhum predicado nem recebe função semântica, formando sozinha uma Propriedade Configuracional, a qual é responsável por indicar que essa entidade semântica existe.

Para iniciar a discussão, a seguir é apresentada uma ocorrência em que o complemento da Oração matriz que contém o evidencial é uma Oração não finita que codifica uma predicação de um lugar adjetival:

- (98) No dia 26 de setembro o brigadeiro Itamar mandou entregar pessoalmente ao ministro da Aeronáutica o resultado da sindicância. Ouvira 36 oficiais e sargentos, e concluíra que a maioria esmagadora confirmara a narrativa do capitão Sérgio, “sendo que nenhum elemento categoricamente a houvesse negado”. Diria mais: “**Concluo** *ser nítida e insofismável a intenção do brigadeiro Burnier de usar o Para-Sar como executor de atentados a figuras a políticas.*” (CB:Lit:Mis)

Em (98), com base no que sabe sobre as ações de outra pessoa, o falante infere a intenção desse indivíduo e a caracteriza como nítida e insofismável. Sendo embasado por um conhecimento, o raciocínio é caracterizado como uma inferência.

O verbo *ser*, nesse caso, faz a ligação entre as duas características e o elemento ao qual elas são atribuídas, não tendo, ele mesmo, um conteúdo semântico. A representação dessa ocorrência, no Nível Representacional, pode ser vista a seguir:

- (98a) $(p_i: (pres\ ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: concluir\ (f_i))\ (x_i)_A\ (p_j: (sim\ e_j: (f_j^c: [(f_j: nítida\ (f_j))\ (f_k: insofismável\ (f_k))]\ (p_k: -a\ intenção\ do\ brigadeiro\ Burnier\ de\ usar\ o\ Para-Sar\ como\ executor\ de\ atentados\ a\ figuras\ a\ políticas- (p_k))_{U}] (f_j^c))\ (e_j))\ (p_j))_{U}] (f_i^c))\ (e_i))\ (ep_i))\ (p_i))$

Como se vê em (93a), o evidencial e a informação inferida estão dentro do mesmo Conteúdo Proposicional (p_i), que contém um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i) composto por uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Ela consiste na relação entre uma Propriedade (f_i), um Indivíduo (x_i) e um Conteúdo Proposicional (p_j) com a informação inferida. Esse

Conteúdo Proposicional, por sua vez, é composto por um Estado de Coisas (e_j) com operador de simultaneidade que contém uma Propriedade Configuracional (f_j^c), cuja composição, formada pela relação entre a junção das Propriedades (f_j) e (f_k) e um Conteúdo Proposicional (p_k) que ocupa a posição de Inativo, caracteriza uma predicação de um lugar adjetival.

Uma Oração não finita também pode ser utilizada como complemento da matriz com o evidencial inferencial para codificar uma predicação de Classificação, como se vê em (99):

- (99) Quando ela cria diferentes situações de leitura, **infiro** *ser uma preocupação em ampliar o grau de letramento de seus alunos* fornecendo às crianças a diversidade textual que circula nas sociedades letradas, conduzindo-as ao estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita. (CB:Aca:TaD)

Nessa ocorrência, o falante infere que as ações da educadora manifestam a preocupação dela com o grau de letramento dos alunos. O raciocínio é embasado pelo que o falante entende como uma preocupação e pelo que ele sabe sobre as ações da educadora, o que configura uma inferência.

A representação semântica dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

- (99a) (p_i : (pres ep_i : (e_i : (f_i^c : [$(f_i$: inferir (f_j)) (x_i)_A (p_j : (sim e_j : (f_j^c : [$(t_i$) (p_k : -uma preocupação em ampliar o grau de letramento de seus alunos- (p_k))]) (f_j^c)) (e_j) (p_j))_U] (f_i^c)) (e_i : (t_i : -quando ela cria diferentes situações de leitura- (t_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))

Nessa representação, observa-se que o evidencial e a informação inferida estão no mesmo Conteúdo Proposicional (p_i), cujo núcleo é um Episódio (ep_i) com um operador de tempo absoluto presente, que contém um Estado de Coisas (e_i) composto por uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Essa Propriedade consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i), um Indivíduo (x_i) e um Conteúdo Proposicional (p_j). Esse último contém um Estado de Coisas (e_j) cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f_j^c), que consiste na relação entre uma unidade de Tempo (t_i) coindexada que mantém relação não configuracional com um Conteúdo Proposicional (p_k), caracterizando a predicação de Classificação.

Outro tipo de predicação expresso por uma Oração não finita no escopo da inferência é a Identificação, como se vê a seguir:

- (100) Conversamos sobre o "homem da net", que eu mais tarde **deduzo** *ser alguém da operadora de telefonia*, porque "A Helena quer a net aí pra falar com a família dela lá no Ceará, diz ela que dá pra ver tudo o que acontece lá direto do celular, então ele veio aí instalar, mas não dava de jeito nenhum e depois deu". (JSI:tribunaldeminas)

Nessa ocorrência, a partir da informação contida no relato de outra pessoa, o falante infere a identidade do *homem da net*. Como o cálculo mental está assentado em uma evidência relatada, configura-se uma inferência.

A representação semântica dessa ocorrência pode ser encontrada a seguir:

- (100a) $(p_i: (pres\ ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: deduzir\ (f_i))\ (x_i)_A\ (p_j: (sim\ e_j: (f_j^c: [(x_j)\ (x_k: -alguém\ da\ operadora\ de\ telefonia- (x_k))]\ (f_j^c))\ (e_j))\ (p_j))_U\ (f_i^c))\ (e_i): (t_i: -mais\ tarde- (t_i))\ (e_i))\ (ep_i))\ (p_i))$

Em (100a), o evidencial e a informação inferida estão dentro do mesmo Conteúdo Proposicional (p_i), que é composto por um Episódio (ep_i) com um operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i) que contém uma Propriedade Configuracional (f_i^c), a qual é composta por uma Propriedade Lexical (f_i), um Indivíduo (x_i) na posição de Ativo e um Conteúdo Proposicional (p_j) na posição de Inativo, que contém a informação inferida. O núcleo desse Conteúdo Proposicional é um Estado de Coisas (e_j) com operados de simultaneidade, que contém uma Propriedade Configuracional (f_j^c), a qual consiste na relação não hierárquica entre dois Indivíduos, (x_j) e (x_k), caracterizando a predicação de Identificação no Nível Representacional.

Por fim, as predicações de Existência também podem ser codificadas sob a forma de uma Oração não finita quando estão sob o escopo da inferência, como se vê em (96):

- (101) O relator dos embargos, ministro Ricardo Lewandowski, deu provimento ao pedido e entendeu não estar configurada prática de crime. "**Concluo** *não haver prova* de que a acusada tenha de qualquer forma interferido na escolha de livros a serem adquiridos para o programa de educação de jovens e adultos". (JSI:conexaoto)

Nessa ocorrência, com base na análise dos documentos sobre o caso, o falante infere que não existem provas contra a acusada. Por estar assentado na avaliação que o falante faz das provas apresentadas no caso, muito provavelmente de natureza verbal, o cálculo mental é caracterizado como inferência.

A representação semântica dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

- (101a) (p_i: (pres ep_i: (e_i: (f^c_i: [(f_i: concluir (f_i)) (x_i)_A (p_j: (neg sim e_j: (f^c_j: (x_j: -prova de que a acusada tenha de qualquer forma interferido na escolha de livros a serem adquiridos para o programa de educação de jovens e adultos- (x_j)) (f^c_j)) (e_j)) (p_j))_U] (f^c_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))

Na representação, é possível observar que o evidencial e a informação inferida estão dentro do mesmo Conteúdo Proposicional (p_i), que contém um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i) composto por uma Propriedade Configuracional (f^c_i). Ela consiste na relação entre uma Propriedade (f_i), um Indivíduo (x_i) e um Conteúdo Proposicional (p_j), o qual contém um Estado de Coisas (e_j), cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f^c_j). Essa Propriedade faz parte de uma predicação existencial e, por isso, o núcleo dela consiste apenas na entidade cuja existência é descrita, o Indivíduo (x_j). Esse tipo de predicação motiva a inserção do verbo *haver* no Nível Morfossintático.

A esse respeito, ainda que semanticamente tenham configurações semânticas distintas, os Conteúdos Proposicionais codificados por Orações não finitas apresentam a mesma representação no Nível Morfossintático. O exemplo (99) será retomado a seguir, junto de sua representação morfossintática, para fins de ilustração:

- (102) Quando ela cria diferentes situações de leitura, **infiro** *ser uma preocupação em ampliar o grau de letramento de seus alunos* fornecendo às crianças a diversidade textual que circula nas sociedades letradas, conduzindo-as ao estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita. (CB:Aca:TaD)

- (102a) (Le_i: (Cl_i: [(Cl_j
Quando_ela_cria_diferentes_situações_de_leitura

(Vp _i) (Cl _k : [(Vp _j	(Np _i) _{Obj}] (Cl _k)) _{Obj}	(Cl _i)	(Cl _m) (Cl _i) (Le _i))
infiro	ser	uma_preocupação...	fornecendo... conduzindo-as...

Como se observa na representação em (97a), o evidencial e a informação inferida estão dentro da mesma Expressão Linguística (Le_i) e da mesma Oração (Cl_i). O evidencial é expresso dentro do Sintagma Verbal (Vp_i) da Oração matriz (Cl_i), ao passo que a informação inferida é codificada por uma Oração subordinada completiva não finita (Cl_k), que é introduzida sem complementizador.

O esquema semântico geral para dos tipos de predicação que podem ser expressos como Oração completiva não finita sob o escopo da inferência é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 7. Tipos de predicação sob o escopo do evidencial inferencial

Tipo de predicação	Representação
Propriedade de um lugar adjetiv. (ex. 98)	$(f^c_1: [(f_1) (v_1)_U] (f^c_1))$
Classificação (ex. 99)	$(f^c_1: [(v_1) (v_2)] (f^c_1))$
Identificação (ex. 100)	$(f^c_1: [(v_1) (v_2)] (f^c_1))$
Existência (ex. 101)	$(f^c_1: [(v_1)] (f^c_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse quadro, é representada a caracterização da Propriedade Configuracional (f^c_i) que funciona como núcleo do Estado de Coisas que compõe o Conteúdo Proposicional com a informação inferida, o qual serve de argumento Inativo ao predicado evidencial. Essa Propriedade Configuracional é diferente a depender do tipo de relação estabelecida entre as Variáveis que nela estão contidas.

Além disso, o esquema morfossintático geral para as Orações não finitas que servem de complemento a uma Oração matriz com o evidencial pode ser visto a seguir:

Quadro 8. Representação morfossintática da inferência expressa por Oração complexa cujo complemento é uma Oração não finita

Oração completiva não finita
$(Le_1: (Cl_1: [(Gw_1)_{Subj} (Vp_1) (Cl_2: [(Vp_2: (Vw_1: ser/haver-inf (Vw_1)) (Vp_2)) (Xp_n)] (Cl_2))_{Obj} (Cl_1)) (Le_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse esquema, observa-se que o evidencial e a informação inferida são codificados na mesma Expressão Linguística (Le_1) e na mesma Oração (Cl_1). O evidencial é expresso pelo Sintagma Verbal (Vp_1) da Oração matriz (Cl_1), ao passo que a informação inferida é codificada pela Oração subordinada (Cl_2) que funciona como Objeto do verbo evidencial. Essa Oração subordinada não é introduzida por complementizador, e seu sintagma verbal consiste na inserção, no Nível Morfossintático, dos verbos de apoio *ser* ou *haver* em sua forma infinitiva, a depender do tipo de predicação expresso.

4.2.1.2 Justaposição

Outra forma de expressão da inferência é por meio da relação morfossintática de justaposição, em que o evidencial e a informação inferida estão dispostos em duas Expressões Linguísticas distintas, sem que haja um elemento, em alguma dessas Orações, que retome anaforicamente a informação da outra, como se vê no exemplo a seguir:

- (103) “[...] o que meu pai falava era respeitado, na minha casa eu aprendi a honrar pai e mãe só assim eu poderia ser feliz e ter paz, hoje **percebo** porque tenho filho e uma esposa linda e vivo em paz”. (JSI:politicareal)

Em (103), o falante acredita que o único jeito de ser feliz e ter paz é honrando seu pai e sua mãe, e infere isso com base em sua própria experiência, já que sempre respeitou essa premissa e atualmente leva uma vida de paz. Por estar assentado em um conhecimento proveniente da experiência do falante, o cálculo mental marcado pelo evidencial configura uma inferência.

A codificação do evidencial e da informação inferida em duas Expressões Linguísticas distintas é o reflexo da alocação desses elementos, no Nível Representacional, em dois Conteúdos Proposicionais diferentes que relacionam-se apenas no Componente Contextual. A representação a seguir demonstra a configuração semântica dessa ocorrência:

- (103a) $(p_i: (pres\ ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: perceber\ (f_i))\ (x_i)_A]\ (f_i^c))\ (e_i): (r_i: -tenho\ filho\ e\ uma\ esposa\ linda\ e\ vivo\ em\ paz- (r_i))\ (e_i))\ (ep_i): (t_i: -hoje- (t_i))\ (ep_i))\ (p_i))$

Em (103a), é representado apenas o Conteúdo Proposicional que contém o evidencial, já que sua relação com a informação inferida se dá por meio do Componente Contextual. O Conteúdo Proposicional com o evidencial (p_i) é composto por um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, que contém um Estado de Cosias (e_i) cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f_i^c) . Essa Propriedade consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i) e um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo.

Haja vista a ausência de uma marca linguística conectando o evidencial e a informação inferida, o Componente Contextual desempenha papel fundamental para que se recupere a relação estabelecida entre esses elementos. Desse modo, embora o

evidencial não esteja atribuído explicitamente ao Conteúdo Proposicional com a informação inferida, o Ouvinte é capaz de identificar o escopo do primeiro sobre o último a partir das informações contextuais disponíveis.

Uma diferença entre a justaposição e a complementação, no que diz respeito à valência quantitativa da predicação com o evidencial, é que, na justaposição, o predicado é utilizado em uma predicação de um lugar, com apenas a posição do argumento Ativo, ao passo que, na complementação, o predicado é utilizado em uma predicação de dois lugares, em que a posição de argumento Ativo é ocupada por um Indivíduo, e a posição de Inativo é ocupada pelo Conteúdo Proposicional que contém a informação inferida. O reflexo morfossintático disso é que, na justaposição, o verbo evidencial é utilizado intransitivamente, ao passo que, na complementação, é transitivo.

A representação a seguir ilustra as características morfossintáticas desse tipo de construção:

(103b) (Le_i)

na minha casa eu aprendi a honrar pai e mãe, só assim eu poderia ser feliz e ter paz

(Le_j: (Cl_i: [(Adv_{pi}) (V_{pi}: (Vw_i) (V_{pi})) (Cl_j)] (Cl_i)) (Le_j))
 hoje **percebo** porque tenho filho...

Em (103b), observa-se que a informação inferida está em uma Expressão Linguística (Le_i) diferente daquela em que está contido o evidencial (Le_j). A Expressão Linguística (Le_j) com o evidencial é composta por uma Oração (Cl_i), e o verbo evidencial é expresso pela Palavra Verbal (Vw_i) dentro do Sintagma Verbal (V_{pi}) dessa Oração. Além disso, há outra Oração (Cl_j), que codifica um modificador de Razão do Nível Representacional e contém a evidência utilizada como base para o cálculo mental.

O esquema semântico geral para a inferência expressa na relação de justaposição pode ser visto a seguir:

Quadro 9. Representação semântica da inferência expressa na relação de justaposição

Representação
$(p_1: (\pi \text{ ep}_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)A] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_2))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse esquema geral, a informação inferida não é representada, pois sua relação com o evidencial se dá no Componente Contextual. Além disso, o Conteúdo

Proposicional com o evidencial (p_1) tem como núcleo um Episódio (ep_1), que contém um Estado de Coisas (e_1) composto por uma Propriedade Configuracional (f_1^c), que consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_1) e um Indivíduo (x_1) como argumento Ativo.

Por fim, o seguinte esquema pode ser proposto para a representação morfossintática da relação de justaposição:

Quadro 10. Representação morfossintática da inferência expressa na relação de justaposição

Oração evidencial justaposta
$(Le_1: (Cl_1) (Le_1)) (Le_2: (Cl_2: [(Gw_1)_{Subj} (Vp_1)] (Cl_2)) (Le_2))$

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse esquema, nota-se que a informação inferida é codificada em uma Expressão Linguística (Le_1) diferente daquela que contém o evidencial (Le_2). Essa última é composta por uma Oração que contém um Sintagma Verbal (Vp_1), dentro do qual está o verbo evidencial.

4.2.1.3 Modificação

Além das duas relações morfossintáticas mencionadas, a inferência também pode ser expressa pela modificação, que se dá quando o fruto do cálculo mental é apresentado como uma Oração principal ou como um Sintagma, e o evidencial é expresso por uma Oração modificadora. Essa última pode ocupar diferentes posições no enunciado a depender da unidade sobre a qual recai seu escopo. Nas adjacências, ela atua sobre toda a Oração principal, como se observa a seguir:

- (104) “Hoje em dia, existe uma base sólida para quem quer estudar e tocar choro. Tem muito material, muita partitura. Antes, a coisa era mais desorganizada, seguia uma tradição oral. Atualmente, se construiu um terreno mais pavimentado, onde é possível conhecer até músicas de Chiquinha Gonzaga, de um período pré-Pixinguinha”, defende. “E, **pelo que percebo**, os músicos de choro são muito informados. Querem criar, mas não se esquecem do passado”, pontua Neves. (JSI:otempo)

Nessa ocorrência, com base no que sabe sobre a solidez dos ensinamentos dos músicos de choro e sobre o conhecimento consolidado que eles têm sobre seu estilo musical, o falante infere que eles são muito informados. Em (99), *percebo* tem escopo

sobre toda a Oração *os músicos de choro são muito mais informados*, pois está na adjacência dessa Oração.

A representação semântica dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

(104a) $(p_i: \text{-os músicos de choro são muito informados- } (p_i): (p_j: (\text{pres } ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: \text{perceber } (f_i)) (x_i)_A] (f_i^c)) (e_i)) (ep_i)) (p_j)) (p_i))$

Em (99a), vê-se que a informação inferida é expressa em um Conteúdo Proposicional (p_i) diferente daquele que contém a inferência (p_j). Esse último, por sua vez, atua como um modificador do primeiro. Dentro dele, há um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, que contém um Estado de Coisas (e_i) cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Essa Propriedade consiste na relação entre a Propriedade Lexical (f_i) *perceber* e o Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo da predicação. Assim como acontece na relação de justaposição, o predicado evidencial na modificação é empregado em uma predicação de um lugar, com apenas a posição de argumento Ativo.

A representação morfossintática dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

(104b) $(Le_i: (Cl_i: [(Gw_i)$	$(Cl_j: [(Adp_i)$	$(Vp_i: (Vw_i) (Vp_i))]$	$(Cl_j))$
E	pelo_que	percebo	
(Np_i)	(Vp_i)	$(Advp_i)]$	$(Cl_i)) (Le_i))$
os_músicos_de_choro	são	muito_informados	

Em (104b), observa-se que a informação inferida e o evidencial estão codificados na mesma Expressão Linguística (Le_i). A informação inferida é expressa na Oração matriz (Cl_i), ao passo que o evidencial está contido no Sintagma Verbal (Vp_i) da Oração subordinada (Cl_j), que é posicionada nas adjacências da Oração matriz. Esse posicionamento permite reconhecer o escopo da Oração com o evidencial sob todo o conteúdo linguístico da Oração matriz.

O escopo da inferência expressa por uma Oração modificadora pode ser ainda mais específico, recaindo sobre o argumento de um dos constituintes de uma Oração ou de um Sintagma, como a seguir:

- (105) Quero aqui manifestar a posição do PMDB: somos a favor deste projeto, queremos votá-lo já e, quanto à outra questão, vamos deixá-la para um momento oportuno. Não podemos prejudicar os trabalhadores em função de um desacordo, **pelo que percebo**, dentro da própria bancada do PT. (CB:Pol:SoC)

Nessa ocorrência, com base no que sabe sobre as atitudes de certos parlamentares, o falante infere que há um desacordo dentro da bancada do partido deles. Como a base para o cálculo mental é um conhecimento, esse uso do verbo *perceber* é caracterizado como inferência.

A representação semântica dessa ocorrência é apresentada em (100a):

- (105a) (p_i: (l_i: -dentro da própria bancada do PT- (l_i)) (p_i: (p_j: (pres ep_j: (e_j: (f^c_i: [(f_i: perceber (f_i)) (x_i)_A] (f^c_i)) (e_j)) (ep_j)) (p_j)) (p_i))

Em (105a), apenas a informação inferida e o evidencial são representados. Observa-se que a informação inferida é uma unidade de Lugar (l_i) dentro de Conteúdo Proposicional (p_i), ao passo que o evidencial está contido em um Conteúdo Proposicional (p_j) diferente, que funciona como modificador do primeiro. Além disso, a configuração interna do Conteúdo Proposicional (p_j) com o evidencial é a seguinte: ele contém um Episódio (ep_j) com operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_j) composto por uma Propriedade Configuracional (f^c_i). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i) *perceber* e um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo. Assim como na justaposição e nos outros casos de modificação, o predicado evidencial é utilizado em uma predicação de um lugar, com apenas a posição de argumento Ativo.

A representação morfossintática da ocorrência (100) pode ser vista a seguir:

- (105b) (Le_i: (Cl_i:
Não
[(Gw_i)
podemos_prejudicar
(Vp_i)
(Np_i)_{Obj}
os_trabalhadores

(Adp_i: [(Gw_j) (Nw_i)
em função de
(Gw_k) (Np_j: [(Gw_i) (Nw_j)
um desacordo
(Cl_j)
pelo_que_percebo

(Adp_j)] (Np_j)]
dentro_da_própria_bancada_do_PT
(Adp_i)] (Cl_i) (Le_i))

Como se vê nessa representação, a informação inferida e o evidencial são expressos dentro da mesma Expressão Linguística (Le_i). Ela contém uma Oração (Cl_i)

que é composta por uma Palavra Gramatical (Gw_i), um Sintagma Verbal (Vp_i), um Sintagma Nominal (Np_i) e um Sintagma Preposicional (Adp_i). Esse último é composto por uma Palavra Gramatical (Gw_j), uma Palavra Nominal (Nw_i), uma Palavra Gramatical (Gw_k) e um Sintagma Nominal (Np_j). Por fim, esse Sintagma Nominal (Np_i) contém uma Palavra Gramatical (Gw_l), uma Palavra Nominal (Nw_j), a Oração Subordinada que veicula o evidencial (Cl_j) e o Sintagma Preposicional (Adp_j) sobre o qual recai o escopo da inferência.

Tendo em vista que o escopo semântico do evidencial recai sobre o modificador de Lugar de um argumento com função de referência, o qual diz respeito a uma pequena parte do enunciado apresentado em (105), a inserção da Oração evidencial acontece na camada do Sintagma, e não na da Oração, como na ocorrência anterior. Desse modo a inserção da Oração evidencial é feita em um Sintagma que faz parte, ele próprio, de outro Sintagma, o qual, por sua vez, compõe uma unidade maior, uma Oração, que está contida em uma Expressão Linguística.

Além disso, a inferência pode ter escopo sobre elementos que são extraoracionais, como se vê na ocorrência a seguir:

(106) José Ermírio, seu filho mais velho, figura humana singular **pelo que deduzo** de relatos a seu respeito, foi o primeiro diretor da FIESP. (CB:Pol:SoC)

Nesse exemplo, a partir de relatos, o falante infere que o indivíduo de quem fala foi uma figura humana singular. A Oração principal *José Ermírio foi o primeiro diretor da FIESP* não recebe nenhuma marca evidencial; por outro lado, o aposto de um de seus constituintes, *figura humana singular*, que especifica *José Ermírio*, é marcado como inferido.

No Nível Interpessoal, a informação inferida está contida em um Ato Discursivo que recebe a funça de Aposição:

(106a) (M_i : [(A_i) (A_j)_{Aside} (**A_k**)_{Aside}]

Em (106a), observa-se que esse enunciado é formado por três Atos Discursivos distintos: (A_i), que contém a informação principal *José Ermírio foi o primeiro diretor da FIESP*; (A_j), que contém a Aposição *seu filho mais velho*, um comentário sobre *José*

Ermírio; e (A_k), que também é um comentário sobre *José Ermírio*, acrescentando a informação *figura humana singular*, fruto da inferência do falante.

A representação semântica dessa ocorrência pode ser vista em (101a):

(106b) (p_i : (x_i : -figura humana singular- (x_i)) (p_i : (p_j : (pres ep_i : (e_i : (f_i^c : [(f_i : deduzo (f_i)) (x_j)_A] (f_i^c)) (e_i : (l_i : -de relatos a seu respeito- (l_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_j)) (p_i))

Nessa representação, é possível observar que o Conteúdo Proposicional (p_j) com a informação inferida modifica um Conteúdo Proposicional (p_i) que contém um Indivíduo (x_i) independente. Assim como nos outros usos da Oração evidencial modificadora, o Conteúdo Proposicional que ela codifica contém um Episódio (ep_i), composto por um Estado de Coisas (e_i), cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i) e um Indivíduo (x_j) na posição de Ativo da predicação, já que a modificação evidencial é expressa em uma predicação de um lugar.

Em (106c), encontra-se a representação morfossintática dessa ocorrência:

(106c) (Le_i : [(Cl_i : (Np_i) (Cl_i)) ^{dep}(Np_j)
 José_Ermírio seu_filho_mais_velho

^{dep}(Np_k : (Nw_i) (Nw_j) (Nw_k) (Cl_j) (Np_k))
 figura humana singular pelo_que_deduzo...

(Cl_i : [(Vp_i) (Np_i)] (Cl_i) (Le_i))
 foi o_primeiro_diretor_da_FIESP

Nessa representação, a Oração (Cl_i) *José Ermírio foi o primeiro diretor da FIESP* tem seu fluxo interrompido para o acréscimo de dois Sintagmas Nominais, (Np_j) e (Np_k), os quais mantêm uma relação extraoracional com essa Oração, adicionando informação sobre um dos constituintes dela. Um dos Sintagmas Nominais, (Np_k), é constituído por Palavras Nominais, (Nw_i), (Nw_j) e (Nw_k), e pela Oração (Cl_j) subordinada que contém o evidencial.

Em resumo, o esquema geral dos diferentes escopos semânticos que são codificados, no Nível Morfossintático, pela relação de modificação pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 11. Representação semântica da inferência expressa pela modificação

Escopo do modificador	Representação
Conteúdo Proposicional principal (ex. 104)	$(p_1): (p_2: (\pi \text{ ep}_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_2)) (p_1)$
Argumento com função de Referência (ex. 105)	$(p_1: (ep_1: (e_1: (f_1^c: [(v_1) (v_2: [(v_3) (v_4)_{\text{Ref}}: (p_2: (\pi \text{ ep}_2: (e_2: (f_2^c: [(f_1) (x_1)_A] (f_2^c)) (e_2)) (ep_2)) (p_2)) (v_4)] (v_2))_{\emptyset}] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_1))$
Variável independente (ex. 106)	$(p_1: (v_1) (p_1): (p_2: (\pi \text{ ep}_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_2)) (p_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

O escopo do Conteúdo Proposicional (p_2) com a inferência pode recair sobre todo o Conteúdo Proposicional (p_1) que contém a informação inferida, como no exemplo (104). Além disso, o escopo do Conteúdo Proposicional (p_2) com o inferencial evidencial pode recair sobre o argumento com função de Referência, representado pela Variável (v_4), como em (105). Por fim, a inferência pode atuar sobre um elemento extraoracional, indicado pela Variável independente (v_1) dentro de outro Conteúdo Proposicional (p_1), como em (106).

A representação morfossintática desse tipo de ocorrência pode ser vista a seguir:

Quadro 12. Representação morfossintática da inferência expressa pela modificação

Unidade	Representação
Oração	$(Le_1: (Cl_1: [(Vp_1) (Cl_2)] (Cl_1)) (Le_1))$
Sintagma dentro de um Sintagma	$(Le_1: (Cl_1: [(Vp_1) (Xp_n: [(Xw_n) (Xp_{n+1}: [(Xw_{n+1}) (Cl_2)] (Xp_{n+1}))] (Xp_n)) (Cl_1)) (Le_1))$
Sintagma extraoracional	$(Le_1: [(Cl_1) (^{\text{dep}}Xp_n: [(Nw_n) (Cl_2)] (Np_n))] (Le_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

A Oração (Cl_2) evidencial pode ser inserida diretamente como um dos componentes da Oração matriz (Cl_1). Além disso, a Oração evidencial (Cl_2) também pode ser inserida como o componente de um Sintagma (Xw_{n+1}) que faz parte de outro Sintagma. Por fim, a Oração evidencial (Cl_2) pode ser inserida em um Sintagma ($^{\text{dep}}Xp_n$) que não está contido em uma Oração.

4.2.1.4 Parentetização

O uso dos evidenciais em Orações parentéticas, na maioria dos casos, pode ser classificado como cossubordinação, já que a Oração com o elemento inferido e a Oração evidencial não estão integradas morfossintaticamente, mas a Oração parentética

depende pragmaticamente da outra, funcionando como um comentário do falante. A esse respeito, a cossubordinação é definida por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 308) como uma relação entre duas Orações, na camada da Expressão Linguística, em que uma delas pode ser utilizada independentemente, mas a outra não pode. Como será visto adiante, essa definição parece aplicar-se à maioria dos casos de evidenciais parentéticos encontrados no *corpus*.

Uma ocorrência de inferência expressa por essa relação morfossintática, em que o parentético tem escopo sobre outra Oração, pode ser vista a seguir:

(107) [...] permita que eu me concentre - **como há de ser a sua intenção, concluo** - na crise econômica. (JSI:uol)

O contexto dessa ocorrência é uma comparação feita entre o conceito atual de *crise* e as origens do termo, na medicina, sendo essa discussão feita dentro de um livro que fala sobre crise econômica. Haja vista a proposta do texto, o autor infere que seu interlocutor está a lê-lo para saber mais sobre a crise econômica, e não sobre a origem do termo. A Oração parentética funciona, nesse caso, como um comentário sobre uma Oração apositiva da Oração principal, marcando a informação contida nesse aposto como proveniente de um cálculo mental.

A representação semântica da Oração parentética com o evidencial dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

(107a) $(p_i: (pres\ ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: concluir(f_i)) (x_i)_A] (f_i^c)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))$

Em (107a), é representado apenas o Conteúdo Proposicional que contém a inferência, tendo em vista que sua relação com a informação inferida se dá por meio de unidades maiores, Atos Discursivos, no Nível Interpessoal. O Conteúdo Proposicional (p_i) que contém o evidencial é composto por um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i) que contém uma Propriedade Configuracional (f_i^c) . Ela consiste na relação entre a Propriedade Lexical (f_i) *concluir* e um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo. Assim como na justaposição e na modificação, o predicado evidencial é utilizado como uma predicação de um lugar, com apenas a posição de argumento Ativo, já que a informação inferida não está contida na mesma predicação que o predicado evidencial.

(108) [...] está começando a se perder de vista a evidência de que havia - ou há - uma inteligência política no gigantesco esquema de fraude que operava na Petrobras e, **infiro** a exemplo de qualquer pessoa razoável, **em outras áreas também**. (JSI:uol)

Em (108), o falante faz uso de conhecimento compartilhado pela comunidade, que é marcado pelo modificador *a exemplo de qualquer pessoa razoável*, para inferir que há fraudes em outras áreas controladas pelo Governo além da Petrobrás. Nessa ocorrência, o escopo de *infiro* recai apenas sobre o modificador de Lugar *em outras áreas também*.

A representação a seguir demonstra, em termos semânticos, a composição da Oração parentética que contém o evidencial:

(108a) (p_i: (pres ep_i: (e_i: (f^c_i: [(f_i: inferir (f_i)) (x_i)_A] (f^c_i)) (e_i: (r_i: -a exemplo de qualquer pessoa razoável- (r_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))

Nessa representação, o evidencial aparece como um Conteúdo Proposicional (p_i) distinto de todo o restante do enunciado, e a razão para isso é que, no Nível Interpessoal, ele corresponde a um Ato Discursivo diferente daquele que contém o restante do conteúdo linguístico. Desse modo, diferentemente da modificação, em que há uma relação semântica explícita entre o evidencial e o elemento inferido, traduzida formalmente por meio da estrutura *preposição + pronome* (*pelo que* percebo; *ao que* deduzo), na parentetização, essa relação é implícita, recuperada por meio do Componente Contextual, e por isso não há marca morfossintática que relacione o elemento inferido ao inferencial.

A representação, no Nível Interpessoal, dessa ocorrência auxilia a esclarecer essa afirmação:

(108b) (M_i: [(A_i: -está começando... em outras áreas também- (A_i)) (A_j: -infiro a exemplo de qualquer pessoa razoável- (A_j))_{Aside}] (M_i))

Em (108b), observa-se que há um Movimento (M_i) cujo núcleo é composto por dois Atos Discursivos, em que um deles, (A_j), que contém a inferência, recebe a função de Aposição, pois serve como um comentário do falante sobre uma informação contida no outro Ato Discursivo (A_i). Esse último, por sua vez, é um Ato descontínuo, já que é interrompido por (A_j) e retomado posteriormente, como se vê em (108c):

Essa Oração principal (Cl_i) é interrompida pela Oração parentética evidencial (Cl_m) e depois é retomada, já que as duas não mantêm relação de coordenação nem de subordinação, mas de cossubordinação. A interrupção do fluxo discursivo é a responsável por indicar o escopo do evidencial sobre apenas um elemento do enunciado, o Sintagma Preposicional (Adp_i), e não sobre toda a Oração principal (Cl_i).

É preciso ressaltar que essa falta de conexão semântica explícita entre o elemento inferido e o evidencial inferencial só é possível por se tratar da expressão lexical dessa categoria. Assim, por mais que estejam sendo utilizados para cumprir uma *função qualificacional*, os verbos que expressam a evidencialidade não deixam de apresentar conteúdo lexical, de ser expressos em diferentes padrões morfossintáticos, por tipos distintos de Orações e, inclusive, de estar contidos em um Ato Discursivo diferente do que contém a informação inferida. Na expressão gramatical da evidencialidade, em que essas características não são observadas, há uma restrição muito maior no modo como esse fenômeno é formulado e codificado pela gramática das línguas.

A esse respeito, é necessário salientar também que, nos casos em que o evidencial e o elemento inferido não mantêm um elo semântico explícito, o Componente Contextual tem papel fundamental para o estabelecimento da relação entre os dois. Isso é observado tanto na justaposição quanto na parentetização, em que esse elo não é marcado linguisticamente, mas pode ser recuperado pelo Ouvinte a partir de seu conhecimento linguístico.

Por fim, um último caso de parentetização pode ser encontrado quando o escopo da Oração inferencial recai sobre um Sintagma (e possivelmente uma Palavra também) que deveria funcionar como Objeto da Oração evidencial em uma relação de complementação, mas que, por conta de fatores pragmáticos, assume uma forma distinta:

(109) E, se Deus criou os heterossexuais, então quem criou os homossexuais? **O demônio, deduzo.**

Em (109), com base no conhecimento sobre as crenças de uma religião, o falante infere a identidade do responsável por criar um conjunto de indivíduos. Por estar assentado no conhecimento do falante sobre o que prega uma religião, o uso de *deduzir*, nesse caso, expressa uma inferência.

Diferentemente dos casos anteriores de parentetização, em que a informação inferida e o evidencial estavam contidos em Atos Discursivos distintos e, conseqüentemente, em Conteúdos Proposicionais diferentes, em (109) esses dois elementos estão contidos na mesma Propriedade Configuracional:

(109a) (p_i: (pres ep_i: (e_i: (f^c_i: [(f_i: deduzir (f_i)) (x_i)_A (x_j: -o demônio- (x_j)_U] (f^c_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))

Como se vê em (109a), há um Conteúdo Proposicional (p_i) que é composto por um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i) que contém uma Propriedade Configuracional (f^c_i). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i), um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo e um Indivíduo (x_j) que ocupa a posição de argumento Inativo.

Embora a configuração semântica dessa ocorrência seja idêntica à da complementação, a constituição pragmática das duas é diferente. O fato de a inferência ser expressa por uma Oração parentética em (109) é motivado pela atribuição da função Foco à informação *O demônio*, como se vê a seguir:

(109b) (M_i: (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P_i)_S (P_j)_A (C_i: [(T_i) (R_i)_{Foc}](C_i))] (A_i)) (M_i))

Nessa representação, há um Movimento (M_i), que contém um Ato Discursivo (A_i), cujo núcleo é formado por uma Ilocução (F_i) Declarativa, pelos Participantes (P_i) e (P_j) e por um Conteúdo Comunicado (C_i). Esse último consiste na relação entre um Subato Atributivo (T_i), que contém a informação *deduzo*, e um Subato Referencial (R_i) com a função de Foco, que contém a informação *O demônio*.

Embora a informação contida em (109) pudesse ser expressa como *deduzo que foi o demônio*, a marca de Foco leva o Sintagma Nominal à posição inicial do enunciado, fazendo com que ele passe a preceder o verbo evidencial e com que não seja introduzido por uma combinação de complementizador + verbo de apoio *ser*.

A representação morfossintática dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

(109c) (Le_i: (Cl_i: [(Np_i)_{Obj} (Vp_i)] (Cl_i) (Le_i))
O_demônio deduzo

Nessa representação, observa-se que o Sintagma Nominal (Np_i) com a informação inferida e o verbo evidencial (Vp_i) estão contidos na mesma Oração (Cl_i), dentro de uma Expressão Linguística (Le_i). O Sintagma Nominal (Np_i) com a função de Objeto, que canonicamente deveria vir depois do Sintagma Verbal (Vp_i), está anteposto a esse último, fazendo com que a forma de expressão do evidencial seja a de uma Oração parentética.

Em suma, o esquema semântico geral para a inferência expressa por meio de uma Oração parentética é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 13. Representação semântica da inferência expressa pela parentetização

Alocação da informação inferida e do evidencial	Representação
Conteúdos Proposicionais distintos	$(p_1: (\pi ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_1))$
Mesmo Conteúdo Proposicional	$(p_1: (\pi ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A] (v_1)_U] (f_1^c)) (e_1)) (ep_1)) (p_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Foi visto que, no Nível Representacional, a informação inferida e o evidencial podem estar contidos em Conteúdos Proposicionais distintos, como em (107) e (108), ou podem fazer parte de um mesmo Conteúdo Proposicional, como em (109).

A esse respeito, o esquema geral da parentetização no Nível Interpessoal é o seguinte:

Quadro 14. Representação pragmática da inferência expressa pela parentetização

Escopo do evidenc.	Parentetização
Ato Discursivo	$(M_1: [(A_1) (A_2)_{Aside}] (M_1))$
Subato Referencial	$(M_1: (A_1: [(F_1: DECL (F_1)) (P_1)_S (P_1)_A (C_1: [(T_1) (R_1)_{Foc}] (C_1))] (A_1)) (M_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa representação, a informação inferida e o evidencial podem fazer parte de Atos Discursivos diferentes, (A_1) e (A_2), respectivamente. O Ato discursivo (A_2) que corresponde ao evidencial recebe a função retórica de Aposição (*Aside*), sendo marcado como um comentário do Falante sobre a informação contida no outro Ato Discursivo (A_1). Além disso, é preciso ressaltar que, a depender do escopo do evidencial, o Ato Discursivo (A_1) que contém a informação inferida pode ser descontínuo, interrompido pelo Ato (A_2) com o evidencial, já que o escopo desse último pode ser determinado pelo caráter descontínuo ou não do primeiro.

Além disso, a informação inferida e o evidencial podem estar contidos no mesmo Conteúdo Comunicado (C_1), dentro de um Ato Discursivo (A_1) que forma o núcleo de um Movimento (M_1). Nesse Conteúdo Comunicado, o evidencial corresponde a um Subato Atributivo (T_1), e a informação inferida corresponde a um Subato Referencial (R_1) com função de Foco, o que motiva, no Nível Morfossintático, a codificação desse Subato em uma ordem não canônica.

Por fim, em termos morfossintáticos, o esquema geral para a codificação dessas relações é o seguinte:

Quadro 15. Representação morfossintática da inferência expressa pela parentetização

Unidade sob o escopo do evid.	Representação
Oração	$(Le_1: [(Cl_1) (^{dep}Cl_2)] (Le_1))$
Sintagma dentro de um Sintagma	$(Le_1: (Cl_1: [(Vp_i) (Xp_n: [(Xw_n) (Cl_1)) (Cl_2) (Cl_1: (Xw_{n+1})] (Xp_n))] (Cl_1)) (Le_1))$
Sintagma focalizado	$(Le_i: (Cl_i: [(Xp_i)_{Obj} (Vp_i)] (Cl_i) (Le_i))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nos dois primeiros casos, a Oração parentética (Cl_2) não é subordinada a nenhum outro elemento, estando sempre na camada da Expressão Linguística (Le_1). Seu posicionamento, entretanto, pode variar a depender do escopo do evidencial. Nas adjacências, ele recai sobre todo o conteúdo da Oração com que se relaciona. Intercalada, por outro lado, a Oração parentética tem escopo somente sobre o elemento à sua direita, em que a Palavra (Xw_{n+1}) dentro do Sintagma (Xp_n) é alvo da Oração evidencial (Cl_2). Por fim, a informação inferida pode ser codificada sob a forma de um Sintagma (Xp_i) que ocupa a posição de Objeto, anteposto ao Sintagma Verbal (Vp_i), o que faz com que o verbo evidencial assumam a forma parentética.

É preciso ressaltar que, nos casos em que a Oração parentética (Cl_2) não tem escopo sobre todo o enunciado a Oração principal (Cl_1) é interrompida pela intercalação da Oração parentética (Cl_2) e depois é retomada. Essa particularidade é demonstrada, na representação, a partir do fechamento da Oração principal (Cl_1), da inserção da Oração parentética (Cl_2) e da posterior reabertura da Oração principal (Cl_1), com o restante da informação do enunciado.

4.2.2 A expressão da dedução

Assim como acontece com a inferência, o modo de expressão mais comum da dedução por meio dos verbos analisados consiste no uso do predicado evidencial em uma predicação de dois lugares, em que a posição de Ativo é ocupada por um Indivíduo, e a posição de Inativo é ocupada por um Episódio que contém a informação deduzida. Assim, a codificação dessa relação se dá por meio da complementação, em que a posição de Sujeito do verbo evidencial pode ou não ser preenchida pelo pronome sujeito *eu*, e em que a posição de Objeto é preenchida pelo elemento com a informação deduzida. Essa configuração é apresentada na seção 4.2.2.1. Além disso, a dedução também pode ser apresentada na relação morfossintática de justaposição, em que o evidencial e a informação dedutiva são apresentados em duas Expressões Linguísticas, o que pode ser visto na seção 4.2.2.2.

4.2.2.1 Complementação

Ao ser expressa por complementação, a dedução pode assumir a forma de uma Oração simples ou de uma Oração complexa. Um exemplo de dedução codificada por uma Oração simples pode ser visto a seguir:

- (110) Eu também percebo se estão com problema ou nervosos. Eu acho que a minha demonstração é na voz. Eu percebo **isso** na voz das pessoas, na forma de se expressar. Entre as colegas você sente pela voz quando elas estão tristes, muda totalmente. [...]. Então, eu vejo diferença: a voz alegre é mais clara, mais ativa; e a voz triste é para dentro, falta entusiasmo, é pausada. (CB:Aca:Art)

Nessa ocorrência, com base em características sonoras da voz das pessoas, o falante deduz o estado psicológico delas. Aqui, o que serve de base para o cálculo mental não é o conteúdo do proferido por essas pessoas, o que constituiria uma inferência, mas as próprias características da articulação do som de suas vozes, configurando assim uma dedução.

A representação semântica do evidencial é apresentada a seguir:

- (110a) (p: (ep: (e: (f^c_i: [(f_i: perceber (f_i)) (x_i)_A (ep_j)_U] (f^c_i)) (e_i: (l_i: -na voz das pessoas, na forma de se expressar- (l_i)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))

Em (110a), a informação deduzida e o evidencial estão contidos em Conteúdos Proposicionais diferentes e, por isso, a primeira não é representada. O Conteúdo Proposicional (p_i) que contém o evidencial é composto por um Episódio (ep_i), cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i), que contém uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Ela, por sua vez, consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i), um Indivíduo (x_i) na posição de Ativo e um Episódio (ep_j) de núcleo ausente na posição de argumento Inativo.

O Episódio na posição de argumento Inativo da predicação é correferencial ao Episódio do outro Conteúdo Proposicional, e essa característica motiva a inserção de um pronome anafórico, no Nível Morfossintático, que marca a ligação entre os dois, como se vê na representação a seguir:

(110b) (Le_i : (Cl_i)) (Le_j)

-Eu também percebo se estão com problema ou nervosos-

(Le_i : (Cl_i :	[(Gw_i) _{Subj}	(Vp_i)	(Gw_j) _{Obj}	(Adp_i)
	Eu	percebo	isso	na_voz_das_pessoas
(Adp_j)]		(Cl_i)) (Le_j)		
na_forma_de_se_expressar				

Em (110b), observa-se que a informação inferida e o evidencial estão contidos em Expressões Linguísticas diferentes, (Le_i) e (Le_j), respectivamente. A Oração (Cl_j) que contém o evidencial é composta por uma Palavra Gramatical (Gw_i) na posição de Sujeito, um Sintagma Verbal (Vp_i) que contém o evidencial, uma Palavra Gramatical (Gw_j) na posição de Objeto, que codifica o pronome, e por outros dois Sintagmas Preposicionais, (Adp_i) e (Adp_j). Além disso, o pronome representado pela Palavra Gramatical (Gw_j) é o responsável por retomar a Oração (Cl_i) contida na outra Expressão Linguística (Le_i).

A dedução expressa na complementação também pode assumir a forma de uma Oração complexa, em que o verbo evidencial é parte da Oração matriz, e a informação deduzida assume a forma de uma Oração subordinada completiva, como se vê no exemplo a seguir:

(111) Há muitos veículos trabalhando na rodovia e a lama acaba atrapalhando a passagem.
Percebo que a pista não é lavada e já vi vários carros desviando do material que cai na pista. (JSI:clicrbs)

Em (111), a partir da percepção da lama na rodovia, o falante deduz que a pista não é lavada. Como o raciocínio é realizado a partir de uma percepção sensorial realizada por meio da visão, esse uso de *perceber* é classificado como dedutivo.

A representação semântica dessa ocorrência é apresentada em (111a):

(111a) $(p_i: (pres\ ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: perceber\ (f_i))\ (x_i)_A\ (ep_j: -a\ pista\ não\ é\ lavada- (ep_j))\ _U]\ (f_i^c))\ (e_i))\ (ep_i))\ (p_i))$

Como se vê na representação, a informação deduzida e o evidencial estão contidos no mesmo Conteúdo Proposicional (p_i), que contém um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, composto por um Estado de Coisas (e_i) cujo núcleo é uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i), um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo e um Episódio (ep_j) na posição de argumento Inativo, o qual contém a informação deduzida.

Em termos morfossintáticos, essa ocorrência pode ser representada como segue:

(111b) $(Le_i: (Cl_i: [(Vp_i: (Vw_i)\ (Vp_i))\ Percebo]$
 $(Cl_j: [(Gw_i)\ (Np_i)_{Subj}\ que\ a_pista\ (Gw_j)\ (Vp_j)]\ não\ é_lavada\ (Cl_j)_{Obj}\ (Cl_i))\ (Le_i))$

Nessa representação, observa-se que a informação deduzida e o evidencial estão contidos na mesma Expressão Linguística (Le_i) e na mesma Oração (Cl_i). O evidencial é a Palavra Verbal (Vw_i) contida no Sintagma Verbal (Vp_i) da Oração matriz (Cl_i), ao passo que a informação inferida assume a forma de uma Oração subordinada completiva (Cl_j) com a função de Objeto desse Sintagma Verbal (Vp_i).

O esquema geral semântico da dedução codificada por complementação é apresentado a seguir:

Quadro 16. Representação semântica da dedução expressa por complementação

Argumento Inativo	Representação
Episódio de núcleo ausente	$(p_1: (\pi\ ep_1: (e_1: (f_1^c: (f_1)\ (x_1)_A\ (ep_2)_U\ (f_i^c))\ (e_1))\ (ep_1))\ (p_1))$
Episódio de núcleo configuracional	$(p_1: (\pi\ ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1)\ (x_1)_A\ (ep_2: (e_2)\ (ep_2))_U]\ (f_i^c))\ (e_1))\ (ep_1))\ (p_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se vê na representação, quando expressa pela relação de complementação, a dedução e o elemento inferido estão contidos no mesmo Conteúdo Proposicional (p_1),

que é composto por um Episódio (ep_1), cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_1) que contém uma Propriedade Configuracional (f^c_1). Essa última consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_1), um Indivíduo (x_1) e um Episódio (ep_2), que pode ter um núcleo ausente ou configuracional.

Quando o núcleo é ausente, significa que o Episódio é coindexado e que sinaliza, para o Ouvinte, que a informação semântica deve ser buscada em um Episódio contido em outro Conteúdo Proposicional. Quando o núcleo é configuracional, a informação semântica deduzida é apresentada diretamente nesse Episódio. A diferença morfosintática entre as duas configurações é que, quando o núcleo é ausente, o argumento do verbo evidencial é expresso como um pronome anafórico e, quando o núcleo é configuracional, o argumento é expresso sobre a forma de uma Oração, como se vê no esquema geral morfosintática apresentado a seguir:

Quadro 17. Representação morfosintática da dedução expressa por complementação

Complemento	Representação
Sintagma	(Le_1 : (Cl_1) (Le_1)) (Le_2 : (Cl_2 : [(Gw_1) _{Subj} (Vp_1) (Gw_2) _{Obj}] (Cl_2)) (Le_2))
Oração	(Le_1 : (Cl_1 : [(Gw_1) _{Subj} (Vp_1) (Cl_2 : [(Gw_1) (Np_1) _{Subj} (Vp_2)] (Cl_2)) _{Obj}] (Cl_1)) (Le_1))

Fonte: elaborado pelo autor.

A representação morfosintática da dedução expressa pela complementação difere com base no Objeto do verbo evidencial, se um Sintagma ou uma Oração. Sendo um Sintagma, a informação deduzida está contida em uma Expressão Linguística distinta da que contém o evidencial. A Expressão Linguística (Le_1) com o evidencial é composta por uma Oração (Cl_2), que contém ao menos um Sintagma Verbal (Vp_1) e uma Palavra Gramatical (Gw_1) que retoma a Oração (Cl_1) com a informação deduzida.

Se o complemento do verbo evidencial for uma Oração, a dedução e o elemento deduzido estão contidos na mesma Expressão Linguística (Le_1) e na mesma Oração (Cl_1), a qual é composta por no mínimo um Sintagma Verbal (Vp_1) e uma Oração subordinada (Cl_2) que ocupa a posição de Objeto e contém a informação deduzida.

4.2.2.2 Justaposição

A dedução também pode ser expressa por justaposição, em que a informação deduzida e o evidencial são expressos em duas Expressões Linguísticas distintas, sem que haja o uso de um pronome anafórico para retomar a Oração com a informação

deduzida. Nesse caso, o verbo não é utilizado de modo transitivo, como na complementação, mas é empregado intransitivamente, como se vê a seguir:

- (112) E o homem insiste. Abre os braços um pouco languidamente. Meneia a cabeça. Argumenta algo em seu favor - **deduzo** pela maneira como ele leva as mãos em concha, as pontas dos dedos contra o próprio peito. (JSI:tribunademinas)

Em (112), a partir dos gestos que observa, o falante deduz que o indivíduo observado por ele está argumentando algo. Já que a evidência utilizada como base para o cálculo mental é uma percepção sensorial, esse uso de *deduzir* é caracterizado como uma dedução.

A representação semântica do evidencial pode ser vista a seguir:

- (112a) $(p_i: (pres\ ep_i: (e_i: (f_i^c: [(f_i: deduzir\ (f_i))\ (x_i)_A]\ (f_i^c))\ (e_i): (r_i: -pela\ maneira\ como\ ele\ leva\ as\ mãos\ em\ concha,\ as\ pontas\ dos\ dedos\ contra\ o\ próprio\ peito- (r_i))\ (e_i))\ (ep_i))\ (p_i))$

Em (112a), a informação inferida está contida em um Conteúdo Proposicional distinto daquele que abriga o evidencial e, por isso, não é representada. O Conteúdo Proposicional (p_i) que contém a dedução é composto por um Episódio (ep_i) com operador de tempo absoluto presente, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_i) que contém uma Propriedade Configuracional (f_i^c). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_i) e um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo. Além disso, o Estado de Coisas (e_i) que contém o evidencial está sob o escopo de um modificador de Razão (r_i), o qual provê a evidência que serve de base para o cálculo mental.

A representação morfossintática dessa ocorrência pode ser vista a seguir:

- (112b) $(Le_i: \quad (Cl_i) \quad (Le_i))$
 Argumenta_algo_em_seu_favor
- $(Le_j: \quad (Cl_j: \quad [(Vp_i) \quad (Adp_i)] \quad (Cl_j))\ (Le_j))$
 Deduzo pela maneira...

Em (112b), observa-se que a informação deduzida e o evidencial são codificados em duas Expressões Linguísticas distintas, (Le_i) e (Le_j), respectivamente. A Oração que contém o evidencial (Cl_j) é composta por um Sintagma Verbal (Vp_i) e por um Sintagma Preposicional (Adp_i) que contém a evidência utilizada como base para o cálculo mental.

O esquema semântico geral para a dedução codificada por justaposição pode ser visto a seguir:

Quadro 18. Representação semântica da dedução expressa por justaposição

Representação
$(p_1: (\pi ep_1: (e_1: (f_1^c: [(f_1) (x_1)_A] (f_1^c)) (e_1))\sigma (ep_1)) (p_1))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa representação, o Conteúdo Proposicional (p_2) que contém o evidencial é composto por um Episódio (ep_1) com operador de tempo absoluto, cujo núcleo é um Estado de Coisas (e_1) que contém uma Propriedade Configuracional (f_1^c). Ela consiste na relação entre uma Propriedade Lexical (f_1) e um Indivíduo (x_i) que ocupa a posição de argumento Ativo. Além disso, o Estado de Coisas (e_1) que contém o evidencial potencialmente é modificado (σ) por uma unidade que contém a evidência utilizada para o cálculo mental.

O esquema morfossintático geral para a dedução expressa por justaposição é o seguinte:

Quadro 19. Representação morfossintática da dedução expressa por justaposição

Oração evidencial justaposta
$(Le_1: (Cl_1) (Le_1)) (Le_2: (Cl_2: [(Gw_1)_{Subj} (Vp_1) (Xp_n)...] (Cl_2)) (Le_2))$

Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa representação, há duas Expressões Linguísticas distintas, (Le_1) que contém a informação deduzida, e (Le_2) que contém o evidencial. A Expressão Linguística (Le_2) que abriga o evidencial é composta por uma Oração (Cl_2) que consiste minimamente em um Sintagma Verbal (Vp_1) e que pode conter ainda uma Palavra Gramatical (Gw_1) com função de Sujeito, como um pronome. Além disso, há também potencialmente um Sintagma (Xp_n) que contém a evidência utilizada para o cálculo mental.

4.3 Resumo dos resultados

Ao longo deste capítulo, foram vistos os diferentes padrões morfossintáticos em que a inferência e a dedução são expressas no português brasileiro. Observou-se que as relações morfossintáticas que as codificam variam amplamente, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 20. Relações morfossintáticas que expressam a inferência e a dedução

Relação morfossintática	Subtipo evidencial	
	Inferência	Dedução
Complementação	+	+
Justaposição	+	+
Modificação	+	-
Parentetização	+	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Em segundo lugar, mesmo na complementação, relação morfossintática compartilhada pela inferência e pela dedução, elas são expressas diferentemente, como é visto no quadro 19:

Quadro 21. A inferência e a dedução expressas pela complementação e pela justaposição

Relação morfossintática	Forma do elemento sob o escopo do evidencial	Subtipo evidencial	
		Inferência	Dedução
Complementação	Nome substantival	+	-
	Oração não finita	+	-
	Oração finita	+	+
	Nome pronominal	+	+

Fonte: elaborado pelo autor.

Por fim, o escopo da Oração evidencial modificadora e da Oração evidencial parentética, que expressam apenas a inferência, pode se dar sobre diferentes elementos morfossintáticos, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 22. O escopo da inferência expressa pela modificação e pela parentetização

Unidade sob o escopo do evidencial inferencial	Relação morfossintática	
	Modificação	Parentetização
Oração finita	+	+
Sintagma subordinado	+	+
Sintagma independente	+	+

Fonte: elaborado pelo autor.

CAPÍTULO V

OUTROS ASPECTOS SEMÂNTICOS DA INFERÊNCIA E DA DEDUÇÃO

5.1 Determinação dos subtipos evidenciais sobre a escolha dos verbos

No capítulo III, é dito que a escolha dos verbos analisados neste trabalho tem o intuito de verificar se a dedução, sendo embasada por evidências perceptuais, seria preferencialmente expressa por verbos de percepção e se a inferência, não tendo essa exigência, seria neutra quanto ao tipo de verbo que a expressa.

A partir da tabela a seguir, pode-se tecer algumas considerações sobre esse questionamento:

Tabela 2. Verbos de percepção e verbos cognitivos na expressão da evidencialidade inferencial e dedutiva

Classe de verbo	Subtipo evidencial	
	Inferência	Dedução
Verbos de percepção	110 - 47,82%	21 - 80,76%
Verbos cognitivos	120 - 52,18%	5 - 19,24%
Total	230 - 100%	26 - 100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Como se observa na tabela 2, das 256 ocorrências analisadas, 230 contêm uma inferência e apenas 26 contêm uma dedução. Desse modo, o número de evidenciais dedutivos analisados não é suficiente para que se afirme, com propriedade, se a dedução é ou não preferencialmente expressa por meio de verbos de percepção. Ainda assim, com base nos dados disponíveis, pode-se fazer algumas observações sobre tal questão.

Na tabela 2, é possível observar que os verbos cognitivos quase não expressam a dedução, correspondendo a 19,24% das ocorrências desse subtipo evidencial. Por outro lado, os verbos de percepção constituem a maioria das ocorrências de dedução encontradas no corpus, representando 80,76% do total de evidenciais dedutivos analisados. Logo, percebe-se que, mesmo sendo ambas as classes verbais meios de expressão da dedução, esse subtipo evidencial é preferencialmente veiculado por verbos de percepção, o que provavelmente está relacionado à base que sustenta o cálculo mental marcado pela dedução, que tem natureza perceptual.

A esse respeito, foi visto anteriormente que dois Estados de Coisas estão fortemente relacionados no raciocínio dedutivo, sendo eles a percepção da evidência que embasa o cálculo mental e o evento deduzido. Levando-se em conta que apenas os verbos de percepção, e não os verbos cognitivos, podem ser utilizados para expressar percepções sensoriais, e que esse é o tipo de evidência que sustenta o cálculo mental marcado pela dedução, observa-se que a base do raciocínio dedutivo tem papel fundamental na determinação do elemento que o expressa. Desse modo, a ligação entre os dois eventos anteriormente mencionados faz-se presente na função e na forma do evidencial de dedução: semanticamente, ele diz respeito à marca de um evento como deduzido, ao passo que, formalmente, manifesta-se pelos meios de expressão típicos da percepção sensorial.

A inferência, por outro lado, parece não ter preferências por uma ou outra classe de verbos, como se observa na tabela 2, em que os verbos de percepção somam 47,82% das ocorrências de evidenciais inferenciais, ao passo que os verbos cognitivos dizem respeito a 52,18%. A diferença entre as duas classes de verbos é pouco expressiva, o que sugere que não há preferências por uma ou outra classe de verbo.

Ainda sobre esse tópico, a tabela a seguir apresenta o número de evidenciais inferenciais e dedutivos expressos pelos verbos analisados:

Tabela 3. Frequência dos subtipos evidenciais com cada verbo

Verbo evidencial	Subtipo evidencial		TOTAL
	Inferência	Dedução	
<i>Inferir</i>	37 - 100%	00 - 00	37 - 100%
<i>Deduzir</i>	36 - 90%	02 - 5%	40 - 95%
<i>Concluir</i>	47 - 94%	03 - 6%	50 - 100%
<i>Perceber</i>	33 - 73,33%	12 - 26,67%	45 - 100%
<i>Observar</i>	38 - 84,44%	06 - 13,33%	45 - 97,77%
<i>Ver</i>	39 - 92,85%	03 - 7,15%	42 - 100%
TOTAL	230	26	256

Fonte: elaborada pelo autor.

Na tabela 3, observa-se que a inferência é amplamente expressa por todos os verbos analisados, inclusive pelos verbos de percepção. A esse respeito, considerando a discussão anterior sobre a dedução, especificamente sobre a determinação da base do raciocínio para a forma do elemento evidencial, é possível afirmar que a inferência é relativamente neutra, já que não exige uma evidência externa, porque o raciocínio

inferencial pode ser realizado puramente a partir do conhecimento armazenado do falante.

Em resumo, ainda que os dados não permitam afirmar categoricamente o que se propõe, a dedução parece ser preferencialmente codificada por verbos de percepção, tendo em vista a sua base perceptual, e a inferência parece não apresentar preferências de codificação motivadas por aspectos semânticos, já que ela nem mesmo necessita de uma base externa ao conhecimento do próprio falante.

5.2 A combinação de tempo e modo com a inferência e a dedução

Nesta pesquisa, a inferência e a dedução são descritas a partir da análise de verbos que as veiculam, os quais inevitavelmente recebem outras qualificações semânticas, como tempo e modo, que são categorias obrigatórias no paradigma verbal do português. Com o intuito de observar a maneira como se dá a relação entre a evidencialidade de cálculo mental e essas outras categorias semânticas, este trabalho se atém à combinação de tempo e modo existente entre o verbo da Oração evidencial e o verbo da Oração encaixada que contém a inferência ou a dedução.

A análise restringe-se a essa relação morfossintática porque, nas Orações complexas cuja Oração completiva é finita, as possibilidades de tempo e modo da Oração encaixada dependem do tipo evidencial do verbo encaixador. Além disso, como já havia sido observado em trabalhos anteriores sobre evidencialidade gramatical na perspectiva da GDF (HATTNHER, 2013; KAPP, 2013; HENGVELD; HATTNHER, 2015), os evidenciais do Nível Representacional diferem amplamente na relação que estabelecem com o tempo, e o mesmo é visto em português, como será demonstrado adiante.

Hattnher (2013), ao analisar a percepção de evento e a dedução em línguas indígenas brasileiras, observa que o subtipo dedutivo é utilizado majoritariamente com Orações em tempos do passado e, em algumas línguas, do presente também. Essas duas combinações foram as únicas encontradas no português: a Oração evidencial encaixa Orações cujo tempo verbal é o presente do indicativo (108), o pretérito perfeito do indicativo (109) e o pretérito imperfeito do indicativo (110), como se vê a seguir:

- (113) Percebo que o senhor é um entusiasta da sua linha de pensamento, como sou da minha - disse ele. - Observo pelo seu indicador que o senhor **faz** os seus próprios cigarros. (JSI:uol)

(114) O que é que estou vendo agora e que me assusta? Vejo que ela **vomitou**. Um pouco de sangue, vasto espasmo. (CB:Lit:Mis)

(115) Passado o vão sob o MASP e chegando à área aberta que dá vista à Avenida Nove de Julho, logo atrás da cabine onde visitantes estrangeiros compram seus ingressos, noto o primeiro contraste: Pensei imediatamente que se tratava de uma pessoa morta, *mas ao reparar que o tecido se mexia*, **concluo** que, na realidade, esse era o leito de um morador de rua. (JSI:brasilpost)

Em (113), a partir da observação de vestígios da produção de cigarros nos dedos de seu interlocutor, o falante deduz que esse homem faz seus próprios cigarros; como a base para o cálculo mental é uma percepção realizada por meio da visão, o raciocínio caracteriza-se como dedução. Em (114), com base nos resíduos de sangue que observa, o falante deduz que alguém vomitou, o que caracteriza um cálculo mental baseado em evidências percebidas por meio da visão, ou seja, uma dedução. Por último, em (115), o falante pensa ter visto uma pessoa morta, mas, ao observar que o tecido sob o qual a pessoa estava se mexia, o falante deduz que o indivíduo, além de vivo, estava deitado naquele local porque era um morador de rua; por estar assentado em evidências observáveis e no conhecimento de mundo do falante sobre pessoas que dormem na rua, esse raciocínio também configura uma dedução.

Além de a Oração encaixada só aparecer com o presente e com o passado, ela está restrita ao modo indicativo. A razão para isso é que os eventos deduzidos parecem ser entendidos como reais, porque o falante pode perceber um indício de sua ocorrência, e o indicativo é o modo que indica a realidade.

A inferência, por outro lado, quase não tem restrições de tempo e modo. A seguir, são apresentadas todas as combinações com essas duas categorias semânticas encontradas na Oração encaixada no verbo inferencial:

- Presente do indicativo:

(116) Destas palavras infiro que V. S. **impugna** o novo tratado por informações de ouvida. (CB:Edu:Mis)

Nessa ocorrência, a partir do que foi dito, o falante infere que a autoridade a quem se dirige é contra o tratado por causa de algo que ouviu dizer. Sendo a base para o cálculo mental uma evidência de natureza relatada, esse caso configura uma inferência.

- Pretérito perfeito simples do indicativo:

- (117) Para Vilma, a premiação representou uma mudança fundamental: "Meu trabalho é o mesmo, mas percebo que muitas pessoas **começaram** a me olhar de uma maneira diferente." (CB:Edu:Mis)

Em (117), a falante infere que as pessoas começaram a olhá-la de uma maneira diferente baseando-se no que sabe sobre o comportamento dessas pessoas, que mudou depois que ela ganhou uma premiação. Um cálculo mental baseado no conhecimento de hábitos de outrem também configura uma inferência.

- Pretérito perfeito composto do indicativo:

- (118) Mas hoje os pais procuram o psicólogo como se fosse ao médico, ao dentista, então, com certeza, há uma preocupação maior. Nesses anos todos, vejo que hoje em dia os pais **têm nos buscado** mais. (JSI:rdnews)

Nesse exemplo, a partir da comparação que faz das atitudes que pais têm atualmente e daquelas que pais tinham em um período anterior ao momento de enunciação, o falante infere que a frequência com que pais buscam psicólogos é maior.

- Pretérito imperfeito do indicativo:

- (119) Deduzo que pelo fato de serem pessoas de baixa renda, **moravam** em casa alugada e nessas condições, mudam-se frequentemente. (CB:Aca:TaD)

Nessa ocorrência, o falante sabe que as pessoas de quem fala eram de baixa renda e, com base no conhecimento de que indivíduos mais pobres costumam não possuir casa própria, infere que elas moravam em uma casa alugada.

- Futuro do presente simples do indicativo:

- (120) Mais uma obra de Trump. Por isso, infiro que, antes que ele quebre o sistema americano e a pax americana, **serão** a pax americana e o sistema americano a quebrá-lo. (JSI:uol)

No exemplo (120), com base no que sabe sobre as atitudes de um indivíduo e o modo como elas prejudicam a pax americana e o sistema americano, o falante infere que esses últimos tomarão medidas contra seu agressor.

- Futuro do pretérito simples do indicativo:

- (121) Logo, ao fazê-lo, Sergio Moro estaria desrespeitando aquela decisão. A tese é insustentável, e infiro que Cunha jamais será ou **seria** solto por isso. (JSI:uol)

Nesse exemplo, o falante infere que o indivíduo de quem fala jamais seria solto, pois acredita que a tese que serviria de base para a soltura é insustentável. Como o cálculo mental está assentado em um conhecimento sobre como funcionam prisões e solturas, além da própria avaliação de insustentabilidade da tese para defender essa soltura, o raciocínio configura uma inferência.

- Futuro do pretérito composto do indicativo:

- (122) Ao terminar este trabalho, vejo que alguns pontos **poderiam ter sido** diferentes. (CB:Aca:TaD)

Essa ocorrência é marcada por uma inferência porque a base para o falante afirmar que *alguns pontos poderiam ter sido diferentes* é a comparação que ele faz entre o modo como seu trabalho ficou e o modo como sabia que poderia ficar, sendo o cálculo mental assentado fortemente, portanto, em um conhecimento.

- Presente do subjuntivo:

- (123) Depois de comer, ela observa que os bebês parecem mais calmos. "Eu deduzo que eles **pensem** assim: 'agora vamos descansar'", brincou. (JSI:midianews)

Nesse exemplo, a falante infere o pensamento que motiva o comportamento mais calmo de seus filhos depois de terem comido. Como a base para o raciocínio é o conhecimento de situações que poderiam motivar esse comportamento, o uso do evidencial caracteriza-se como inferencial.

- Futuro do pretérito do subjuntivo:

- (124) Outras áreas ao longo da fronteira de Hatay são controladas pela Frente al-Nusra, ligada à al-Qaeda. - Deduzo que eles **tenham ido** para Tel Abyad, porque sei que o hospital lá é extremamente ativo - disse o parlamentar. (JSI:globos)

Nessa ocorrência, o falante infere que um grupo de pessoas tenha ido para Tel Abyad porque sabe que lá há um hospital ativo. A evidência utilizada no cálculo mental é um conhecimento, como fica claro na oração *sei que o hospital lá é extremamente ativo*, em que o verbo *saber* indica a posse desse conhecimento.

- Condicional:

- (125) Pelo exposto na reportagem do "Estadão" de ontem ("Lula usa cobertura em São Bernardo que foi comprada por primo de Bumlai"), concluo que, se não é a ajuda dos amigos e do povo brasileiro, o sr. Lula **seria** morador de rua, talvez mais um sem-teto.

Essa ocorrência é marcada por uma inferência que tem como base a leitura de um artigo de jornal. Como visto anteriormente, ideias transmitidas por meio da linguagem são entendidas como conhecimento, caracterizando um raciocínio como inferencial. O verbo *ser* não tem valor temporal nesse contexto, mas condicional, já que se estabelece uma relação de condição entre *se não é a ajuda dos amigos e do povo brasileiro* e *o sr. Lula seria morador de rua*, não havendo um passado a partir do qual o futuro do pretérito poderia caracterizar-se.

As combinações estabelecidas entre os evidenciais inferenciais e dedutivos e o tempo e o modo da oração encaixada podem ser vistas no quadro a seguir:

Quadro 23. Tempo e modo da Oração encaixada na Oração matriz com o evidencial

Tempo e modo da oração encaixada	Subtipo evidencial	
	Inferência	Dedução
Presente do indicativo	+	+
Pretérito perfeito simples do indicativo	+	+
Pretérito perfeito composto do indicativo	+	+
Pretérito Imperfeito do indicativo	+	-
Futuro do presente simples do indicativo	+	-
Futuro do pretérito simples do indicativo	+	-
Futuro do pretérito composto do indicativo	+	-
Presente do subjuntivo	+	-
Pretérito Perfeito do subjuntivo	+	-
Condicional	+	-

Fonte: elaborado pelo autor.

A diferença entre inferência e dedução, no que concerne a tempo e modo da Oração encaixada, parece ter motivações icônicas, decorrentes das características de cada subtipo. Para explicar esse comportamento, as noções de *integração de evento* (ligação semântica) e *integração oracional* (união oracional) de Givón (2001) mostram-se bastante úteis. Elas podem ser entendidas na seguinte afirmação do autor: “quanto mais forte é a *ligação semântica* entre os dois eventos, maior será a *integração sintática* das duas orações em uma única, ainda que complexa, oração.”⁴² (GIVÓN, 2001, p. 40,

⁴² “The stronger is the semantic bond between the two events, the more extensive will be the syntactic integration of the two clauses into a single though complex clause.”

grifos do autor, tradução nossa). Dos parâmetros que o autor propõe para avaliar a integração de evento, o mais relevante para o estudo aqui descrito é o princípio de *cotemporalidade e eventicidade unificada*, que é definido a partir da seguinte premissa: “quanto mais cotemporais os eventos são, maior é a probabilidade de que eles não sejam independentes uns dos outros, mas, em vez disso, constituam um único evento, embora complexo.”⁴³ (op. cit., p. 45, tradução nossa).

Ao considerar a evidencialidade lexical expressa por verbos encaixadores, esse princípio reflete perfeitamente a semântica e a morfossintaxe dos subtipos evidenciais. A análise a seguir está restrita aos evidenciais do Nível Representacional e é utilizada para exemplificar esse princípio.

A percepção de evento pode ser considerada o subtipo evidencial em que há maior integração de evento, pois é caracterizada pela simultaneidade entre a percepção e a ocorrência do evento percebido, além de o falante ter de estar presente no local onde o Estado de Coisas acontece. Essa proximidade é refletida em sua codificação ao se considerar que, como defende Vendrame (2010), o complemento oracional da percepção de evento é apenas não finito, já que a localização temporal do Estado de Coisas percebido sempre depende do tempo da Oração evidencial.

No caso da dedução, a Oração evidencial é um pouco menos integrada semanticamente à Oração encaixada, se comparada à percepção de evento. Na dedução, o falante não percebe diretamente o evento que descreve, mas deduz sua ocorrência com base na percepção de evidências sensoriais, sendo essa percepção obrigatoriamente anterior ao cálculo mental. Segundo Hattnher (2013), o evento deduzido tem de apresentar distância temporal e/ou espacial do momento e/ou do lugar em que o falante realiza o cálculo mental. Essa distância se reflete na forma da Oração deduzida, que não tem complementos do tipo Oração não finita, já que a não finitude implicaria simultaneidade entre o elemento deduzido e o evidencial, o que é característica da percepção de evento.

Ainda que o tempo do evidencial não precise ser idêntico ao do elemento deduzido, o modo dos dois necessariamente tem de ser o mesmo. A razão para isso é que a percepção em que se baseia o cálculo mental serve como âncora para ele, impedindo que seja colocado ou irreal ou hipotético, por exemplo. Só é possível perceber vestígios de um evento cuja realização necessariamente já tenha começado no

⁴³ “The more co-temporal the two events are, the higher is the probability that they are not independent of each other, but rather constitute a single if complex event.”

momento em que a percepção é feita. Desse modo, o fruto de uma dedução só pode ser posto como real.

A dedução de eventos que se passam no futuro é logicamente possível, ainda que não tenha aparecido nas ocorrências analisadas. Entretanto, nesses casos, enquanto falante de português, intuitivamente parece haver uma preferência por marcas que codifiquem tanto dedução quanto modalidade epistêmica. Imaginando que se observem nuvens cinzentas no céu, por exemplo, parece mais natural dizer (121) do que (122):

(126) **Acho/parece** que vai chover.

(127) ??**Vejo/percebo** que vai chover.

O futuro, cuja realização é menos certa em comparação com o passado e com o presente, parece necessitar de uma marca de demonstração do falante sobre seu comprometimento com a verdade daquilo que diz. Dos verbos analisados neste trabalho, apenas *inferir*, *deduzir* e *concluir* parecem prestar-se à expressão de modalidade. Ainda assim, esse sentido é pouco frequente se comparado ao sentido evidencial e aos outros que esses verbos codificam, ao menos no que foi visto durante o levantamento de dados para esta pesquisa. Desse modo, é natural que o complemento desses verbos apresente presença rara ou nula do futuro do indicativo.

A inferência não está ancorada na realidade, e, por isso, seu complemento pode ser colocado pelo falante como irreal ou hipotético, por exemplo. Além disso, por não exigir uma percepção necessariamente anterior ao cálculo mental, não há restrições temporais entre o evidencial e o elemento inferido. O único modo verbal com o qual a inferência não pode combinar-se é o imperativo, já que esse último codifica uma entidade pragmática, portanto hierarquicamente superior à inferência, diferentemente do indicativo, do subjuntivo e do condicional, que se localizam no nível semântico da gramática e podem estar sob o escopo inferencial.

Comparando-se os subtipos evidenciais do Nível Representacional, é possível formular a seguinte escala de integração semântica, e consequente integração sintática:

(128) percepção de evento > dedução > inferência

Nessa escala, o elemento à esquerda é mais integrado que o(s) elemento(s) à direita. Levando-se em conta o princípio da cotemporalidade e eventicidade unificada, é possível entender que o complemento oracional da percepção de evento se dá sob a forma de uma Oração não finita porque a Oração evidencial e a Oração encaixada estão altamente integradas. Na dedução, o complemento aparece sob a forma de uma Oração finita, porque as Orações estão menos integradas que na percepção de evento, mas há restrições temporais e modais, porque estão mais integradas que na inferência. Por último, no que concerne ao subtipo inferencial, a forma do complemento pode ser uma Oração finita, sem restrições temporais ou modais semânticas, porque a Oração evidencial e a Oração encaixada estão pouco integradas.

5.3 Relativas sem antecedente como complemento da Oração evidencial

Outra estrutura morfossintática em que o elemento inferido ou deduzido aparece, e que não foi abordada anteriormente, é a relativa antecedente, introduzida por uma proforma que corresponde a uma unidade semântica de qualquer camada do Nível Representacional. Esse tipo de estrutura apresenta várias características que o diferenciam das que foram analisadas no capítulo anterior, estando entre essas características: i) o elemento introdutor da Oração relativa sem antecedente, que não é um complementizador, mas uma proforma; ii) a unidade semântica sob o escopo da inferência e da dedução não mais são os prototípicos Conteúdos Proposicionais e Episódios, mas aparentemente podem ser qualquer categoria do Nível Representacional; iii) outras nuances semânticas são expressas por essas estruturas, como Razão, Maneira etc.

Tendo em vista essas particularidades, percebe-se que as relativas sem antecedente merecem um estudo mais aprofundado, que foge dos propósitos deste trabalho. Desse modo, relega-se a investigações futuras a pesquisa sobre esse tipo de estrutura. Entretanto, para fins de ilustração, são apresentadas algumas ocorrências da expressão da inferência e da dedução com essas estruturas:

- Conteúdo Proposicional:

- (129) Um caminho alternativo para a consciência animal baseia-se na analogia com o ser humano. Infiro **o que** sente ou pensa o animal partindo de aspectos de seu comportamento ou de sua fisiologia. (CB:Aca:Art)

Nessa ocorrência, o falante infere o sentimento ou o pensamento de um animal a partir do que sabe sobre o comportamento e sobre a fisiologia desse animal. O pronome *o que* ocupa uma posição que poderia ser preenchida por um Conteúdo Proposicional nominal que contivesse conteúdo lexical, como *sentimento* ou *pensamento*, por exemplo.

- Tempo:

- (130) Quando alguém chega chateado, percebo e fico quieta, não quero me chatear também, então quando a pessoa fica bem humorada, aí converso!". "Não tenho leitura, mas percebo **quando** as coisas não vão bem. Então converso, tomo um café. Espero as coisas melhorar". (CB:Aca:TaD)

Em (130), a partir do comportamento de outras pessoas, o falante infere quando elas estão mal-humoradas. Nessa ocorrência, *quando* equivale a uma unidade da categoria de Tempo, que poderia ser expressa por uma construção como *os momentos em que*, por exemplo.

- Modo:

- (131) [...] a bateria é também um termômetro para saber o estado de espírito do filhote: - Pela forma como toca, percebo **como** ele está.

No exemplo (131), a partir das ações de seu filho, o falante deduz a maneira como ele está se sentindo. O pronome *como* equivale a uma unidade da categoria de Maneira, que poderia ser expressa por um nome com conteúdo lexical, do tipo *o modo como*, por exemplo.

- Razão:

- (132) [...] às vezes, a pressão tá normal vários dias e daqui a pouco ela sobe, aí eu converso com a pessoa, vejo o **por quê** que subiu, né.

Em (132), a partir dos relatos de um paciente, o falante infere o motivo pelo qual a pressão desse paciente subiu. O pronome *por que* substitui uma unidade lexical da categoria Razão, que poderia ser expressa por uma palavra como *motivo*.

5.4 Resumo dos resultados

Ao longo deste capítulo, foi visto que a inferência e a dedução combinam-se diferentemente com as categorias semânticas de tempo e modo. A informação sobre o escopo da dedução é apresentada apenas nos tempos do presente e do passado do modo indicativo, ao passo que a inferência não apresenta restrições, já que o elemento sob seu escopo aparece nos tempos do passado, do presente e do futuro e nos modos indicativo, subjuntivo e condicional.

A razão para esse comportamento parece ser a especificidade do tipo de evento sob o escopo de cada subtipo: na dedução, o falante faz referência a um evento *específico*, de cuja realização se percebe um indício, o que necessariamente implica que essa realização é anterior ou concomitante ao momento de enunciação; na inferência, por outro lado, o falante faz referência a um evento genérico, que pode inclusive ser hipotetizado ou posto como possível.

Além disso, foi visto também que a dedução é preferencialmente expressa por verbos de percepção, o que é motivado aparentemente pelo tipo de evidência que embasa o cálculo mental marcado por ela, uma percepção sensorial. Desse modo, tendo em vista que apenas os verbos de percepção, e não os verbos cognitivos, são capazes de expressar uma percepção sensorial, observa-se a sugestiva determinação da semântica do evidencial sobre a classe de verbos que expressa esse subtipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho verificou as diferenças na expressão da inferência e da dedução no português brasileiro, dando ênfase à decodificação morfossintática dessas categorias evidenciais e à sua combinação semântica com outras categorias qualificacionais, como tempo e modo. Para tanto, foi utilizado o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e a classificação da evidencialidade, segundo esse modelo gramatical, elaborada por Hengeveld e Hattnher (2015), que definem os subtipos dessa categoria com base no escopo semântico deles. Esse modo de classificar a evidencialidade permite justamente observar o comportamento dela em comparação a outras qualificações, o que é um dos objetivos centrais desta pesquisa, como foi dito.

Em primeiro lugar, este estudo discutiu a natureza da evidência que sustenta um cálculo mental e como ela pode ser utilizada para classificar um uso evidencial como inferencial ou dedutivo. A esse respeito, foi visto que a evidência que embasa uma dedução tem de ser perceptível aos sentidos, como um Estado de Coisas, um Indivíduo ou uma Propriedade que se aplica a Estados de Coisas ou a Indivíduos. Por outro lado, a inferência é realizada a partir de evidências não perceptuais, como um Conteúdo Proposicional ou uma informação relatada. Além disso, a distinção com base nesses tipos de evidência é sustentada por dados tipológicos, já que várias línguas naturais fazem diferença entre um cálculo mental embasado por evidências sensoriais e um cálculo mental em que não há esse tipo de estímulo, como é atestado por Aikhenvald (2004), Kapp (2013) e Hengeveld e Hattnher (2015).

Em segundo lugar, observou-se que a diferença semântica existente entre inferência e dedução motiva distinções de codificação nos padrões morfossintáticos dos verbos analisados. Tal constatação foi obtida por meio da análise da relação morfossintática estabelecida entre os verbos evidenciais analisados e o elemento inferido ou deduzido sob o escopo deles. Essas relações foram resumidas ao total de quatro elementos: a *complementação*, em que o verbo evidencial é núcleo de uma Oração simples ou de uma Oração matriz, e o elemento inferido ou deduzido ocupa a posição de Objeto; a *justaposição*, em que o verbo evidencial e a informação inferida ou deduzida estão contidos em Expressões Linguísticas diferentes, cada um em uma Oração que não é parte da outra; a *modificação*, em que o evidencial é núcleo de uma Oração subordinada modificadora, e a informação inferida ou deduzida está contida na

Oração matriz; e a *parentetização*, em que as Orações estabelecem uma relação de cossubordinação, em que nenhuma é subordinada à outra, mas a Oração evidencial é dependente semanticamente da Oração que contém a informação inferida ou deduzida.

A começar pela complementação, observa-se que ela é a relação morfossintática prototípica para expressar a inferência e a dedução, sendo o reflexo formal da relação semântica que estabelecem o predicado evidencial, um Indivíduo e um Conteúdo Proposicional, no caso da inferência, ou um Episódio, no caso da dedução. Embora ambos os subtipos evidenciais sejam codificados pela complementação, há diferenças no modo como isso acontece: no caso das Orações simples, a inferência apresenta complementos nominais substantivais e complementos nominais pronominais, ao passo que a dedução expressa por Orações simples é encontrada apenas com o segundo tipo de complemento; no caso das Orações complexas, o complemento da inferência aparece como uma Oração finita, uma Oração não finita ou um Oração relativa sem antecedente, enquanto o da dedução se dá apenas sob a forma de Orações finitas e relativas sem antecedente.

Com relação à justaposição, o modo como a inferência e a dedução são expressas é idêntico, já que a Oração evidencial, em ambos os casos, é independente da Oração com a informação inferida ou deduzida. Além disso, essa relação morfossintática codifica uma independência que é vista também em termos semânticos, já que o predicado evidencial e a informação inferida ou deduzida não estão contidos na mesma Propriedade Configuracional, como acontece na complementação, estando dispostos em Conteúdos Proposicionais independentes. A relação entre o evidencial e a informação sob seu escopo, nesses casos, é feita a partir do Componente Contextual, responsável por estabelecer a conexão entre os dois elementos. Ademais, a Oração evidencial normalmente contém um modificador com a evidência utilizada como base para o cálculo mental, o que auxilia no reestabelecimento, pelo Ouvinte, da relação semântica existente entre a Oração evidencial e a Oração com a informação inferida ou deduzida.

No que diz respeito à modificação, apenas a inferência foi encontrada nessa configuração morfossintática, que se caracteriza pelo uso do verbo evidencial como núcleo de uma Oração subordinada modificadora, a qual faz parte de uma Oração ou de um Sintagma que contém a informação inferida. Em termos semânticos, a Oração subordinada modificadora é o reflexo do uso do predicado evidencial em uma Propriedade Configuracional dentro de (um Estado de Coisas, de um Episódio) e de um Conteúdo Proposicional distinto daquele que contém a informação inferida. Desse

modo, assim como na justaposição, a relação semântica que a modificação traduz se dá entre dois Conteúdos Proposicionais diferentes, um com o evidencial e um com a informação inferida. Entretanto, ao passo que, na justaposição, a Oração evidencial e a Oração com a informação inferida não fazem parte uma da outra, na modificação, a Oração modificadora é parte do elemento que contém a informação inferida, sendo subordinada a ele.

Quanto à parentetização, apenas a inferência é expressa por meio dessa relação morfossintática, assim como a modificação. A parentetização configura-se quando a Oração evidencial e o elemento que contém a informação inferida formam duas unidades distintas, em que nenhum é parte do outro, mas em que a primeira é dependente desse último. Essa dependência é motivada pela função retórica Aposição que a Oração parentética recebe, já que ela atua como um comentário do falante sobre a informação apresentada, apresentando o meio pelo qual essa informação foi obtida. Além disso, em termos semânticos, assim como na justaposição e na modificação, o predicado evidencial está contido em uma Propriedade Configuracional, dentro de um Estado de Coisas, de um Episódio e de um Conteúdo Proposicional diferente daquele que contém a informação inferida. A diferença entre a parentetização e a justaposição é que a Oração evidencial, no primeiro caso, é dependente pragmaticamente de outra unidade, ao passo que, no segundo caso, não é. Já a diferença entre a parentetização e a modificação é que, na primeira relação morfossintática, a Oração evidencial é independente, ou seja, não é parte de outro elemento, ao passo que, na segunda, a Oração evidencial é subordinada à Oração ou ao Sintagma que contém a informação inferida.

Foi visto também que a semântica do evidencial, no caso da dedução, parece selecionar preferencialmente uma classe de verbos na sua formulação. Assim, observa-se que o subtipo evidencial dedutivo é veiculado prototipicamente por verbos de percepção, não sendo frequente a sua expressão por meio de verbos cognitivos. A razão para esse comportamento parece ser a evidência que embasa o cálculo mental, já que apenas os verbos de percepção, e não os verbos cognitivos, podem ser utilizados para exprimir percepções sensoriais, que são a base do raciocínio dedutivo. Desse modo, um verbo de percepção utilizado com sentido de cálculo mental parece ser o meio mais eficaz de indicar ao Ouvinte que o raciocínio veiculado é feito a partir de evidências sensoriais, porque na própria escolha lexical do verbo evidencial é possível reconhecer essa ligação com um evento perceptual.

É preciso ressaltar que, diferentemente da dedução, a inferência parece não apresentar uma preferência por uma ou outra classe de verbos, já que sua frequência de ocorrência é alta com todos os verbos analisados. Levando em conta a discussão proposta para a dedução, a inferência pode ser entendida como menos marcada que a primeira, no sentido de que não exige uma evidência de determinada natureza para embasá-la, podendo ser realizada a partir unicamente do conhecimento do falante. Desse modo, se houver alguma preferência de codificação na inferência, provavelmente ela se trate do tipo de registro empregado ou do gênero no qual o evidencial ocorre, mas não estará atribuída a uma preferência semântica, como no caso da dedução.

Por fim, observou-se que a combinação do evidencial com as categorias semânticas de tempo e modo difere a depender do subtipo empregado pelo falante. A dedução expressa um evento entendido como real, tendo em vista que, para deduzir a realização de um Estado de Coisas, o falante necessariamente precisa ter percebido, pelos sentidos, um indício de sua ocorrência. Além disso, essa realização é posta apenas como anterior ao momento de enunciação ou concomitante a ele. Desse modo, o evento sob o escopo do evidencial dedutivo aparece somente nos tempos presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito, todos do indicativo. Por outro lado, observa-se que a inferência não está atrelada a um evento que necessariamente ocorre no mundo extralinguístico, podendo sinalizar simplesmente uma suposição, uma hipótese do falante. Assim, a o evento sob o escopo da inferência não mostra restrições de tempo nem de modo, sendo expresso nos tempos do presente, do passado e do futuro, e nos modos indicativo, subjuntivo e condicional.

Em suma, observa-se que é possível reconhecer diferenças semânticas e morfossintáticas na expressão da inferência e da dedução no português brasileiro. Semanticamente, a combinação de tempo e modo do evento qualificado pelo evidencial é mais restrita na dedução que na inferência. Além disso, a dedução é preferencialmente expressa por verbos cujos lexemas designem percepções sensoriais, mantendo uma relação direta com o tipo de evidência que embasa o raciocínio dedutivo. Formalmente, a inferência é codificada em mais padrões morfossintáticos que a dedução, já que, além de apresentar um posicionamento mais livre no enunciado em alguns casos, é expressa em um maior número de relações morfossintáticas. Portanto, observa-se que, mesmo não tendo meios gramaticais especializados para expressar a inferência e a dedução, o português apresenta maneiras de diferenciar um cálculo mental embasado por uma percepção sensorial e um raciocínio em que há a ausência desse tipo de evidência.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. *A Grammar of Tariana, from Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

AULETE DIGITAL. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2008. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2019.

BLOG A ÚLTIMA BATIDA. *Primeiro Encontro*. 2016. Disponível em: <http://famicaubls.blogspot.com/2016/12/marina-voce-pegou-pesado-o-mario-se.html>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BLOG KATIAEXITO. *À Distância!* 2012. Disponível em: <http://katiaexitoblog.blogspot.com.br/2012>. Acesso em: 6 nov. 2017.

CASSEB-GALVÃO, V. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 2, n. 13, p. 305-335, 2011.

DOYLE, S. A. C. *The Adventures of Sherlock Holmes*. 12. ed. Oxford: Project Gutenberg Literary Archive Foundation, 1999. *Ebook*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16449. Acesso em: 26 fev. 2020.

HAAN, F. de. Encoding speaker perspective: evidentials. In: FRAJZYNGIER, Z.; HODGES, A.; ROOD, D. (eds.). *Linguistic diversity and language theories*. Amsterdam: Benjamins, 2005. p.379-397.

HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality: Setting boundaries. *Southwest Journal of Linguistics*, v. 18, n. 1, p. 83-101, 1999.

FRAJZYNGIER, Z. Truth and the Compositionality Principle: A Reply to Palmer. *Studies in Language*, v. 11, p. 211-217, 1987.

FRAJZYNGIER, Z. Truth and the Indicative Sentence. *Studies in Language*, v. 9, p.243-254, 1985.

GABAS JR., N. *A Grammar of Karo, Tupi, Brazil*. Santa Barbara, CA: University of California Santa Barbara dissertation, 1999.

GIVÓN, T. *Syntax: An introduction*. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 2001.

HATTNHER, M. M. D. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. *Entrepalavras*, v. 8, n. esp., p. 98-111, 2018.

HATTNHER, M. M. D. The interaction between tense and evidentials of event perception and deduction in Brazilian Native languages. In: MACKENZIE, J. L.;

OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. 1 ed. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 39-66.

HATTNHER, M. M. D.; HENGVELD, K. The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: A Synchronic Approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 15, n. 1, p. 1–14, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/jpl.1>.

HAßLER, G. Epistemic modality and evidentiality and their determination on a deictic basis: the case of Romance languages. In: DIEWALD, G.; SMIRNOVA, E. (eds.). *Linguistic Realization of Evidentiality in European Languages*. Berlin/Nova York: Walter de Gruyter, 2010. p. 223-248.

HENGVELD, K.; HATTNHER, M. M. D. Four Types of Evidentiality in the Native Languages of Brazil. *Linguistics*, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015.

HENGVELD, K.; HATTNHER, M. M. D. *Four Types of evidentiality*. The Nature of Evidentiality. Leiden, The Netherlands. 2012. Apresentação em congresso.

HENGVELD, K.; FISCHER, R. A'ingae (Cofán/Kofán) Operators. *Open Linguistics*, v. 4, p. 328-355, 2018.

HENGVELD, K.; FISCHER, R.; GRANDIS, S. *Episodes, New Topics and Conditionals in A'ingae*. Disponível em: <http://www.keeshengeveld.nl>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HENGVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGVELD, K.; MACKENZIE, L. Gramática Discursivo-Funcional. Tradução de Marize Mattos Dall'Aglío-Hattnher. In: SOUZA, E. R. F. *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-85.

HOUAISS ELETRÔNICO. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KAPP, A. M. M. *Relações entre tempo e evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil: um estudo tipológico-funcional*. Orientador: Marize Mattos Dall'Aglío-Hattnher. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2013.

KAPP-BARBOZA, A. M. M. *Usos do verbo saber e a expressão da evidencialidade no português brasileiro*. Orientador: Marize Mattos Dall'Aglío-Hattnher. 153 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2017.

KILGARRIFF, A. et al. Itri-04-08 The Sketch Engine. *Information Technology*, 2004.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MIRANDA, A. F.; HATTNHER, M. M. D. A qualificação do conhecimento no tribunal do júri. *Revista do GELNE*, v. 21, n. 1, p. 191-205, 2019.

ROSA, N. Panasonic diz que pode não conseguir fabricar baterias suficientes para Tesla. *CanalTech*. Disponível em: <https://canaltech.com.br/carros/panasonic-diz-que-pode-nao-conseguir-fabricar-baterias-suficientes-para-tesla-139117/>. Acesso em: 14 maio 2019.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SARDINHA, T. B.; MOREIRA FILHO, J. L.; ALAMBERT, E. *Corpus Brasileiro*. São Paulo: CEPRIL, LAEL, CNPq, Fapesp, PUCSP. 2010.

SQUARTINI, M. Lexical vs. grammatical evidentiality in French and Italian. *Linguistics*, v. 46, n. 5, p. 917-947, 2008.

SANTANA, L. *Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursivo-funcional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOUSA, G. C. Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da Gramática Discursivo-Funcional. *Estudos Linguísticos*, v. 40, p. 123-132, 2011.

TREVISAN, M. C. "Se em uma operação sai tiro, algo deu errado", diz estudioso de violência. *Universa*. 2019. Disponível em: <https://mariacarolinatrevisan.blogosfera.uol.com.br/?cmpid>. Acesso em: 14 maio 2019.

TRAMPUS, M.; NOVAK, B. *The Internals Of An Aggregated Web News Feed*. Proceedings of 15th Multiconference on Information Society. 2012.

VENDRAME, V. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. Orientador: Marize Mattos Dall'Aglío-Hattnher. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2010.

VENDRAME-FERRARI, V. Orações complexas com verbos de percepção como forma de expressão da evidencialidade. *Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 1, p. 101-115, 2012a.

VENDRAME-FERRARI, V. Verbos de percepção em construções evidenciais de acordo com o modelo da gramática discursivo-funcional. *Linguística*, v. 8, n. 1, p. 100-112, 2012b.

WILLETT, T. L. A cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.

TERMO DE REPRODUÇÃO XEROGRÁFICA

Autorizo a reprodução xerográfica do presente Trabalho de Conclusão, na íntegra ou em partes, para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 09 / 03 / 2020



Assinatura do autor